

**Jorge Miguel
Santos Melo**

**O presente e o futuro da educação escolar, para a
Proteção Civil, na Comunidade Intermunicipal da
Região de Aveiro**

**Jorge Miguel
Santos Melo**

**"O presente e o futuro da educação escolar, para a Proteção Civil, na
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro"**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Emergência, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Marco Fontes, do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração.

O júri

Presidente Doutora Ana Margarida Rocha Cardoso Nunes da Costa

Arguente Doutora Filipa Rodrigues Ramos Pereira

Orientador Doutor Marco Paulo da Silva Fontes

Agradecimentos

A desenvoltura deste documento é certamente o colorar de um ano de trabalho, desempenhado por mim, mas que, só foi possível graças a um conjunto elevado de pessoas, nomeadamente, o grupo de discentes, que constituem a turma. A todos os Docentes sem exceção, à minha entidade patronal Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (*ANEPC*), ao meu Orientador, ao apoio e encorajamento de alguns amigos, por fim, mas com uma importância vital, não posso deixar de referenciar a minha família.

Nessa medida julgo ser este o momento, de agradecer publicamente a todo o grupo de discentes, que de forma permanentemente disponível, procuraram responder a todas as minhas dificuldades, com a ajuda necessária e adequada a cada momento. Importa dizer-se aqui, por imperativo de justiça e de consciência, que a nossa turma, nem sempre foi um processo de fácil gestão.

Aos meus colegas de turma, tenho o dever de uma palavra de apreço, pelo facto de me terem ajudado, dentro daquelas que eram as suas capacidades.

Devo também uma palavra à minha entidade patronal ANEPC, pela total disponibilidade e colaboração, em tudo aquilo que necessitei, nomeadamente, a de exercer a regalia atribuída pelo regime legislativo de trabalhador/estudante.

Simultaneamente ao decorrer da licenciatura, exerci funções como Presidente da Direção da IPSS CASAS, processo esse muito trabalhoso e exigente, e que só foi possível de conciliar, graças à ajuda do Sr. Vice-Presidente da Direção, o meu amigo Luís Costa, nesse sentido resta-me dizer-lhe, muito obrigado.

Ao meu orientador de trabalho, Exmo. Sr. Professor Marco Fontes, que pelo seu valor pessoal, profissional e acima de tudo humano, entendi, como sendo o orientador certo e que mais se enquadrava para a conclusão deste ciclo, o meu obrigado.

Existiram ainda alguns amigos, que tiveram um papel encorajador no desenrolar deste caminho, a eles o meu obrigado.

Por fim, mas com uma importância vital, não posso deixar de referenciar a minha família, ao meu Pai, por me permitir ver o brilho nos olhos, quando soube que eu estava matriculado, e cada vez que falava no assunto, ao meu irmão pelo encorajamento, ao meu filho, por reiteradamente me ter pressionado a estudar, visto que ele tinha de fazer o mesmo.

Como a vida é um processo contínuo e desafiante, concluo com a pessoa que mais me ilumina, e mais coragem me dá para continuar todos os dias a lutar, pelo almejo dos meus sonhos e objetivos, portanto, à Dina Duarte, minha companheira de vida, muito obrigado, Princesa.

Na impossibilidade de o fazer pessoalmente

Por fim à maior e melhor de todas

À minha Mãe

Resumo

A crescente complexidade dos riscos e a necessidade de uma cidadania preparada destacam a importância de integrar a Proteção Civil (PC) no sistema educativo. Esta dissertação analisa o estado atual e as perspetivas futuras da educação escolar para a PC na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), explorando a articulação entre diferentes níveis institucionais e o papel das escolas na promoção de uma cultura de prevenção e segurança.

Com base numa abordagem metodológica mista, o estudo utilizou entrevistas semiestruturadas com responsáveis institucionais e questionários administrados a presidentes de câmara, coordenadores municipais de proteção civil (CMPC), diretores de agrupamentos escolares e ao comandante da Sub-Região de Aveiro da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A triangulação de dados, complementada pela análise documental, permitiu uma leitura integrada das práticas e perceções existentes no território da CIRA.

Os resultados mostram um reconhecimento crescente das escolas como agentes estratégicos na promoção da literacia em proteção civil, mas também revelam fragilidades estruturais: falta de coordenação intermunicipal eficaz, disparidade de visões políticas, descontinuidade de práticas e recursos insuficientes para formação e sensibilização.

Apesar da existência de instrumentos orientadores, como o Quadro de Educação para o Risco, a implementação continua a ser desigual e dependente da iniciativa local.

A dissertação conclui com a necessidade de um compromisso político e institucional mais robusto para garantir uma abordagem estruturada, integrada e contínua à educação sobre riscos, ancorada em estratégias intermunicipais e apoiada por políticas públicas claras e avaliáveis.

Palavras-chave:

Educação para o risco; Proteção civil; Literacia em Segurança; Políticas de educação pública; CIRA; Coordenação institucional.

Abstract

The growing complexity of risks and the need for a prepared citizenry highlight the importance of integrating Civil Protection (CP) into the education system. This dissertation analyses the current state and future prospects of school education for CP in the Intermunicipal Community of the Aveiro Region (CIRA), exploring the articulation between different institutional levels and the role of schools in promoting a culture of prevention and safety.

Based on a mixed methodological approach, the study used semi-structured interviews with institutional officials and questionnaires administered to mayors, municipal civil protection coordinators (CMPC), school cluster directors, and the commander of the Aveiro Sub-Region of the National Emergency and Civil Protection Authority. Data triangulation, complemented by documentary analysis, allowed for an integrated reading of existing practices and perceptions in the CIRA territory.

The results show a growing recognition of schools as strategic agents in promoting civil protection literacy, but also reveal structural weaknesses: lack of effective inter-municipal coordination, disparity in political views, discontinuity of practices and insufficient resources for training and awareness-raising.

Despite the existence of guiding instruments, such as the Risk Education Framework, implementation remains uneven and dependent on local initiative.

The dissertation concludes with the need for a more robust political and institutional commitment to ensure a structured, integrated, and continuous approach to risk education, anchored in intermunicipal strategies and supported by clear and assessable public policies.

Keywords:

Risk education; Civil protection; Safety literacy; Public education policies; CIRA; Institutional coordination.

Índice

Introdução.....	10
Parte I.....	17
1. Enquadramento Teórico	17
2. Metodologia.....	20
3. Proteção Civil e Educação Escolar: Estado da arte.....	22
4. A Proteção Civil em Portugal.....	24
5. A relevância da Proteção Civil na Educação Escolar.....	25
6. Conclusões do meu trabalho de licenciatura.....	28
Parte II.....	31
7. Estratégia Governamental para as Comunidades Intermunicipais	31
8. Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro.....	34
8.1. Caraterização e Princípios	42
9. Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	49
9.1. Águeda	50
9.2. Albergaria-a-Velha.....	52
9.3. Anadia	54
9.4. Aveiro.....	57
9.5. Estarreja.....	61
9.6. Ílhavo	63
9.7. Murtosa.....	65
9.8. Oliveira do Bairro	67

9.9.	Ovar	69
9.10.	Sever do Vouga	72
9.11.	Vagos.....	74
Parte III	77
10.	Metodologia da Investigação	77
10.1.	Objetivos da Investigação.....	78
10.2.	Tipo de investigação	78
10.3.	Recolha de dados.....	79
10.3.1.	Recolha de informação Documental.....	80
10.4.	Amostra e participantes	80
10.5.	Tratamento e Análise dos Dados	83
Parte IV	85
11.	Metodologia utilizada para tratamento das entrevistas e inquéritos	85
12.	Apresentação dos resultados das entrevistas e Inquéritos	85
12.1.	Entrevista Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	86
12.2.	Tabela com resumo da Entrevista ao Presidente da CIRA	88
12.3.	Entrevista Comandante Sub. Regional de Aveiro	90
12.1.	Tabela com resumo da Entrevista Comandante Sub. Regional de Aveiro	92
12.2.	Compilação Temática dos Inquéritos por Grupo de Respondentes.....	95
12.3.	Inquéritos Diretores de Agrupamentos Escolares	97
12.3.1.	Quadros de Resumo de respostas dos Diretores de Agrupamento	104

12.4.	Inquéritos Coordenadores Municipais de Proteção Civil da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	107
12.4.1.	Quadros de resumo de respostas aos SMP	114
12.5.	Inquéritos Presidentes de Câmaras Municipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	116
12.5.1.	Quadros de resumo de respostas aos SMP	123
13.	Compilação e análise das duas entrevistas, e das respostas referentes aos inquéritos, nomeadamente, Diretores de agrupamento, Coordenadores Municipais e Presidentes de Câmara.	126
13.1.	Articulação Institucional e Estratégica	126
13.2.	Integração Curricular e Formação.....	127
13.3.	Participação da Comunidade e Sensibilização	128
13.4.	Tabela de compilação e análise dos três grupos aqui em análise.....	129
Parte V	133
14.	Análise SWOT do trabalho da investigação efetuada.....	133
15.	Plano de Ação Proposto para Promoção da Cultura de Proteção Civil na CIRA	134
15.1.	Quadro de Plano de Ação proposto para promoção da cultura de PC na CIRA ...	135
16.	Conclusão	137
17.	Bibliografia	139

Índice de Figuras

FIGURA 1 - CIRA ATA Nº 3 DE 23-03-24.....	35
FIGURA 2 - CIRA ATA Nº DE 22-04-24	36
FIGURA 3 - CIRA ATA Nº 5 DE 21-05-24.....	37
FIGURA 4 - CIRA ATA Nº 6 DE 24-06-24.....	37
FIGURA 5 - CIRA ATA Nº 7 DE 19-07-24.....	38
FIGURA 6 - CIRA ATA Nº 8 DE 02-09-24.....	39
FIGURA 7 - CIRA ATA Nº 9 DE 02-09-24.....	40
FIGURA 8 - CIRA ATA Nº 10 DE 22-10-24	40
FIGURA 9 - CIRA ATA Nº 11 DE 25-11-24	41
FIGURA 10 - CIRA ATA Nº 12 DE 16-12-24	42
FIGURA 11 - MUNICÍPIOS DA CIRA.....	44
FIGURA 12 - AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA CIRA	48
FIGURA 13 - 1ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	117
FIGURA 14 - 2ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	117
FIGURA 15 - 3ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	118
FIGURA 16 - 4ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	118
FIGURA 17 - 5ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	118
FIGURA 18 - 6ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	119
FIGURA 19 - 7ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	119
FIGURA 20 - 8ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA	119

FIGURA 21 - 9ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA 120

FIGURA 22 - 10ª RESPOSTA PRESIDENTES DE CÂMARA 120

Índice de Tabelas

TABELA 1 - NUTS DE PORTUGAL	33
TABELA 2 - DADOS QUALITATIVOS DOS MUNICÍPIOS DA CIRA	45
TABELA 3 - PMEPC CMPC	47
TABELA 4 - RESUMO ENTREVISTA PRESIDENTE DA CIRA	88
TABELA 5 - ENTREVISTA COMANDANTE SUB. REGIONAL DE AVEIRO	92
TABELA 6 - COMPILAÇÃO TEMÁTICA DOS INQUÉRITOS	95
TABELA 7 - QUADROS DE RESUMO DE RESPOSTAS DOS DIRETORES DE AGRUPAMENTO	104
TABELA 8 - QUADROS DE RESUMO DE RESPOSTAS AOS SMP	114
TABELA 9 - QUADROS DE RESUMO DE RESPOSTAS AOS SMP	123
TABELA 10 - TABELA DE COMPILAÇÃO E ANÁLISE DOS TRÊS GRUPOS AQUI EM ANÁLISE	129
TABELA 11 - ANÁLISE SWOT DO TRABALHO DA INVESTIGAÇÃO EFETUADA	133
TABELA 12 - PLANO DE AÇÃO PROPOSTO PARA PROMOÇÃO DA CULTURA DE PC NA CIRA	135

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 - ÁREA EM KM2 POR MUNICÍPIO.....	45
GRÁFICO 2 - Nº DE FREGUESIAS POR MUNICÍPIO	46
GRÁFICO 3 - DENSIDADE POPULACIONAL POR MUNICÍPIO.....	46
GRÁFICO 4 - INQUÉRITOS ENVIADOS VS RESPOSTAS OBTIDAS	82
GRÁFICO 5 - TAXA DE RESPOSTA POR GRUPO PROFISSIONAL	82
GRÁFICO 6 - 1ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	98
GRÁFICO 7 - 2ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO.....	98
GRÁFICO 8 - 3ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	99
GRÁFICO 9 - 4ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	99
GRÁFICO 10 - 5ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	99
GRÁFICO 11 - 6ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	100
GRÁFICO 12 - 7ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	100
GRÁFICO 13 - 8ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	100
GRÁFICO 14 - 9ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	101
GRÁFICO 15 - 10ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	101
GRÁFICO 16 - 11ª PERGUNTA DIRETORES DE AGRUPAMENTO	101
GRÁFICO 17 - 1ª RESPOSTA CMPC	108
GRÁFICO 18 - 2ª RESPOSTA CMPC	108
GRÁFICO 19 - 3ª RESPOSTA CMPC	108
GRÁFICO 20 - 4ª RESPOSTA CMPC	109

GRÁFICO 21 - 5ª RESPOSTA CMPC	109
GRÁFICO 22 - 6ª RESPOSTA CMPC	109
GRÁFICO 23 - 7ª RESPOSTA CMPC	110
GRÁFICO 24 - 8ª RESPOSTA CMPC	110
GRÁFICO 25 - 9ª RESPOSTA CMPC	110
GRÁFICO 26 - 10ª RESPOSTA CMPC.....	111
GRÁFICO 27 - 11ª RESPOSTA CMPC.....	111

Siglas e Abreviaturas

AEC - Atividades de Enriquecimento Curricul

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

APC - Agentes de Proteção Civil

CE - Comissão Europeia

CIM - Comunidades Intermunicipais

CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

CMDFCI - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CMPC - Comissão Municipal de proteção Civil

DER - Referencial de Educação para o Risco

DG ECHO - European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations

DGE - Direção-Geral da Educação, Direção-Geral da Educação

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

EU - União Europeia, União Europeia

GNR - Guarda Nacional Republicana

GTF - Gabinete Técnico Florestal

ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

NUTS - Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PADDE - Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital

PC - Proteção Civil

PDEPCA - Plano Distrital Emergência e Proteção Civil de Aveiro

PDF - Plano de Defesa da Floresta

PEE - Plano de Emergência Externo

PMEPC - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PNEPC - Plano Nacional Emergência e Proteção Civil

PSP - Polícia de Segurança Pública

SMPC - Serviço Municipal de Proteção Civil

SNPC - Sistema Nacional de Proteção Civil

ULPC - Unidades Locais de Proteção Civil

UNDRR - Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres

Introdução

" O cidadão bem preparado desempenha um papel fundamental em caso de catástrofe, já que os serviços de proteção e socorro nunca serão suficientemente lesto a prestar os cuidados necessários. " (Couto, 2013)

Num mundo marcado pela crescente complexidade dos riscos — sejam eles de origem natural, tecnológica, sanitária ou social, a Proteção Civil (PC) assume um papel determinante, na construção de comunidades mais seguras, resilientes e preparadas, para enfrentar cenários de crise.

As alterações climáticas, a densificação urbana, a fragilidade dos ecossistemas, a interdependência tecnológica e efeitos da globalização e os interesses económicos do próprio sistema, expõem as populações a novas ameaças e exigem, abordagens integradas e multidimensionais de gestão do risco. Neste enquadramento, a prevenção, a mitigação e a preparação, tornaram-se prioridades nas agendas internacionais, nacionais e locais.

No plano internacional, documentos estruturantes como o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (UN/ISDR, 2015), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*ODS*) e as diretrizes da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (*UNDRR*), enfatizam a importância da capacitação comunitária, da coordenação interinstitucional e da educação para o risco, como pilares fundamentais da redução da vulnerabilidade social.

A Comissão Europeia (*CE*), através de iniciativas como *Education in Emergencies* (Comunidade Europeia, 2022) e das orientações da *European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*, destaca igualmente o papel da escola, na construção de uma cultura de segurança e de resiliência.

Em Portugal, apesar dos progressos verificados no Sistema Nacional de Proteção Civil (*SNPC*) ao nível legislativo, operacional e estratégico, subsistem desafios estruturais. Entre estes, sobressai a fraca literacia da população, quanto aos riscos e medidas de autoproteção, o que compromete a eficácia da resposta a emergências e a capacidade de recuperação pós-evento.

A aplicação prática do Referencial de Educação para o Risco, da Direção-Geral da Educação (*DGE*), permanece apenas no papel, não tendo sido possível através da investigação encontrar qualquer evidencia da sua aplicabilidade, promovendo assim uma cultura desigual entre os territórios, refletindo uma lacuna crítica, na integração sistemática da PC, nas práticas educativas.

Os objetivos de Proteção Civil para Portugal em 2030, definidos pela Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ANEPC, 2023), visam a redução do risco de catástrofes, o fortalecimento da governança e a melhoria da resiliência das comunidades. Para tal, a estratégia foca-se na prevenção, na preparação e na resposta a riscos naturais e tecnológicos, através do envolvimento dos cidadãos e da capacitação dos diversos atores do sistema, impulsionando uma abordagem mais integrada de gestão de riscos alinhada com o quadro internacional.

É neste contexto, que as Comunidades Intermunicipais (*CIM*) poderão emergir como estruturas estratégicas, na coordenação territorial de políticas públicas. Com competências nas áreas da educação, PC e desenvolvimento regional, as CIM têm o potencial de promover sinergias entre escolas, municípios e estruturas de socorro. A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (*CIRA*), composta por 11 municípios, destaca-se como um território, com historial de cooperação técnica no domínio do risco (como o projeto *SEGURA*¹) e apresenta condições propícias, para a implementação de uma estratégia intermunicipal, concertada no âmbito da educação para o risco.

Contudo, na *CIRA*, não se verifica atualmente uma política integrada, estruturada e equitativa de educação para a PC. A articulação entre os municípios, os agrupamentos escolares e os serviços municipais de proteção civil, são frágeis, resultando em práticas desiguais, ausência de continuidade nas ações e baixa consolidação de uma cultura de prevenção.

¹ O Projeto *SEGURA*, da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (*CIRA*), é um sistema integrado de gestão de riscos naturais e tecnológicos. O objetivo principal é identificar, avaliar e monitorizar esses riscos no território da *CIRA*. O projeto também visa a criação de instrumentos para o planeamento e investimento em meios e sistemas de segurança, tanto a nível municipal quanto regional. Além disso, o *SEGURA* auxilia na gestão de situações de emergência e intervenção.

A inexistência de um modelo comum de atuação, a escassez de recursos humanos especializados, a fraca aposta em formação contínua e a ausência de mecanismos de avaliação, contribuem para um sistema intermunicipal, desarticulado.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (*OECD*), reforça esta perspetiva, salientando a importância de transformar as organizações de Proteção Civil, em entidades que aprendem continuamente com a prática, monitorizando, treinando e documentando os seus processos. (OECD, 2014)

Neste enquadramento, a presente dissertação, tem como objetivo geral, analisar o papel da educação escolar, na promoção de uma cultura de PC na CIRA, identificando as fragilidades do modelo atual e propondo estratégias, para uma articulação mais eficaz e coesa entre os municípios, escolas e estruturas de PC.

Os objetivos específicos, passam por caracterizar o panorama da educação para o risco nos municípios da CIRA, identificar lacunas e boas práticas, compreender as perceções de autarcas, da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), Técnicos, Professores e Agentes de Proteção Civil (*APC*), propor melhorias concretas e territorialmente ajustadas e contribuir para a construção de um modelo intermunicipal, que possa futuramente ser replicável.

Este estudo, procura responder, em que medida a educação para o risco, está presente nas políticas educativas dos municípios da CIRA, qual o papel desempenhado pelos diferentes agentes — nomeadamente Autarcas, Serviços Municipais de Proteção Civil, Professores e estruturas de Proteção Civil — na dinamização de ações de sensibilização e formação, que fatores atuam como facilitadores ou obstáculos, à implementação de uma estratégia intermunicipal eficaz neste domínio, e de que forma as CIM, podem assumir um papel estruturante, na articulação entre políticas educativas de PC, promovendo uma abordagem integrada, territorialmente coesa e orientada para a resiliência das comunidades.

A relevância da investigação, desdobra-se em três dimensões fundamentais:

No plano científico, o trabalho procura contribuir para a melhoria e o preenchimento de uma lacuna na literatura nacional sobre esta temática, ao cruzar os campos da educação, gestão de emergência, políticas públicas e governação territorial.

No plano institucional, oferece uma análise empírica, com base num território específico e proporciona contributos úteis, à formulação de políticas públicas intermunicipais, beneficiando do conhecimento profundo do autor, sobre a realidade local.

No plano social, a investigação visa promover comunidades mais conscientes, participativas e resilientes, especialmente através da capacitação das gerações mais jovens.

A motivação do autor — residente, Técnico Superior de Proteção Civil e agente político na região da CIRA — confere ao estudo uma perspetiva informada e integrada, com base em vivência direta, das fragilidades e potencialidades do sistema regional de PC. A ausência de um plano estratégico intermunicipal e de mecanismos coordenados de formação das populações, constitui a base para a elaboração desta dissertação.

A presente dissertação encontra-se estruturada em cinco partes principais, organizadas de forma lógica e sequencial, refletindo a progressão do trabalho desde o enquadramento conceptual até à formulação de propostas operacionais concretas. Esta organização visa garantir uma leitura coerente e aprofundada da problemática da educação escolar para a PC na CIRA, tendo como base um modelo de investigação orientado para a ação, com forte ancoragem territorial e institucional.

A **Parte I** assume um carácter introdutório e de fundamentação teórica, abordando os conceitos centrais da PC, a importância da educação para o risco e os principais enquadramentos legais e estratégicos nacionais e internacionais. Inclui ainda a análise crítica do estado da arte, destacando-se os instrumentos orientadores como o Quadro de Sendai, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Referencial de Educação para o Risco. Nesta secção são igualmente revisitadas as conclusões do projeto de licenciatura do autor — "Brincar à Proteção Civil" — que serviu como ponto de partida para a formulação da presente investigação, conferindo-lhe coerência académica e continuidade temática.

A **Parte II** dedica-se à contextualização territorial e institucional da CIRA, apresentando uma caracterização aprofundada da sua configuração organizativa, princípios orientadores e dinâmica de governação intermunicipal. São descritos os 11 municípios que compõem a comunidade, com particular enfoque nos seus indicadores sociodemográficos, nos instrumentos de planeamento de emergência e nos serviços municipais de PC. Esta parte permite compreender a diversidade do território, os recursos disponíveis, as assimetrias existentes e o

potencial de atuação da CIRA enquanto estrutura supramunicipal com competências relevantes nas áreas da educação e da PC.

A **Parte III** expõe a metodologia da investigação, assente numa abordagem mista, de natureza predominantemente qualitativa, com recurso à triangulação de dados. São detalhados os métodos de recolha de informação — análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários —, bem como os critérios de seleção da amostra, os princípios éticos seguidos e as técnicas de tratamento e análise dos dados. Esta componente metodológica robusta permitiu recolher informação fiável junto de diferentes agentes territoriais e institucionais, assegurando a diversidade de perspetivas e a representatividade das conclusões.

A **Parte IV** apresenta e analisa os resultados da investigação empírica. A informação recolhida é organizada por áreas temáticas e grupos de respondentes (Presidentes de Câmara, Coordenadores Municipais de Proteção Civil e Diretores de Agrupamentos Escolares), permitindo identificar padrões, boas práticas, lacunas e desafios. Incluem-se ainda as entrevistas ao Presidente da CIRA e ao Comandante Sub-Regional da ANEPC, cuja análise complementa os dados dos inquéritos e oferece uma leitura integrada das perceções institucionais. Esta parte evidencia os principais constrangimentos à implementação de uma política intermunicipal eficaz de educação para o risco, como a ausência de articulação entre os atores, a descontinuidade das ações e a escassez de recursos formativos.

Por fim, a **Parte V** integra a fase conclusiva do trabalho. Inicia-se com uma análise SWOT da realidade observada, identificando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças associadas ao atual modelo de articulação entre educação escolar e proteção civil na CIRA. Segue-se a apresentação de um plano de ação intermunicipal, com propostas concretas para reforçar a cultura de segurança e resiliência, nomeadamente através da formação contínua, produção de recursos pedagógicos comuns, criação de redes colaborativas e institucionalização de uma estratégia educativa regional para o risco. A dissertação encerra com a sistematização dos principais contributos da investigação, propondo ainda linhas futuras de investigação e atuação, com vista à consolidação de um modelo territorialmente coeso, sustentável e replicável noutras regiões do país.

Assim, a presente investigação pretende não apenas analisar criticamente o estado atual da educação para o risco na região da CIRA, mas sobretudo contribuir para a construção de uma abordagem estratégica, integrada e intermunicipal, que permita consolidar uma cultura de PC nas comunidades escolares. Ao articular diferentes níveis de análise — teórico, institucional,

empírico e propositivo —, este estudo assume-se como uma ferramenta de diagnóstico e de orientação para a ação, oferecendo evidência científica e recomendações aplicáveis à realidade concreta do território. Através da auscultação dos principais agentes locais e da sistematização das práticas em curso, pretende-se reforçar o papel da educação como eixo estruturante da resiliência coletiva, promovendo soluções territorialmente ajustadas e sustentáveis, com impacto direto na segurança, coesão e preparação das populações face aos desafios do risco.

Parte I

1. Enquadramento Teórico

A crescente diversidade e intensidade dos riscos — de natureza natural, tecnológica, sanitária ou social — impõe a adoção de estratégias integradas de gestão. A globalização, as alterações climáticas, a urbanização acelerada e a interdependência entre sistemas sociais e tecnológicos contribuem para o surgimento de novas ameaças e o agravamento das vulnerabilidades existentes. Neste contexto, a PC deve ultrapassar uma lógica estritamente reativa, assumindo um papel estruturante em todas as fases do ciclo de gestão do risco: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Em Portugal, o quadro legal que orienta esta área está consagrado na Lei de Bases da Proteção Civil (Diário da República, 2006), que define os princípios orientadores da atividade e estabelece como objetivos primordiais a proteção de pessoas, bens e do ambiente, a redução da exposição ao risco e a consolidação de uma cultura de segurança. A implementação prática deste sistema compete à ANEPC, em articulação com os níveis regional, sub-regional e local. Instrumentos como o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (*SIOPS*) e o Sistema Integrado de Emergência Médica (*SIEM*) asseguram a coordenação operacional e favorecem a cooperação entre os diversos agentes envolvidos.

A educação para o risco, é hoje amplamente reconhecida, como um pilar fundamental da resiliência comunitária, entendida como o processo sistemático de aquisição de conhecimentos, atitudes e comportamentos destinados a preparar indivíduos e comunidades, para prevenir e responder a emergências, a educação para o risco, transcende os limites da escola, envolvendo toda a sociedade.

O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (UN/ISDR, 2015) enfatiza o papel da educação e da sensibilização pública, como componentes essenciais da gestão do risco, incentivando os Estados, a integrar esta temática nos currículos escolares e nas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

De igual modo, que a Agenda 2030, adotada nos termos das Nações Unidas, contempla 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acompanhados por 169 metas que orientam a ação conjunta de países e cidadãos rumo à erradicação da pobreza, à *proteção ambiental e à promoção do desenvolvimento equitativo e sustentável até 2030*. Esta estratégia global define-

se como um “contrato para o planeta e os povos”, cuja aplicação local requer o alinhamento de políticas nacionais e regionais em múltiplos setores, incluindo a educação, a governação territorial e a resiliência aos riscos. Estas ODS “em particular o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis” sublinham a necessidade de construir comunidades resilientes, o que pressupõe uma cidadania informada e participativa (UN/ISDR, 2015).

Já o programa Portugal 2030 concretiza a operacionalização da Agenda 2030 no contexto nacional através de doze programas estruturantes. Estes programas dividem-se em quatro temáticas — como “Demografia, qualificações e inclusão”, “Inovação e transição digital”, “*Ação climática e sustentabilidade*” e “Mar” — e em programas regionais, além de um programa de assistência técnica, assegurando uma distribuição de apoios ajustada às realidades regionais do território português (Diário da República, 2021).

O Decreto-Lei n.º 44/2019 estabelece o quadro jurídico para a atribuição de competências em matéria de Proteção Civil às autarquias locais. Esta norma define a organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e o papel do Coordenador Municipal de Proteção Civil, consolidando, a nível local, os instrumentos conferidos pela Lei de Bases da Proteção Civil. Esta descentralização institucional é fundamental para assegurar ações de prevenção e preparação mais ajustadas à realidade dos municípios (Diário da República, 2019).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017 inaugurou a primeira Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, com horizonte temporal até 2020, enfatizando a necessidade de promoção de uma perspetiva preventiva na gestão de riscos. Esta resolução definiu objetivos estratégicos centrais — como reforço da governança (em níveis nacional e local), melhoria do conhecimento sobre riscos (avaliação de riscos e danos) e a implementação de estratégias de redução do risco — antecipando a formulação da Estratégia 2030 (Diário da República, 2017).

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021 (D.R. n.º 155-A), reforça a necessária transição do paradigma tradicional baseado na resposta imediata para uma abordagem centrada na prevenção e na gestão integrada do risco. Esta estratégia define cinco objetivos estratégicos — fortalecer a governação e cooperação, melhorar o conhecimento sobre os riscos, implementar estratégias de redução de riscos (imateriais e estruturais), melhorar os mecanismos de preparação (monitorização, alerta e planeamento de emergência) e envolver os cidadãos através da educação para o risco e sensibilização comunitária —, alinhando-se com diretivas

internacionais como o Quadro de Sendai e os ODS 2030. O documento foi submetido à consulta pública entre 15 de março e 27 de abril de 2021 e prevê, para além da definição de objetivos operacionais, mecanismos de acompanhamento, monitorização e financiamento (incluindo recursos comunitários), atribuídos às comissões de proteção civil, com vista a assegurar a execução e adaptação contínua da estratégia no tempo (Diário da República, 2021).

Em Portugal, o Referencial de Educação para o Risco (*DER*), publicado pela Direção Geral da Educação (DGE), visa orientar a integração sistemática desta temática, nos diferentes níveis e ciclos de ensino. Este referencial, propõe uma abordagem transversal, interdisciplinar e adaptada às realidades locais, promovendo a articulação entre o setor educativo, as autarquias e os serviços de proteção civil.

As Comunidades Intermunicipais (CIM), surgem como atores privilegiados na governação do território, com competências alargadas em matérias de planeamento, ordenamento, educação, PC e coesão social. Enquanto entidades supramunicipais, as CIM possuem uma visão alargada do território e capacidade para implementar estratégias integradas de desenvolvimento, incluindo no domínio da educação para o risco.

A CIRA, composta por 11 municípios, tem vindo a afirmar-se como um território, com iniciativas relevantes na área da PC, embora ainda com desafios significativos ao nível da articulação intermunicipal. A ausência de um modelo comum de atuação, a fragmentação das iniciativas educativas e a escassez de recursos humanos especializados, dificultam a consolidação de uma estratégia coesa de educação para o risco.

O papel da CIRA, deve por isso, passar pela criação de um quadro estratégico intermunicipal, que articule as políticas educativas, com os planos municipais de emergência e os serviços locais de proteção civil. A coordenação de projetos comuns, a produção de materiais pedagógicos adaptados ao território e a formação contínua dos agentes educativos e técnicos municipais, são alguns dos caminhos possíveis, para reforçar a cultura de segurança e a resiliência na região.

As abordagens tradicionais de sensibilização, enfrentam hoje, limitações na sua capacidade de mobilização e retenção de conhecimento, por parte das comunidades escolares. Por isso, a inovação pedagógica e tecnológica, assume um papel crucial na eficácia da educação para o risco. Ferramentas como “*serious games*”, simulações em realidade virtual, podcasts,

plataformas digitais interativas e metodologias de aprendizagem ativa (Carvalho, et al., 2016), têm demonstrado elevado potencial na capacitação dos mais jovens, para emergências.

Estudos recentes, sublinham a importância destas metodologias para fomentar comportamentos seguros e interiorizar procedimentos de autoproteção (Pestana, 2014). A coleção “Um Marco na Prevenção”, desenvolvida pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (*SMPC*) de Marco de Canaveses (2024), é um exemplo paradigmático, de uma abordagem pedagógica inovadora, integrando leitura, jogos, conteúdos digitais e atividades práticas (Serviço Municipal de Proteção Civil de Marco de Canaveses & #EstudoEmCasa Apoia, 2024).

Neste sentido, a articulação entre inovação educativa, tecnologia e PC revela-se indispensável, para alcançar resultados sustentáveis, equitativos e territorialmente adaptados, no domínio da educação para o risco.

O presente capítulo, procurou enquadrar teoricamente a temática da PC e da educação para o risco, sublinhando a importância da integração territorial e interinstitucional, promovida pelas comunidades intermunicipais. A articulação entre políticas educativas, estratégias de gestão do risco e inovação tecnológica, constitui o alicerce de uma cultura de segurança efetiva. A análise do caso da CIRA, permitirá compreender, em que medida estes princípios estão (ou não), a ser concretizados, e que caminhos poderão ser seguidos, para uma estratégia intermunicipal mais coesa, eficaz e replicável.

2. Metodologia

A presente investigação, adota uma abordagem metodológica de carácter qualitativo, de tipo exploratório e descritivo. O enfoque qualitativo, permite analisar perceções, experiências e significados, orientada para a compreensão aprofundada das dinâmicas organizacionais, educativas e institucionais, no contexto da educação para o risco, na CIRA.

Esta opção, justifica-se pela complexidade do objeto de estudo, que exige uma análise contextualizada e interpretativa, centrada nos significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais, ao fenómeno em análise.

O desenho metodológico, assenta num estudo de caso centrado na CIRA, permitindo uma exploração intensiva e multidimensional da realidade intermunicipal, contemplando a diversidade de práticas, perceções e estruturas existentes, entre os 11 municípios, que a

integram. A metodologia utilizada, combinou três técnicas principais de recolha de dados: análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de inquéritos, por questionário.

A análise documental, abrangeu planos municipais de emergência, regulamentos intermunicipais, projetos educativos, referenciais pedagógicos e relatórios técnicos relevantes. As entrevistas semiestruturadas, foram conduzidas com dois informantes-chave: o Comandante Sub-Regional da ANEPC e o Presidente da CIRA. Estas entrevistas, foram guiadas por um roteiro temático previamente elaborado, estruturado em torno de quatro campos de análise: literacia em proteção civil, articulação institucional, estratégias educativas e visão prospetiva.

As entrevistas, foram realizadas presencialmente, com consentimento informado e submetidas a análise de conteúdo de natureza temática, combinando categorias dedutivas (a partir da literatura) com categorias indutivas (emergentes do discurso dos entrevistados).

Paralelamente, foi aplicada uma estratégia quantitativa complementar, com recurso a inquéritos por questionário, dirigidos a três grupos de participantes com responsabilidade direta, na implementação de políticas de educação e PC na região: os 11 Presidentes de Câmara Municipal e respetivos serviços municipais de proteção civil na pessoa dos seus CMPC e os 29 Diretores dos Agrupamentos de Escolas dos municípios da CIRA.

Os inquéritos, foram enviados por correio eletrónico institucional, através da plataforma *Google Forms*, e integraram perguntas de resposta fechada e aberta, permitindo a recolha de dados, tanto quantitativos como qualitativos. Esta dimensão da investigação, permitiu identificar perceções, práticas e constrangimentos operacionais no terreno, a partir de uma amostra representativa, dos principais intervenientes locais.

A amostragem, seguiu um critério intencional e criterioso, visando assegurar a diversidade territorial, a representatividade institucional e o potencial analítico, dos casos selecionados. A triangulação de fontes e métodos (documental e empírico), reforçou a validade interna da investigação e permitiu um cruzamento consistente de perspetivas e evidências.

Do ponto de vista ético, foram garantidos os princípios fundamentais da investigação, em ciências sociais: consentimento informado, anonimato, confidencialidade, uso exclusivo dos dados para fins académicos e salvaguarda da integridade das informações recolhidas.

Apesar das limitações identificadas, como a dificuldade de acesso a alguns interlocutores institucionais e a escassez de dados estatísticos sistematizados, a diversidade de fontes, a

profundidade da análise qualitativa e o recurso a múltiplas técnicas de recolha e validação de dados, contribuíram significativamente, para mitigar tais constrangimentos e enriquecer os resultados obtidos.

3. Proteção Civil e Educação Escolar: Estado da arte

A PC em Portugal, tem evoluído significativamente desde o advento da democracia, afirmando-se como um domínio estratégico da política pública, transversal aos diferentes níveis de governação. A Lei de Bases da Proteção Civil (Diário da República, 2006), estabelece um modelo de atuação assente em cinco pilares fundamentais: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Contudo, a transição de um paradigma reativo, para um paradigma verdadeiramente preventivo e integrado, ainda não se concretizou de forma sistemática e homogénea, no território nacional (Lameiras & Coelho, 2025).

Apesar do sólido enquadramento jurídico, observa-se um desfasamento persistente, entre o plano normativo e a realidade operacional. A prática institucional, continua dominada por lógicas reativas, com escassa capacidade para planear e executar políticas de mitigação estruturantes. Esta abordagem, perpetua a vulnerabilidade das populações e compromete a construção de uma cultura de segurança efetiva e participada.

Acresce que a estratégia nacional de proteção civil, padece de uma fraca territorialização. A ausência de articulação eficaz entre os níveis central, regional e local, traduz-se numa implementação fragmentada e desigual, das medidas de prevenção e sensibilização. A ANEPC, embora responsável pela definição estratégica, revela limitações na sua capacidade de induzir coerência e sinergia nas políticas intermunicipais, em especial no que diz respeito à integração da proteção civil, no tecido educativo e social local (Lameiras & Coelho, 2025).

Neste contexto, a educação para o risco, surge como um eixo estratégico incontornável. A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (*ENEC*), promovida pelo Ministério da Educação, reconhece expressamente este domínio, como componente essencial da formação escolar, a ser operacionalizado, através da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento”. Através do Manual de Apoio à Estratégia de Educação para a Cidadania – Educação para o Risco, são definidos objetivos pedagógicos ambiciosos, nomeadamente: reconhecer os riscos naturais e tecnológicos, desenvolver atitudes preventivas, promover a responsabilidade cívica e envolver a comunidade escolar, em ações de autoproteção (Direção Geral da Educação, 2021).

Contudo, e apesar da robustez do referencial estratégico, a implementação prática no sistema educativo é assimétrica. Verifica-se uma dependência excessiva do voluntarismo de escolas e municípios, sendo a sua concretização, frequentemente pontual e descontinuada. Embora existam boas práticas — como simulacros anuais, campanhas como “A Terra Treme” ou a utilização de kits pedagógicos, em alguns territórios — a sua generalização está longe de ser atingida.

No caso específico da CIRA, este panorama de fragilidade é claramente visível. A investigação realizada, revela uma disparidade significativa entre os municípios, no que toca à formação e sensibilização para a PC. Enquanto algumas autarquias promovem ações próprias, geralmente com base em recursos internos ou parcerias locais, outras evidenciam lacunas críticas, tanto na ausência de iniciativas, como na inexistência de articulação, com os agrupamentos escolares. A inexistência de uma estratégia intermunicipal articulada, tem conduzido à fragmentação dos esforços e à inexistência de práticas uniformizadas.

Esta fragmentação, compromete não só a eficácia das ações, como impede a consolidação de uma verdadeira cultura regional de PC, baseada em conhecimento, responsabilidade cívica e resiliência. A formação contínua dos APC e o envolvimento ativo da população, constituem áreas particularmente frágeis, onde a escassez de recursos humanos, a rotatividade dos quadros técnicos e a ausência de planos formativos comuns, se fazem sentir de forma aguda.

A análise das entrevistas realizadas a Técnicos Municipais, Autarcas e responsáveis escolares, permite constatar uma clara consciência, da importância da educação para o risco, mas também uma perceção de descoordenação, insuficiência de meios e ausência de orientações operacionais claras. As faltas de técnicos especializados, em educação para o risco e a inexistência de redes de cooperação entre escolas e serviços municipais, são identificadas como barreiras recorrentes.

Perante este diagnóstico, torna-se imperativo avançar para a construção de um plano formativo intermunicipal, que promova a harmonização das práticas educativas, a capacitação técnica dos operacionais e o envolvimento progressivo da população, com particular enfoque nas faixas etárias mais jovens e nos grupos mais vulneráveis. Tal plano, deverá integrar ações formativas regulares, criação de recursos didáticos comuns, dinamização de clubes escolares de PC e reforço da presença da temática, nos currículos escolares, através de abordagens interdisciplinares.

Este reforço da articulação entre escolas e PC, deve ser acompanhado por uma aposta clara, na avaliação e monitorização das ações. A ausência de instrumentos de avaliação contínua, como sublinhado por Lameiras e Coelho, compromete a aprendizagem institucional, impede a deteção atempada de falhas e enfraquece a legitimidade do sistema (Lameiras & Coelho, 2025). Assim, torna-se essencial instituir mecanismos de prestação de contas e de avaliação de impacto das políticas implementadas, tanto no plano local, como regional.

Em suma, o estado da arte da PC em Portugal, revela um percurso normativo e estratégico significativo, mas ainda longe de estar consolidado, do ponto de vista territorial, educativo e operacional. No caso da CIRA, os desafios são particularmente evidentes, no domínio da formação e da articulação interinstitucional. Esta realidade, exige uma mudança estrutural, na forma como a PC é pensada e implementada — de uma lógica centrada na resposta, para uma lógica ancorada na prevenção, na educação e na cidadania ativa.

4. A Proteção Civil em Portugal

A PC em Portugal, constitui uma política pública transversal e estratégica, estruturada, em torno da salvaguarda de pessoas, bens e ambiente, perante a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes. A sua base legal, encontra-se na Lei de Bases da Proteção Civil (Decreto Lei n.º 27/2006 - Lei de Bases da Protecção Civil, 2006), que estabelece os objetivos fundamentais do sistema e define como prioridades a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Este modelo, alinhado com orientações internacionais, como o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (UN/ISDR, 2015), assume uma abordagem multissetorial e descentralizada, promovendo a articulação entre diversas entidades públicas e privadas.

A coordenação global do sistema cabe à ANEPC, que define diretrizes estratégicas e operacionais, em articulação com os serviços regionais e municipais. Todavia, como referem Lameiras e Coelho (Lameiras & Coelho, 2025), apesar da evolução normativa e institucional, no período democrático, persistem fragilidades significativas, na territorialização das políticas de PC, nomeadamente ao nível da articulação, entre os diferentes níveis de governação e na integração destas temáticas, nos processos educativos formais.

A PC, enquanto domínio da ação pública, encontra-se cada vez mais interligada, com a educação para a cidadania e com a promoção de uma cultura de risco. A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), emanada pelo Ministério da Educação, consagra a Educação para o Risco, como um dos seus domínios estruturantes, operacionalizado no

currículo escolar, através da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento” (Direção Geral da Educação, 2024).

Esta componente, visa desenvolver nos alunos, competências para reconhecer riscos naturais e tecnológicos, adotar comportamentos preventivos e envolver-se ativamente, na segurança da comunidade. A metodologia pedagógica preconizada é ativa, interdisciplinar e contextualizada territorialmente, promovendo a articulação, entre saberes científicos e práticas de cidadania.

Apesar deste enquadramento normativo, a implementação efetiva da educação para o risco, nas escolas portuguesas é desigual e depende fortemente, da iniciativa das direções escolares e dos serviços municipais de PC. O mesmo se verifica ao nível intermunicipal, no caso da CIRA, observa-se a inexistência de uma estratégia concertada entre municípios, para integrar de forma estruturada a educação para a PC, nas práticas pedagógicas e nos planos formativos locais. Esta lacuna, gera assimetrias significativas, tanto na qualidade das ações desenvolvidas, como na literacia em risco, das populações escolares.

Estudos recentes e documentos estratégicos nacionais e europeus (Comunidade Europeia, 2022), sublinham a importância de reforçar a ligação, entre escolas e serviços de proteção civil, através de programas conjuntos, materiais didáticos adequados e ações de capacitação mútua.

Neste enquadramento, importa refletir sobre o papel das estruturas intermunicipais, como a CIRA, na criação de sinergias, que ultrapassem os limites administrativos de cada município e permitam construir redes de cooperação sustentadas, entre escolas, serviços de proteção civil, autarquias e sociedade civil. A construção de planos intermunicipais de educação para o risco, a definição de protocolos de articulação, entre agrupamentos escolares e serviços técnicos, bem como, a formação conjunta de professores e APC, surgem como estratégias prioritárias, para reforçar a eficácia territorial das políticas de PC, em Portugal.

5. A relevância da Proteção Civil na Educação Escolar

A integração da PC, no sistema educativo português, é fundamental para promover uma cultura de segurança e resiliência, desde a tenra idade. A educação escolar, desempenha um papel crucial, na preparação das crianças e jovens, para enfrentarem emergências, capacitando-os com conhecimentos e competências essenciais, em matéria de prevenção e autoproteção.

Iniciativas como por mero exemplo, “A Proteção Civil vai à Escola”, promovida pelo SMPC de Torres Vedras, exemplificam a importância desta abordagem. Esta atividade, visa

sensibilizar os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, para a relevância da PC e dos seus agentes, informando-os sobre os principais riscos e perigos, com destaque para sismos e incêndios escolares. Através de jogos didáticos, exibição de filmes e exercícios práticos, procura-se desenvolver competências, no âmbito da prevenção e da autoproteção, estimulando comportamentos responsáveis, em emergências. ("A Proteção Civil vai à Escola", 2024), sendo, no entanto, esta uma medida avulsa e desintegrada de um plano nacional educativo.

A DGE, também promoveu a educação para o risco, através de iniciativas, como a “Quinzena da Educação para o Risco”. Esta ação, incentiva os estabelecimentos escolares, a organizar espaços de discussão e aprendizagem, sobre a importância de fomentar uma cultura de segurança, face a diversos riscos, como cheias, explosões, inundações, incêndios, secas, sismos e tsunamis. O objetivo, é garantir respostas adequadas a cada situação e desenvolver uma cidadania ativa, em matéria de prevenção, proteção e segurança, tanto a nível individual, como coletivo. (Direção Geral da Educação, 2024)

A literatura académica, reforça esta perspetiva, ressaltando, que a promoção de uma cultura de segurança e bem-estar, aliada à responsabilidade individual e coletiva, é essencial para o desenvolvimento económico e social do país. A educação, o currículo e a investigação, devem assumir papéis centrais, na construção de uma cidadania participativa e consciente dos riscos.

Em suma, a inclusão da PC no currículo escolar português, é vital para capacitar as novas gerações, com as ferramentas possíveis, para enfrentar os desafios emergentes. Esta abordagem, não só fortalece a resiliência das comunidades, como também promove uma cidadania ativa e informada, preparada para agir de forma eficaz, em emergências.

A Agenda 2030 das Nações Unidas, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelece uma interligação clara entre a educação de qualidade (ODS 4), a ação climática (ODS 13) e comunidades e cidades sustentáveis (ODS 11), reconhecendo que a formação das populações para lidar com riscos naturais e tecnológicos é condição essencial para a resiliência. A inclusão da proteção civil no currículo escolar contribui diretamente para estas metas, ao dotar os jovens de competências críticas para interpretar, prevenir e responder a ameaças, fortalecendo simultaneamente o seu papel como agentes transformadores no seio das suas comunidades.

No plano nacional, o Portugal 2030 assume como um dos seus eixos centrais a qualificação das pessoas, destacando a promoção de competências para a transição ecológica, digital e

demográfica. Esta orientação estratégica implica a valorização de conteúdos curriculares relacionados com a segurança e a gestão de riscos, nomeadamente através da criação de condições para o desenvolvimento de capacidades em contextos escolares. A educação para a proteção civil, ao incidir sobre temas como a mitigação de riscos e a adaptação às alterações climáticas, posiciona-se como uma alavanca fundamental para a concretização das metas de desenvolvimento regional e socialmente coeso, especialmente em territórios com maior exposição a riscos multissetoriais.

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 define como prioridade o reforço do envolvimento das populações, sublinhando a importância da escola como veículo privilegiado de disseminação de conhecimento sobre riscos. Em particular, destaca-se a necessidade de desenvolver instrumentos pedagógicos, capacitar docentes e integrar a educação para o risco nos projetos educativos de escola, num esforço que transcende iniciativas isoladas e exige uma abordagem articulada entre os setores da educação, proteção civil e governação territorial. Este esforço deverá incluir a avaliação regular da eficácia das ações desenvolvidas e a adaptação dos conteúdos às especificidades de cada território.

O Decreto-Lei n.º 44/2019, ao consolidar a transferência de competências para as autarquias em matéria de proteção civil, acentua a necessidade de uma maior articulação entre os serviços municipais e os estabelecimentos de ensino. Esta transferência legal não só confere autonomia local para o planeamento de ações formativas, como obriga à criação de redes colaborativas entre os Coordenadores Municipais de Proteção Civil, os agrupamentos escolares e as estruturas de apoio educativo. Neste novo quadro, a inclusão sistemática de atividades de educação para o risco nos planos municipais e nos projetos educativos de agrupamento deve deixar de ser uma exceção voluntarista, passando a constituir uma prática transversal e exigível.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017, que deu origem à primeira Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva, já previa a valorização da literacia para o risco como pilar essencial da resiliência nacional. Através da identificação da escola como ambiente estruturante de aprendizagem social e cívica, o documento alertava para a urgência de envolver os jovens no entendimento dos fenómenos de risco, não apenas como recetores de informação, mas como protagonistas de mudança. Esta visão continua atual e reforça a necessidade de políticas educativas que promovam a experimentação, a interdisciplinaridade e o pensamento crítico, aplicados à gestão de emergências e prevenção de catástrofes.

6. Conclusões do meu trabalho de licenciatura

Antes de se avançar para as conclusões específicas, da presente dissertação de mestrado, importa destacar, que a motivação e o enquadramento inicial desta investigação, radicam nas aprendizagens adquiridas e nas evidências recolhidas, ao longo do percurso académico anterior, nomeadamente, no âmbito do projeto final de licenciatura. Esse projeto, intitulado “Brincar à Proteção Civil”, constituiu uma primeira abordagem, ao tema da literacia em PC, com especial enfoque, nas faixas etárias mais jovens, partindo da convicção de que, a sensibilização para os riscos, deve iniciar-se, desde a infância.

A investigação realizada no âmbito da licenciatura, revelou com clareza, as debilidades existentes, na perceção da população portuguesa, relativamente às funções da PC, aos seus agentes e aos procedimentos de autoproteção. Com base em inquéritos, dirigidos a alunos, professores, autarcas e cidadãos em geral, concluiu-se, que a sociedade portuguesa, demonstra uma reduzida familiaridade com os mecanismos de resposta a emergências, bem como, uma fraca interiorização, dos princípios básicos da prevenção e da mitigação de riscos. Estes dados, apontaram para a urgência de incorporar, de forma estruturada, a educação para o risco, no processo formativo das novas gerações, colocando as escolas como eixo central, de uma cultura de resiliência.

Foi precisamente esta constatação — de que as fragilidades identificadas na população resultam, em parte, da ausência de políticas educativas sistematizadas — que lançou o mote, para a presente dissertação de mestrado. Se o projeto de licenciatura, se assumiu como um diagnóstico introdutório, explorando a consciência pública sobre os riscos, o presente trabalho, visa dar um passo além: compreender, como é que na prática, as entidades intermunicipais e as estruturas educativas, podem — ou não — articular-se, para superar essas lacunas.

Neste contexto, a escolha da CIRA, como objeto de estudo, ganha particular relevância, por representar um território diversificado, institucionalmente estruturado e com um potencial significativo, para a implementação de boas práticas. A presente investigação, parte assim, das conclusões do trabalho de licenciatura, mas avança para uma análise mais complexa e sistémica, apoiada numa metodologia mista e com recolha de dados, junto de agentes políticos, técnicos e educativos.

A continuidade entre os dois projetos, é visível, não apenas na temática comum, mas também, na evolução metodológica e na sofisticação analítica. A experiência prévia, revelou a

importância de ouvir os atores locais e proporcionou as bases, para o desenho das ferramentas, agora utilizadas, como as entrevistas institucionais e os inquéritos, aplicados a decisores e responsáveis escolares. A proposta de um plano intermunicipal de formação, de reforço da articulação entre escolas e PC, e de integração efetiva da educação para o risco, no currículo escolar, constitui, uma resposta concreta e amadurecida, às fragilidades anteriormente identificadas.

Neste sentido, esta dissertação de mestrado, representa a consolidação de um percurso académico coerente e progressivo, em que a investigação se transforma em ferramenta de ação, e a reflexão crítica, em contributo para a construção de políticas públicas mais robustas, equitativas e sustentáveis, no domínio da PC e da educação para o risco.

Parte II

7. Estratégia Governamental para as Comunidades Intermunicipais

A organização administrativa de Portugal, tem vindo a evoluir ao longo dos anos, adaptando-se às necessidades socioeconómicas, do território. Com vista a uma maior eficiência na gestão pública, equidade territorial e convergência com padrões europeus, o Governo propõe uma estratégia, para a revisão da legislação, que rege a divisão administrativa, nomeadamente ao nível das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (*NUTS*) e das CIM. Esta proposta está em conformidade com o (Diário da República, 2025), que define os princípios de organização administrativa do país.

A revisão legislativa, tem como objetivos a modernização e eficiência administrativa, através da reformulação do enquadramento legal, para reduzir sobreposição de competências e otimizar recursos, respeitando os critérios estabelecidos no Decreto-Lei n.º 46/89. Visa também, o reforço da coesão territorial, promovendo equilíbrio e desenvolvimento sustentável, ajustando a divisão administrativa, para melhor corresponder às realidades económicas e sociais regionais.

No sentido de alinhar com as normas europeias, a proposta harmoniza os padrões comunitários de financiamento e gestão regional, garantindo que a reestruturação, cumpra os requisitos de transparência e eficácia definidos pela União Europeia (*EU*). Além disso, a descentralização e a participação local são reforçadas, permitindo maior autonomia das CIM e revisão da sua articulação com as *NUTS*, garantindo uma distribuição equitativa de competências, entre as entidades regionais e municipais.

A proposta de revisão, da divisão das *NUTS* em Portugal, contempla a redefinição dos limites das *NUTS* III, com o intuito de melhor refletir as dinâmicas territoriais, fortalecer a coerência, entre os níveis *NUTS* II e III, e reavaliar os critérios de financiamento regional. Esta reorganização, pretende ajustar as unidades estatísticas à realidade socioeconómica atual, assegurando uma maior eficácia, na aplicação de políticas públicas e nos mecanismos de coesão territorial. As *NUTS* em Portugal, estão atualmente estruturadas em três níveis hierárquicos: *NUTS* I, que compreende três grandes regiões — Continente, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores; *NUTS* II, que agrega sete regiões — Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores; e *NUTS* III, que se subdividem em vinte e cinco sub-regiões.

Paralelamente, à revisão dos limites das NUTS III, a proposta visa também o reforço do papel das CIM, clarificando e consolidando as suas competências. Pretende-se, com esta revisão, promover uma maior cooperação entre os municípios integrantes, ampliar a sua autonomia financeira e incentivar o envolvimento da população, nos processos de governação intermunicipal. Esta abordagem, procura assim, uma descentralização mais eficaz, assente numa lógica de proximidade e adaptada às especificidades territoriais, permitindo um planeamento e execução de políticas públicas, mais coeso, inclusivo e eficiente.

NUTS III	NUTS II	NUTS I
Alto Minho Cávado Ave Área Metropolitana do Porto Alto Tâmega e Barroso Tâmega e Sousa Douro Terras de Trás-os-Montes	Norte	Continente
Região de Aveiro Região de Coimbra Região de Leiria Viseu Dão Lafões Beira Baixa Beiras e Serra da Estrela	Centro	Continente
Grande Lisboa	Grande Lisboa	Continente
Médio Tejo Lezíria do Tejo Oeste	Oeste e Vale do Tejo	Continente
Península de Setúbal	Península de Setúbal	Continente
Alentejo Litoral Baixo Alentejo Alto Alentejo Alentejo Central	Alentejo	Continente
Algarve	Algarve	Continente
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

Tabela 1 - NUTS de Portugal

A implementação desta estratégia, trará benefícios significativos, como a melhoria na gestão dos fundos europeus, garantindo uma alocação mais justa e eficaz dos recursos financeiros, reforço da identidade regional, maior coesão social e económica, aumento da qualidade dos serviços públicos e promoção do desenvolvimento sustentável. A revisão da divisão

administrativa e a reformulação da legislação associada, são essenciais para garantir uma gestão territorial, mais eficiente e alinhada com os desafios do século XXI, assegurando conformidade com o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro.

8. Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro

A CIRA, é uma entidade pública de natureza intermunicipal, criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 45/2008 de 11 de março (Diário da República, 2008), e consolidada com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, que regula o regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais em Portugal. A CIRA, integra atualmente os seguintes 11 municípios: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Sever do Vouga.

Estes municípios, abrangem uma área total de aproximadamente 1.692 km², com uma população residente, superior a 370 mil habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2021), configurando-se como uma das sub-regiões mais dinâmicas, do Centro de Portugal, quer em termos económicos e industriais, quer em termos de diversidade territorial, combinando espaços urbanos consolidados, com áreas rurais e zonas costeiras e lagunares.

No domínio específico da PC, a CIRA, tem procurado posicionar-se como um agente facilitador da cooperação regional, promovendo programas de formação, aquisição de equipamentos partilhados, e desenvolvendo iniciativas, como o projeto SEGURA – um sistema de gestão de emergência partilhado entre os municípios. No entanto, a ausência de uma estratégia intermunicipal plenamente integrada, especialmente no que se refere à educação para o risco, tem sido apontada como uma das limitações à sua atuação (Pestana, 2014).


Dada esta confluência de fatores — heterogeneidade territorial, envolvimento crescente em projetos de PC, e o papel estratégico na coordenação educativa —, a CIRA, representa um estudo de caso pertinente, para avaliar as potencialidades e fragilidades da articulação, entre educação e proteção civil, em contexto intermunicipal. A sua configuração institucional, o número diversificado de municípios envolvidos e o seu percurso recente, em matéria de políticas educativas e de risco, tornam-na um território-laboratório, ideal para a experimentação e avaliação de boas práticas, com potencial de replicabilidade, noutras regiões do país.

25. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

25.1 - Ponto de situação

Tomado conhecimento do ponto de situação do projeto. Oportunamente será marcada reunião com o novo responsável, Presidente Jorge Almeida.

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 3 de 26-mar-2024 / 2024.150.10.701.3 - 623) | 21|32



25.2 - Processo 1492_21.0T9BRG

Dado conhecimento do despacho da Ata de Diligências Instrutórias no âmbito do processo n.º 1492/21.0T9BRG.

25.3 - Procedimento n.º 2023/300.10.005/089 - Fornecimento e Instalação de "Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional" para cobertura do território da Região de Aveiro

- Prorrogação do prazo

Tomado conhecimento do pedido de suspensão da execução do contrato - Fornecimento e Instalação de "Sistema de Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional" para cobertura do território da Região de Aveiro – Procedimento n.º 2023/300.10.005/089.

Face aos argumentos apresentados, o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a suspensão do contrato, pelo período de um mês (com efeitos a partir do dia 14 de março de 2024), com a consequente prorrogação do prazo do contrato por um período de dois meses, bem como aprovar a adenda ao contrato.

25.4 - Instalação de Sistema de Videovigilância Florestal

- Protocolo AdRA

Tomado conhecimento da proposta de Protocolo de cooperação a formalizar entre a AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. e a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, para a utilização de infraestruturas da AdRA no âmbito do projeto SEGURA. O Conselho Intermunicipal deliberou a sua aprovação.

Neste enquadramento, o Presidente de Ílhavo informou que está em processo de aquisição um veículo de apoio ao combate a fogos, especialmente na área do Porto de Aveiro (face aos riscos específicos), sendo o único no género na região.

Figura 1 - CIRA | Ata n.º 3 de 23-03-24


24. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

24.1 – Instalação da última TAR - Sistema de Videovigilância Florestal

– Ponto situação / Protocolo

Tomado conhecimento da proposta de Protocolo de cooperação a formalizar entre a AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. e a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, para a utilização de infraestruturas da AdRA no âmbito do projeto SEGURA (instalação de um sistema de videovigilância para prevenção de incêndios florestais e apoio à decisão operacional). Decidiu-se que o assunto será tratado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, também vogal do Conselho de Administração da AdRA.

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 4 de 22-abr-2024 / 2024.150.10.701.4 - 767) | 17|26



24.2 – Procedimento nº 2023/300.10.005/089 - Fornecimento e Instalação de "Sistema De Videovigilância para Prevenção de Incêndios Florestais e apoio à Decisão Operacional" para cobertura do território da Região de Aveiro

– **Trabalhos complementares**

Tomado conhecimento da informação, de 19-04-2024, sobre trabalhos complementares, necessários à prestação dos serviços objeto do contrato, não podendo ser tecnicamente separáveis do objeto do contrato e necessários para a operacionalidade total do sistema. O Conselho Intermunicipal aprovou a realização dos referidos trabalhos.

24.3 – Procedimentos de Segurança

Aprovada a Ficha de Procedimentos de Segurança no âmbito da Instalação de Equipamentos de Videovigilância Florestal no Reservatório de Recardães.

24.4 – Proteção Civil 2030

– **Definição de critérios de apoios no âmbito do CDCT RA2030 | Próximos passos**

Tomado conhecimento dos Relatórios Técnicos das quatro fases do "Estudo Intermunicipal de Riscos Naturais e Tecnológicos e Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicos da Região de Aveiro – SEGURA" para apoio à definição de critérios no âmbito do CDCT RA 2030.

Propôs-se o levantamento do existente e das necessidades no território, no sector da proteção civil, para posterior definição de uma estratégia de financiamento (EPI's, viaturas, etc.). O assunto será objeto de reflexão conjunta em data a agendar, após reunião com o Comandante Sub-regional da ANEPC.

Figura 2 - CIRA | Ata n.º de 22-04-24

23. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

23.1 – Estudo Intermunicipal de Riscos e Desenvolvimento do SEGURA

– Preparação contratação

Tomado conhecimento do reforço para a decisiva utilização da plataforma do SEGURA pelos técnicos dos Municípios, para além do Comando Sub-Regional de Proteção Civil da Região de Aveiro, essencial para a manutenção e melhoria da plataforma e manutenção do sistema em estado operativo.

23.2 – CCDT 2030

– Marcar reunião ANEPC

O Conselho Intermunicipal decidiu agendar a reunião com a ANEPC, porque urge o planeamento e definição de uma estratégia em função do conhecimento das necessidades efetivas dos bombeiros para aplicação da linha de financiamento. O Presidente do Conselho Intermunicipal solicitou a todos os membros que façam uma gestão das expectativas dos nossos bombeiros, dado que o financiamento disponível até 2030, a repartir por todos, esgotar-se-á rapidamente.

23.3 – Rede nacional da vigilância ativa para a Vespa velutina

Tomado conhecimento da entrega de material para os Municípios usarem na monitorização para a Rede nacional da vigilância ativa para a Vespa velutina.

O Presidente de Oliveira do Bairro informou que uma associação de apicultores local solicitou o apoio do Município para a alimentação das abelhas, tendo questionado o ponto de situação dos restantes Municípios, neste contexto. Esclareceu-se que não têm recebido o mesmo tipo de solicitações, mas centrado a ação intensa na prevenção, combate e eliminação.

23.4 – Instalação da última TAR-Sistema de Videovigilância Florestal

– Ponto de situação

Tomado conhecimento que o processo de instalação do sistema de videovigilância foi concluído, estando já operacional.

Figura 3 - CIRA | Ata nº 5 de 21-05-24

24. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

24.1 – Gestão de Riscos/SeguRA

– Abertura e aprovação de peças de procedimento

Tomado conhecimento da Informação Interna n.º 1124 de 24-06-2024.

O Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a aquisição de serviços proposta proceder à abertura do procedimento 2024/300.10.005/66 para a Aquisição de serviços para manutenção e otimização do “Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicos da Região de Aveiro” e decisão de contratar por Consulta Prévia, nos termos da informação interna n.º 1124 de 24-06-2024.

24.2 – INIAV - Rede nacional da vigilância ativa para a Vespa velutina

– Ponto de situação

Tomado conhecimento da entrega de material para os Municípios usarem na monitorização para a Rede nacional da vigilância ativa para a Vespa velutina. Alertou-se que apenas Aveiro veio recolher o Kit disponibilizado.

24.3 – Marcação de reunião com a ANEPC/CCDT2030

Informado que já existe uma proposta de aviso, tornando-se útil a marcação da reunião com o comandante sub-regional, António Ribeiro, para planeamento e definição de uma estratégia em função do conhecimento das necessidades efetivas dos bombeiros.

Figura 4 - CIRA | Ata nº 6 de 24-06-24

21. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

21.1 - Ponto de situação

Dado conhecimento do ponto de situação dos projetos de proteção civil e gestão de riscos.

21.2 - Atualização e Operacionalização SEGURA (geoatributo)

- Proposta de repartição Municipal

Tomado conhecimento do ponto de situação do serviço para a manutenção e otimização do "Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicas da Região de Aveiro" - SEGURA. No âmbito do procedimento 2024/300.10.005/66, o Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a proposta de repartição igualitária dos custos, não financiados, pelos Municípios da Região de Aveiro.

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 7 de 19-jul-2024 / 2024.150.10.701.7 - 1357) | 20|28



21.3 - Proteção civil e gestão integrada de riscos - ITI CIM | Aviso

- Passos a dar | reunião com ANEPC

Na sequência da publicação do Aviso CENTRO2030-2024-37 "Proteção civil e gestão integrada de riscos - ITI CIM" decidido o agendamento da reunião com o comandante sub-regional da ANEPC, [REDACTED] a realizar a 29.JUL, pelas 11:00 horas, em Águeda, tendo em vista a definição de uma estratégia regional de aplicação da referida linha de financiamento.

21.4 - Procedimento 2024.300.10.005.066 - Manutenção e otimização SEGURA

- Projeto de decisão de adjudicação e minuta do contrato

Tomado conhecimento do Projeto da Decisão de Adjudicação do procedimento n.º 2024/300.10.005/66 para Aquisição de serviços para manutenção e otimização do "Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicas da Região de Aveiro". O Conselho Intermunicipal deliberou aprovar a adjudicação à entidade *Geoatributo - Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda.*, pelo montante global de 13.200,00€ (treze mil e duzentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como a aprovação da minuta do contrato.

Figura 5 - CIRA | Ata n° 7 de 19-07-24

21. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

21.1 - Ponto de situação

Na sequência da adjudicação dos trabalhos de "Aquisição de Serviços para Manutenção e Otimização do Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicos da Região de Aveiro", dado conhecimento do ponto de situação da informação de base já disponibilizada, definição metodológica dos trabalhos e agendamento da reunião de lançamento dos mesmos.

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 8 de 02-set-2024 / 2024.150.10.701.8 - 1595) | 21|30



21.2 - PROTEÇÃO CIVIL 2030 - Aviso CENTRO2030-2024-37- Proteção civil e gestão integrada de riscos - ITI CIM

Na sequência da reunião com o Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Aveiro, tomado conhecimento da proposta final e prioridades de investimentos em meios materiais para operações de proteção civil. O Conselho Intermunicipal deliberou a sua aprovação. Seguir-se-á reunião com os representantes das Associações, para apresentação das prioridades definidas.

Figura 6 - CIRA | Ata n.º 8 de 02-09-24

21. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

- Ponto de situação

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 9 de 25-set-2024 / 2024.150.10.701.9 - 1797) | 15|21



Figura 7 - CIRA | Ata n.º 9 de 02-09-24

26. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

26.1 - SEGURA - Ponto de situação

Tomado conhecimento do Relatório Mensal (reportado ao mês de setembro de 2024) com o ponto de situação dos trabalhos no âmbito dos "Serviços para Manutenção e Otimização do Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicas da Região de Aveiro".

26.2 - PORTUGAL2030 - Nota Informativa

Tomado conhecimento da Nota Informativa da ANEPC, elaborada com o propósito de coadjuvar as entidades que pretendam solicitar a emissão de parecer prévio da ANEPC, para efeitos de instrução de candidaturas no âmbito do "Portugal 2030".

Figura 8 - CIRA | Ata n.º 10 de 22-10-24

24. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

24.1 - SEGURA - Ponto de situação

Tomado conhecimento do Relatório Mensal (reportado ao mês de outubro de 2024) com o ponto de situação dos trabalhos no âmbito dos "Serviços para Manutenção e Otimização do Sistema Integrado de Gestão de Riscos Naturais e/ou Tecnológicos da Região de Aveiro".

24.2 - Atualização Lista de Interlocutores - GT Proteção Civil

Dado conhecimento da lista de interlocutores do projeto, para efeitos de atualização dos interlocutores e contactos.

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 11 de 25-nov-2024 / 2024.150.10.701.11 - 2034) | 22 | 29



Figura 9 - CIRA | Ata n.º 11 de 25-11-24

26. PROTEÇÃO CIVIL / GESTÃO DE RISCOS - SEGURA

26.1 – SEGURA

– Plataforma SEGURA: Interlocutores Municipais, ANEPC | Operação em risco

Tomado conhecimento do Relatório Mensal (reportado ao mês de novembro de 2024) com o ponto de situação dos trabalhos no âmbito dos “Serviços para Manutenção e Otimização do Sistema Integrado de Gestão de Riscos

Conselho Intermunicipal (Ata n.º 12 de 16-dez-2024 / 2024.150.10.701.12 - 2204) | 21|29



Figura 10 - CIRA | Ata nº 12 de 16-12-24

8.1. Caraterização e Princípios

A missão da CIRA, consiste na promoção do desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural da região, assegurando uma gestão integrada de políticas públicas, que exijam escala supramunicipal. A sua ação, incide sobre diversos domínios estratégicos, entre os quais se destacam: mobilidade e transportes, proteção civil, ambiente e sustentabilidade, coesão social, educação, turismo, planeamento territorial e inovação.

Do ponto de vista institucional, a CIRA é composta por três órgãos principais. O Conselho Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais dos municípios associados, é o órgão deliberativo e estratégico da entidade. O Secretariado Executivo

Intermunicipal, é responsável pela execução das deliberações e pela coordenação técnica e administrativa das atividades da CIRA. Já o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, integra representantes de diversas entidades públicas e privadas, com interesse na região, funcionando como instância consultiva.

Os princípios orientadores da ação da CIRA, assentam na subsidiariedade, na solidariedade intermunicipal, na eficiência da gestão pública, na coesão territorial e na partilha de recursos e conhecimento, entre os municípios que a compõem. Estes princípios, visam reforçar a governação multinível, promovendo a articulação vertical entre os níveis local, regional e nacional, e a cooperação horizontal, entre municípios.

Particularmente, no domínio da PC e da educação para o risco, a CIRA tem vindo a afirmar-se, como plataforma de concertação estratégica, embora persistam desafios de articulação operativa e assimetrias, na capacidade de resposta entre municípios. Neste sentido, os princípios da equidade territorial e da integração de políticas públicas, tornam-se especialmente relevantes, sobretudo quando se pretende construir uma cultura partilhada, de prevenção e resiliência face a riscos naturais, tecnológicos ou sociais.

A relevância da CIRA, no contexto da dissertação de mestrado, justifica-se assim, pela sua dimensão organizacional, pela diversidade sócio territorial que representa e pela sua função de coordenação, de políticas estruturantes, com impacto direto na qualidade de vida das populações. A sua atuação, enquanto estrutura de governação intermunicipal, constitui um objeto de estudo pertinente para avaliar práticas de cooperação territorial e de integração de políticas públicas, em áreas tão críticas, como a PC e a educação para a cidadania e o risco.



Figura 11 - Municípios da CIRA

	Área Km ²	Freguesias	Densidade populacional Hab/Km ²
Águeda	335,30	11	139,2
Albergaria-a-Velha	158,80	6	159,5
Anadia	216,60	10	128,7
Aveiro	197,60	10	424,1
Estarreja	108,20	5	246,4
Ílhavo	73,50	4	557,1
Murtosa	73,10	4	146,7
Oliveira do Bairro	87,30	4	277,7
Ovar	147,70	5	378,4
Sever do Vouga	129,90	7	84
Vagos	164,90	8	143,9
CIRA	1692,90	74	2685,7

Tabela 2 - Dados qualitativos dos municípios da CIRA

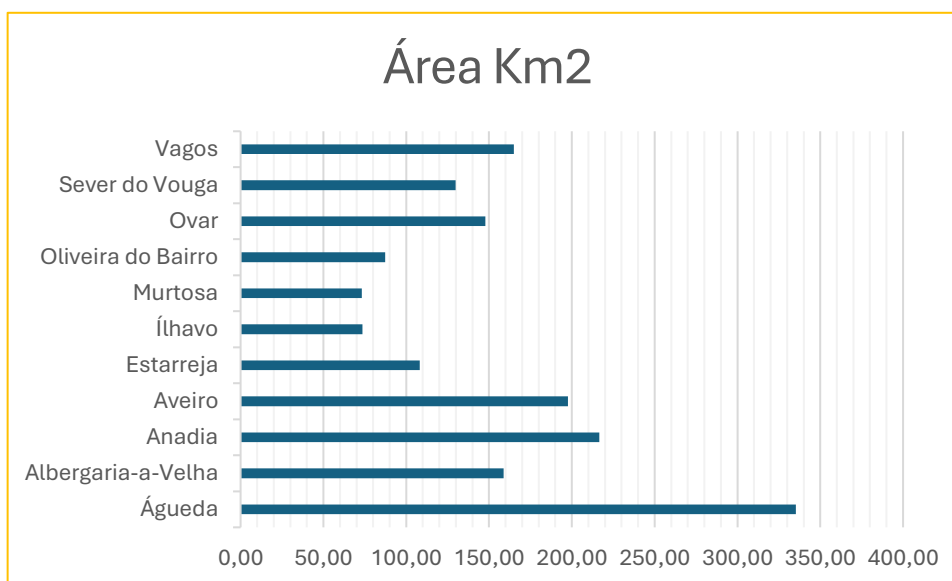


Gráfico 1 - Área em Km² por município

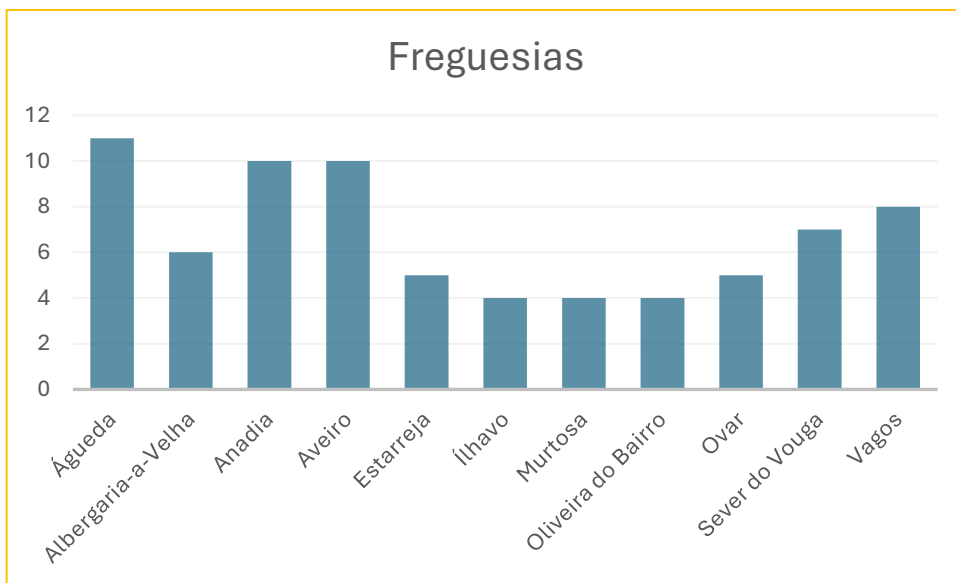


Gráfico 2 - Nº de Freguesias por município

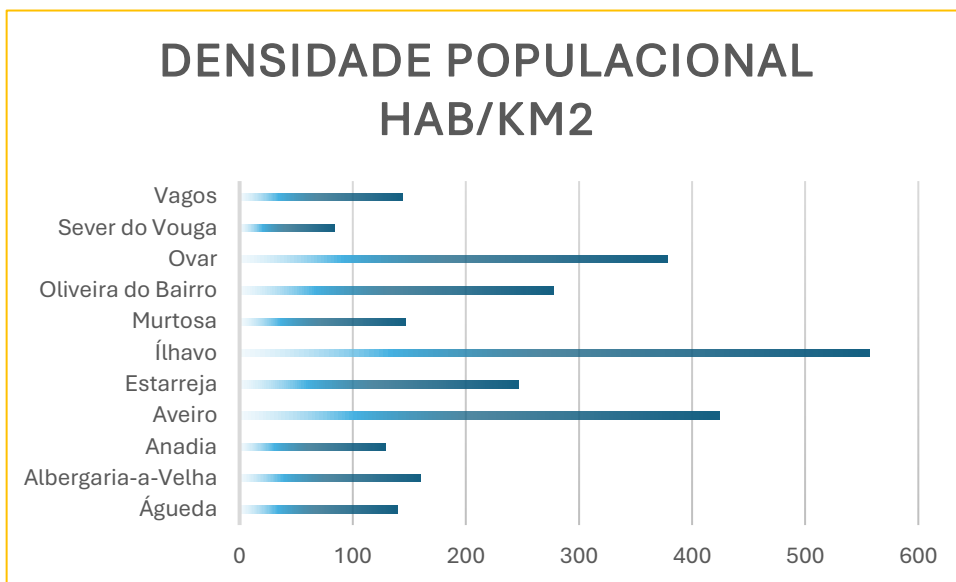


Gráfico 3 - Densidade populacional por município

Município	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil			Coordenador Municipal de Proteção Civil		
	Existe	Data de Aprovação	Data de revisão	Existe	Data de Nomeação do início da comissão	Data de fim da comissão
Águeda	X	19/08/15	19/08/18	X	29/05/20	29/05/23
Albergaria-a-Velha	X	05/07/24	05/07/29	X	18/06/24	18/06/27
Anadia	X	12/07/21	12/07/26	X	09/03/23	09/03/26
Aveiro	X	08/08/16	08/08/21	X	10/02/21	10/02/24
Estarreja	X	29/06/23	29/06/28			
Ílhavo	X	13/09/19	13/09/22	X	07/08/23	07/08/26
Murtosa	X	21/06/12	21/06/17			
Oliveira do Bairro	X	30/09/24	30/09/29	X	23/02/23	23/02/26
Ovar	X	06/08/13	06/08/18			
Sever do Vouga	X	01/03/206				
Vagos	X	12/11/18	12/11/21	X	17/03/22	17/03/25
Distrito de Aveiro	X	04/07/23	04/07/28			

Tabela 3 - PMEPC | CMPC

Agrupamentos Escolares da Comunidade Inter Municipal da Região de Aveiro			
Nome	Concelho	Nº de Escolas	
Agrupamento de Escolas de Águeda	Águeda	7	
Agrupamento de Escolas Águeda Sul		7	
Escola Secundária Adolfo Portela, Águeda		1	
Agrupamento de Escolas de Valongo do Vouga, Águeda		3	
Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha	Albergaria-a-Velha	12	
Agrupamento de Escolas de Branca, Albergaria-a-Velha		10	
Agrupamento de Escolas de Anadia	Anadia	19	
Agrupamento de Escolas de Aveiro	Aveiro	7	
Agrupamento de Escolas de Esgueira, Aveiro		5	
Agrupamento de Escolas José Estêvão, Aveiro		6	
Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, Aveiro		7	
Agrupamento de Escolas Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro		5	
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro		1	
Agrupamento de Escolas de Eixo, Aveiro		2	
Agrupamento de Escolas de Oliveirinha, Aveiro		5	
Agrupamento de Escolas de Estarreja		Estarreja	6
Agrupamento de Escolas de Pardilhó, Estarreja			1
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação, Ílhavo	Ílhavo	8	
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Nazaré, Ílhavo		8	
Agrupamento de Escolas de Ílhavo		9	
Agrupamento de Escolas de Mealhada	Mealhada	15	
Agrupamento de Escolas de Murtosa	Murtosa	4	
Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro	Oliveira do Bairro	12	
Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte	Ovar	13	
Agrupamento de Escolas de Ovar		13	
Agrupamento de Escolas de Ovar Sul		5	
Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga	Sever do Vouga	10	
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos	Vagos	1	
Agrupamento de Escolas de Vagos		17	

Figura 12 - Agrupamentos de Escolas da CIRA

9. Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

A CIRA, instituída formalmente em 2008 e constituída por 11 municípios, corresponde à sub-região NUTS III "Região de Aveiro – Baixo Vouga". Estes municípios são: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

No espaço de 1 693 km², distribuído pelos 11 municípios, residem cerca de 362 000 habitantes (dados até 2018–2020), o que representa aproximadamente 16 % da população da Região Centro. Esta área, apresenta uma densidade populacional de quase 214 hab./km², bem acima da média do Centro (79 hab./km²) e de Portugal (111 hab./km²).

A nível territorial mais amplo, o distrito de Aveiro, abrange 19 municípios, com cerca de 712 995 habitantes e uma densidade de 258 hab./km², em 2022. Comparativamente, o território da CIRA assume um perfil densamente povoado, com forte urbanização, em cidades como Aveiro, Ílhavo e Ovar.

A Região de Aveiro, destaca-se por indicadores de desenvolvimento regional, superiores à média nacional. Em 2023, apresentou um ISDR de 101,512, ultrapassando a média portuguesa. Este resultado, reflete o impacto positivo de uma área com elevado dinamismo económico, densidade populacional e forte capacidade de inovação.

Dentro da região, a capital Aveiro tem cerca de 80 978 habitantes, com densidade de aproximadamente 410 hab./km² (Instituto Nacional de Estatística, 2021). A cidade, destaca-se como centro urbano, portuário, ferroviário, universitário e turístico, reforçando a centralidade metropolitana da CIRA.

² O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) é um indicador estatístico agregado, produzido pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que avalia o nível de desenvolvimento das regiões portuguesas com base em três dimensões fundamentais: competitividade, coesão e qualidade ambiental. O índice é padronizado com média nacional de referência igual a 100, sendo que valores superiores indicam um desempenho regional acima da média nacional, enquanto valores inferiores refletem um desempenho abaixo dessa média. O ISDR permite uma análise comparativa e integrada do território nacional, sendo uma ferramenta relevante para orientar políticas públicas e decisões de financiamento regional (CCDR-N, 2024).

9.1. Águeda

Património – É de visitar a Igreja de Santa Eulália, Padroeira da cidade de Águeda com rico interior e esculturas renascentistas, ou as velhas ruas da Baixa Ribeirinha, o Parque Municipal de Alta-Vila, assim como as antigas quintas brasonadas da região: Quinta da Aguieira, Quinta do Conde de Águeda, entre outras.

Ao nível museológico existe, por exemplo, a Casa-Museu de Etnografia da Região do Vouga e o Museu Dionísio Pinheiro.

Natureza – Perto da vila de Fermentelos, a Pateira é um lago verdadeiramente encantador, de águas tranquilas e rica fauna e flora, sendo a maior lagoa natural da Península Ibérica.

No concelho, destacam-se também as pequenas aldeias serranas, de construções singelas, características etnográficas vincadas e dotadas de magníficas paisagens. São os casos de Macieira de Alcoba, Urgueira e Ventoso.

A zona litoral é fértil, com abundantes lagunas, matas de pinheiros e também vinhas, pois Águeda ainda pertence à Região Demarcada da Bairrada.

Artesanato – No artesanato, a cestaria, os trabalhos em ferro, a faiança e a azulejaria merecem especial referência.

Gastronomia – A gastronomia é variada e inclui pratos como o leitão assado, os rojões, receitas com carne de carneiro e de cabra, além de doces como suspiros e cavacas, e os tradicionais pastéis de Águeda.

No município de Águeda, a Proteção Civil encontra-se plenamente integrada na estrutura da Câmara Municipal, assumindo uma relevância estratégica no planeamento e na resposta a emergências. A força operacional principal é assegurada pelos Bombeiros Voluntários de Águeda e pela sua Secção de Agadão, articulando-se com o Serviço Municipal de Proteção Civil (*SMPC*), órgão responsável pela coordenação local. Este serviço atua com base no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (*PMEPC*), documento orientador que estabelece os princípios e os procedimentos para a gestão de riscos e catástrofes no concelho.

O funcionamento do sistema assenta numa lógica de articulação vertical e horizontal, envolvendo estruturas regionais da CIRA e entidades nacionais como a ANEPC. A atuação municipal desenvolve-se em três domínios fundamentais: prevenção, resposta e recuperação. A

prevenção inclui ações de sensibilização pública, mapeamento e monitorização de riscos e formação de públicos estratégicos. A fase de resposta contempla a monitorização permanente de alertas, a mobilização de recursos técnicos e humanos e a execução operacional do PMEPC. A fase de recuperação incide na avaliação pós-evento e na revisão contínua dos procedimentos e instrumentos de planeamento.

De forma complementar à estrutura centralizada, o município de Águeda criou e implementou Unidades Locais de Proteção Civil (*ULPC*), reforçando a presença operativa nas freguesias. Atualmente existem quatro ULPC em Águeda, nomeadamente, na União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, Freguesia de Valongo do Vouga, União de Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba e Macinhata do Vouga.

Estas unidades são tuteladas pelas respetivas Juntas de Freguesia, mas operadas sob a coordenação técnica dos Bombeiros Voluntários de Águeda. São compostas por cerca de 45 voluntários cada, devidamente equipados com veículos de combate a incêndios e outros meios de primeira intervenção, incluindo viaturas com canhão de água e depósitos com capacidade de 5.500 litros.

A criação das ULPC responde à necessidade de assegurar uma cobertura mais eficaz do território, sobretudo em áreas rurais e com mancha florestal crítica. Esta descentralização operacional permite reduzir os tempos de resposta, aumentar a capacidade de vigilância e reforçar a proximidade com a população local. As ULPC têm sido também integradas em campanhas de sensibilização e educação para o risco junto da comunidade, incluindo sessões em escolas, associações e entidades locais, o que contribui significativamente para a disseminação de boas práticas de autoproteção.

Esta configuração organizacional reflete uma estratégia municipal que alia planeamento estratégico e capacidade operativa, procurando integrar a dimensão educativa como vetor estruturante da Proteção Civil. As ações em contexto escolar, os simulacros, os exercícios e os programas comunitários desenvolvidos em parceria com as ULPC e os Bombeiros são exemplos de como o município pode fomentar uma cultura de segurança e de cidadania ativa, baseada na preparação e na responsabilidade coletiva.

Agrupamento de Escolas de Águeda – O concelho de Águeda possui dois agrupamentos de escolas, o Agrupamento de Escolas de Águeda e o Agrupamento de Escolas de Águeda Sul, abrangendo os ciclos pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos e ensino secundário. O Agrupamento de

Águeda sedeia-se na Escola Básica Fernando Caldeira e inclui várias escolas básicas e jardins de infância (Chãs, Assequins, Recardães, Borralha, Giesteira e Castanheira do Vouga) organizados sob uma direção colegial constituída por Conselho Geral, Conselho Pedagógico e. O Agrupamento de Águeda Sul tem como escola sede a Secundária Marques de Castilho, completando a oferta formativa com ensino articulado, humanidades, tecnologias e cursos técnicos profissionais.

Em termos organizacionais, os agrupamentos funcionam sob um modelo estruturado de gestão partilhada, onde cada agrupamento dispõe de órgãos consultivos (Conselho Geral, Conselho Pedagógico) e operacionais (Direção), bem como equipas de apoio – administrativa e técnica. Dispõem também de planos estratégicos (Projeto Educativo, Plano de Comunicação, Plano de Autoavaliação, entre outros) que orientam a prática pedagógica e a melhoria contínua. Além disso, promovem projetos diversificados, como o Eco-Escolas, Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital (*PADDE*), clubes escolares e programas de mentoria, reforçando o perfil educativo e cívico das escolas.

A articulação com o município materializa-se através de atividades de enriquecimento curricular (AEC) e iniciativas culturais promovidas pela Câmara Municipal de Águeda, assegurando apoio técnico e logístico às escolas. Os agrupamentos integram-se num sistema municipal e regional de educação que potencia sinergias com entidades locais, como biblioteca escolar, associações de pais e projetos comunitários, garantindo complementaridade entre as propostas pedagógicas e o envolvimento social da comunidade escolar.

(Fontes: Carta Administrativa Oficial de Portugal 2013 e Censos 2011, Ano de ref^o 2012 – INE; www.cm-agueada.pt)

9.2. Albergaria-a-Velha

Património – Na sede deste concelho, vale a pena visitar a Igreja Matriz, com retábulos e altar-mor de talha dourada dos séculos XVII e XVIII; a Casa e a Capela de Santo António, datada do século XVIII, e a Capela de São Sebastião, também com retábulo de talha dourada do século XVII.

Verdadeiramente interessantes são os vestígios arqueológicos descobertos na região e que confirmam a presença do Homem desde tempos muito remotos. São o caso das "mamoas" - nome dado pela população local devido ao seu aspeto mamilar - monumentos funerários do período neolítico.

O núcleo mais significativo é o do Taco, onde decorrem, há anos, trabalhos de investigação arqueológica com resultados compensadores. As duas "mamoas" do Taco que ainda restam são grandes montículos de terra que cobrem dólmenes e câmaras funerárias. Foram encontrados um conjunto de instrumentos para uso quotidiano, rituais religiosos e adorno, feitos de materiais líticos e cerâmicos, além de fragmentos de cristais de rocha.

Natureza – Neste concelho do vale do Rio Vouga, o Monte de Nossa Senhora do Socorro é um local muito agradável para descansar e admirar belos panoramas. Poderá passear pelas magníficas margens do Rio Vouga ou visitar a Pateira de Frossos.

Gastronomia – A gastronomia é rica e variada, com leitão assado, rojões, enguias e vários pratos de lampreia, destacando-se, ainda, a doçaria com os famosos "Turcos".

Artesanato – O artesanato da região inclui trabalhos de cestaria e bordados.

PC de Albergaria-a-Velha estrutura-se através do Gabinete Municipal de PC e Florestal, sob coordenação direta do Presidente da Câmara, e divide-se entre o SMPC e o Gabinete Técnico Florestal (*GTF*). O SMPC assume-se como a autoridade local para prevenção, socorro e assistência em acidentes graves ou catástrofes, mobilizando recursos e ativando o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (*PMEPC*) em articulação com a ANEPC.

A componente florestal é assegurada pelo *GTF*, criado em parceria com o Ministério da Agricultura e financiado pelo Fundo Florestal Permanente, que integra e operacionaliza a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (*CMDFCI*). Entre outras funções, o *GTF* elabora e atualiza o Plano de Defesa da Floresta (*PDF*), supervisiona obras e gestão de combustíveis, centraliza informação sobre incêndios e promove ações de sensibilização à população.

O município dispõe ainda de recursos como o Centro Municipal de Proteção Civil e Heliporto, construído em 1995, que dá capacidade para operações aéreas de emergência a nível local e regional. O serviço mantém uma rede de pontos de água, meios de apoio e vigilância constante, além de alertas via SMS/email em situações de risco. Esta estrutura multifacetada promove uma abordagem integrada à prevenção, proteção, intervenção e recuperação em cenários de catástrofe, com especial ênfase na coordenação institucional e na preparação operacional do território.

Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha agrega um total de 11 estabelecimentos de ensino, incluindo cinco jardins de infância, várias escolas básicas (pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos) e uma escola secundária, cobrindo todo o concelho e servindo cerca de 2 000 alunos nos diversos ciclos de ensino. A direção é suportada por órgãos colegiais (Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Conselho Administrativo) e estruturada em departamentos por ciclo e área curricular, organizando uma oferta educativa diversificada, onde se destacam os cursos profissionais como Técnico de Multimédia, Técnico de Manutenção Industrial e Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos.

O agrupamento implementa um conjunto consistente de medidas estratégicas e de qualidade, integradas no Projeto Educativo, Plano de Autoavaliação, Plano de Atividades e Plano de Comunicação, sustentados por equipas de autoavaliação que elaboram relatórios anuais e monitorizam resultados como taxas de sucesso, absentismo e insucesso escolar. Complementam esta organização, projetos transversais e clubes escolares (CanalB, Eco-Escolas, AEC, apoio social e programas de inclusão), valorizando a relação escola-família-comunidade e reforçando o perfil pedagógico e cívico do agrupamento.

A articulação com o município é assegurada através de parcerias institucionais regulares, envolvendo a Câmara Municipal, biblioteca escolar e associações de pais, que facilitam iniciativas como visitas de estudo, mobilidade, produção audiovisual e projetos culturais e ambientais. Estas sinergias reforçam a integração curricular e o enfoque cívico, enquanto aproveitam recursos locais (ex. Biblioteca Municipal, Centro de Interpretação) para enriquecer o percurso formativo dos alunos e promover uma educação ativa e contextualizada.

9.3. Anadia

Património – No centro da Bairrada, conta com vários testemunhos da presença romana detetados um pouco por toda a área do Concelho, sendo atravessada pela estrada que unia Olissipo (Lisboa) a Cale (Porto). Anadia tem quase 5 séculos de existência. Deverá visitar o Museu do Vinho Bairrada. Em termos arquitetónicos, as principais atrações são a Capela de S. Sebastião, situada em pleno centro da vila de Anadia, a Capela de Nossa Senhora da Piedade ou dos Pintos, situada em Mogofores, construída no século XVII e a Capela de Nossa Senhora das Lezírias, situada em Lezírias, freguesia de São Lourenço do Bairro, construída em meados do século XVII.

Natureza – O termalismo é uma das principais atrações da Vila. As termas da Curia têm um parque, que para além do Hotel, possui um lago artificial, diversas pontes, campos de jogos e casa de chá. Aquae Curiva era o nome conhecido ao tempo da ocupação da Península Ibérica pelos Romanos, que conheciam as nascentes e as exploravam.

As Termas do Vale da Mó são conhecidas pela qualidade das suas águas, ricas em ferro e magnésio, o que as tornam únicas na Europa.

A mancha vitícola, produtora dos famosos vinhos e espumantes, que atravessa a freguesia de Paredes do Bairro é uma das paisagens mais bonitas que se pode apreciar no concelho de Anadia.

Gastronomia – Gastronomicamente o prato com mais destaque é o Leitão da Bairrada, tradicional da região. Além deste poderá provar a cabidela de leitão, o sarrabulho e os negalhos. Também é rica em pratos de bacalhau sendo o prato típico o bacalhau à Senhor Prior de Tamengos. Nos doces, pode-se provar o arroz-doce, a aletria, as barrigas de freira e os amores da Curia.

Artesanato – No artesanato, Anadia tem as bonecas de trapos feitas na freguesia de Tamengos e a cestaria espalhada por todo o concelho.

Proteção Civil – PC Municipal de Anadia integra-se na estrutura da Câmara Municipal e opera de acordo com a Lei n.º 65/2007. As suas principais funções incluem a identificação, avaliação e prevenção dos riscos coletivos, bem como a capacidade de socorrer, assistir e repor a normalidade em casos de acidentes ou catástrofes. Atua nos domínios de levantamento de vulnerabilidades, disseminação de medidas de autoproteção, planeamento de emergência, capacidade de fuga e abrigo, além da conservação dos recursos naturais, infraestruturas e património cultural no concelho.

Estrutura e CMPC - é presidida pelo Presidente da Câmara, enquanto Coordenador da Proteção Civil Municipal, e integra membros das forças de segurança (Bombeiros, GNR), entidades de saúde, juntas de freguesia e representantes de outras entidades relevantes. Esta comissão é responsável por assegurar a articulação entre serviços e instituições, coordenar a ativação do PMEPC, difundir alertas e assegurar a mobilização de recursos adequados em situações de crise, desde a prevenção até à recuperação.

O município executa operações de prevenção e formação, como a celebração do “Dia Internacional da Proteção Civil” em escolas locais, envolvendo os bombeiros, a Guarda Nacional Republicana (*GNR*) e os Sapadores Florestais. O PMEPC de Anadia, aprovado em 2021, define orientações para a atuação conjunta dos diversos organismos envolvidos durante emergências, com revisões periódicas e ativação mediante despacho municipal. A coordenação destas ações contribui para uma resposta local mais resiliência, ancorada em prevenção, vigilância, socorro e recuperação.

Anadia assegura um modelo estruturado de proteção civil, articulado através da CMPC e do PMEPC, com atuação multidimensional e ênfase na sensibilização comunitária e escolar. A integração de serviços municipais, forças de segurança e estruturas locais permite uma gestão territorial ajustada aos riscos, embora se justifique a continuidade de iniciativas formativas para ampliar a cultura de autoproteção e resiliência no concelho.

Agrupamentos Escolares – O Agrupamento de Escolas de Anadia integra a educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos, ensino secundário e profissional, distribuídos por cerca de 19 estabelecimentos e mais de 2 800 alunos em estruturação humanista e inclusiva. A sua gestão é organizada através de órgãos colegiais — Direção, Conselho Geral e Conselho Pedagógico — apoiados por serviços educativos como biblioteca, serviços administrativos, apoio a alunos com necessidades específicas e associações de pais e estudantes. Existem também equipas para autoavaliação e planos estratégicos internos (Plano Educativo, Plano de Comunicação, entre outros) que orientam a melhoria contínua e a articulação curricular.

Em termos de organização pedagógica e complementos escolares, o agrupamento promove projetos transversais como Eco-Escolas, programas de inclusão educativa e AEC. Dispõe ainda de um sistema de recreio e carreira transparente, apoio a refeições e transporte escolar, bem como clubes escolares (línguas, jornalismo, etc.), visando uma educação integrativa e diversificada. O modelo de funcionamento é reforçado por um Plano de Autovalorização e monitorização interna, apoiado pelas equipas de autoavaliação que produzem relatórios anuais destinados à comunidade escolar.

A articulação entre os agrupamentos e o município de Anadia é facilitada pelo apoio da Câmara Municipal, através de iniciativas como Ação Social Escolar, contratação de serviços complementares e integração de projetos regionais (Universidade Sénior da Curia, Associação de Juventude, Carta Educativa). O agrupamento beneficia destas sinergias para implementar

práticas culturais, ambientais e tecnológicas no currículo, reforçando a ligação com o território e promovendo uma educação ativa e participativa.

9.4. Aveiro

Património – Tradição e modernidade, património e valorização cultural. Enquanto urbe rejuvenescida, escolhida até como cenário de publicidades internacionais, Aveiro cruza a diversidade multifacetada de uma cidade ávida e curiosa não só de novidades culturais, como também de novas expressões artísticas.

Segundo o alinhamento cronológico das principais manifestações culturais da cidade, o início do ano é marcado por aquela que já é considerada a principal festa da cidade, a romaria de São Gonçálinho, cujo culto atravessou gerações.

Já como exemplo de mostra de atividades económicas, a famosa Feira de Março, nascida no século XV, é um evento incontornável para a Região de Aveiro. Além do setor expositivo, os divertimentos e os espetáculos musicais levam milhares de visitantes ao Parque de Exposições de Aveiro.

A cidade é igualmente referência no que diz respeito a manifestações religiosas. Na época de Quaresma são famosas as procissões do Senhor dos Passos e de Ramos. Porém, a procissão mais famosa acontece a 12 de maio, Feriado Municipal: as ruas ficam apinhadas para celebrar Santa Joana, a padroeira da cidade, mobilizando não só pessoas da região, como também de outras zonas do País.

Contemplar o rico património edificado aveirense é, sobretudo, viajar pela História da arte e da arquitetura do País. Destaque para o Museu de Aveiro | Santa Joana, Arte Nova, Cidade; Igreja das Carmelitas, Praça do Peixe, Parque Infante Dom Pedro e Coreto, Casa Santa Zita (com fachada decorada de azulejos), Sé Catedral de Aveiro, Igreja do Convento do Carmo, Convento de Santo António, Igreja da Misericórdia, antiga estação de caminhos de ferro, Campus Universitário, bem como o imenso acervo de arte pública. É uma cidade que respira cultura expondo-a, generosamente, a céu aberto.

Natureza – É de assinalar que a Ria de Aveiro está, desde 2014, na lista nacional de sítios de importância comunitária, no âmbito da Rede Natura 2000, assumindo-se o Centro Municipal de Interpretação Ambiental (CMIA) como a plataforma principal de divulgação deste ambiente tão característico e responsável pelo desenvolvimento da região ao longo dos tempos. A

importância ecológica da Ria de Aveiro vai muito além do seu papel como habitat da avifauna. Ela é utilizada por espécies migratórias de peixes, como é o caso da lampreia, do sável, da savelha e da enguia.

O Centro Municipal de Interpretação Ambiental, pode ser o ponto de partida para biodiversidade da região, onde se inclui o Ecomuseu Marinha da Tronchada, o Cais da Ribeira de Esgueira e os Parques Ribeirinhos de Requeixo e Carregal.

Gastronomia – A história da gastronomia de Aveiro tem os seus segredos. Se por um lado, os afamados doces ovos moles nos remetem para a tradição conventual, aventuramo-nos no que poderá ser a mais óbvia influência gastronómica, a tradição ligada à água, na sua condição de cidade litorânea: o berbigão, ameijoas e ostras, os percebes, o mexilhão, a enguia, raia de pitau, que por vezes se encontram em caldeiradas. O robalo é um dos peixes mais encontrados pela região, uma vez que entre janeiro e fevereiro a espécie vem desovar na Ria. Nesse mesmo cardápio, pode haver enguias fritas com molho de escabeche, arroz de tamboril, cataplanas de peixe e marisco, e igualmente carne marinhoa (denominação de origem protegida), famosa por ser muito macia e succulenta e, por isso, usada em grelhados, sendo muito apreciados o naco, a costeleta e o entrecosto.

Já na doçaria, as raivas, os alemães e as regueifas afirmam-se timidamente como doces típicos da região, já que os ovos-moles são o doce tradicional por excelência.

Turismo – Procure-se aventura, diversão, tranquilidade ou tradição, Aveiro responde com excelência. A oferta é tão variada que se corre o risco de ficar dividido, sabendo-lhe a pouco uma simples visita à cidade. Há mais de cinco dezenas de operadores turísticos para ajustar a visita às suas expectativas. Desde passeios de bicicleta, observação de pássaros, passeios de barco moliceiro nos canais da cidade e fora deles, para observar a frente da Ria e sua relação com a cidade, a lista é variada.

A praia de São Jacinto é incontestavelmente uma das mais belas praias do litoral português. É ainda de uma beleza singular a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, um santuário de fauna e flora, onde a vida selvagem ainda permanece intocável, sendo possível apreciar preciosidades naturais como uma comunidade de flamingos.

Por fim, e ainda em meio natural, é incontornável fazer uma visita às salinas aveirenses e percorrê-las é sentir o pulso à região.

Já dentro da cidade, se procurar espaços naturais, deixamos-lhe razões de sobra para deambular: Parque Municipal Infante D. Pedro, Baixa de Santo António, Jardim do Rossio, Cais da Fonte Nova, Parque da Cidade, Parque da Balsa, Parque Ribeirinho de Requeixo, Parque do Carregal, Cais da Ribeira de Esgueira.

Como cidade de tradições vivas também conta as suas histórias através dos emblemáticos monumentos religiosos, outrora tantas vezes lugares apaziguadores da angústia para quem em terra esperava os seus que ao mar tinham ido: Cruzeiro de São Domingos, Igreja de S. Domingos – Sé Catedral de Aveiro, Igreja de Jesus – Museu de Aveiro, Igreja das Carmelitas, Igreja da Misericórdia, Igreja Nossa Senhora da Apresentação – Igreja da Vera Cruz, Igreja do Carmo, Igreja de Santo António e Capela da Ordem Terceira de S. Francisco, Capela do Senhor das Barrocas, Capela Nossa Senhora da Alegria, Capela de Nossa Senhora das Febres ou de S. Roque, Capela de São Bartolomeu, Capela de São Gonçálinho, Capela de Madre de Deus, Capela dos Santos Mártires, Igreja de Santo André, Capela do Espírito Santo, Cruzeiro de Esgueira.

Proteção Civil – A PC de Aveiro está organizada através do SMPC, integrado na estrutura da Câmara Municipal e sediado nos Paços do Concelho. O SMPC exerce uma função multidisciplinar e permanente — incluindo prevenção, planeamento, preparação e resposta a emergências — em conformidade com o estabelecido pela Lei de Bases da Proteção Civil. O PMEPC representa a sua base operacional, sendo orientado politicamente pelo Presidente da Câmara e coordenado tecnicamente pelo Vereador responsável. Este plano define os mecanismos de alerta, os critérios de ativação, a estrutura da resposta e os processos de reposição da normalidade após situações de acidente ou catástrofe, com necessidade de atualização contínua.

A CMPC, convocada pelo Presidente da Câmara, reúne anualmente (ou extraordinariamente em emergências), e envolve representantes dos bombeiros, GNR, Polícia de Segurança Pública (PSP) **Erro! Marcador não definido.**, Autoridade Marítima, saúde pública, juntas de freguesia e outras entidades relevantes. A estrutura operacional é assegurada pelo Comandante Operacional Municipal (quando nomeado), que responde diretamente ao Presidente da Câmara e garante a coordenação entre entidades durante incidentes. O SMPC é responsável por manter inventários de meios, desenvolver planos de evacuação (escolas, eventos), coordenar simulacros e promover ações de sensibilização junto das comunidades vulneráveis.

Aveiro dispõe também de mecanismos modernos de alerta à população (SMS, email), pontos de apoio e meios logísticos para apoio a operações de emergência, articulados com o PNEPC e o Plano Distrital Emergência e Proteção Civil de Aveiro (*PDEPCA*). O SMPC colabora estreitamente com o GTF no âmbito da gestão de riscos rurais, integração de cartas de risco e participação em projetos interinstitucionais como MiSTURaR/Prisma³. Esta abordagem integrada de prevenção, intervenção e recuperação reforça a resiliência local, assente numa coordenação institucional sólida e na adaptação contínua aos desafios emergentes.

Agrupamentos Escolares – O município de Aveiro integra sete agrupamentos de escolas, cobrindo todo o ensino obrigatório – desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, em alguns casos. Os principais são: o Agrupamento de Escolas de Aveiro, que inclui dois jardins-de-infância, cinco escolas do 1.º ciclo, uma escola básica dos 2.º e 3.º ciclos e a Escola Secundária Homem Cristo; o Agrupamento Dr. Mário Sacramento, com oito jardins-de-infância, quatro escolas do 1.º ciclo, uma escola de 2.º e 3.º ciclos e uma escola secundária; o Agrupamento de Esgueira, o Agrupamento de Eixo, o Agrupamento José Estêvão, o Agrupamento de Oliveirinha e o Agrupamento Rio Novo do Príncipe, cada um agregando equipamentos educativos adaptados às necessidades locais, permitindo uma oferta educativa contínua e diversificada.

Organizacionalmente, cada agrupamento dispõe de órgãos consultivos (Conselho Geral, Conselho Pedagógico) e administrativos (direção), complementados por equipas técnicas responsáveis pela autoavaliação, plano educativo, projeto de atividades e comunicação. A Carta Educativa de 2018 estabelece regras de dimensão mínima das escolas — quatro salas de 1.º ciclo e uma de pré-escolar — e propõe cenários de reorganização, fusão e requalificação (como a Escola do Solposto ou o Centro Escolar de São Bernardo), com o objetivo de garantir eficiência, sustentabilidade e qualidade pedagógica.

A articulação com o município, reflete-se em protocolos de apoio à gestão escolar, abrangendo áreas como limpeza, higienização e manutenção, bem como a gestão da ação social escolar nos primeiros ciclos. O financiamento municipal de atividades enriquecedoras, como as AEC,

³ Os projetos MiSTURaR/Prisma referem-se a iniciativas interdisciplinares que exploram a mistura de diferentes perspectivas, áreas de conhecimento e experiências para analisar a realidade e promover o desenvolvimento. O termo "Prisma" pode ser associado à ideia de que um todo é composto pela integração de partes, assim como a luz branca é a combinação de várias cores, e "MiSTURaR" reforça a noção de mistura e integração.

clubes temáticos, projetos STEAM, “Young Creator” e “Aveiro Tech Week”⁴, reforça a componente formativa não formal. Paralelamente, o Conselho Municipal de Educação garante um acompanhamento político e estratégico regular, resultando num sistema educativo fortalecido, alinhado com os ajustamentos territoriais e preparado para responder às exigências académicas, sociais e ambientais do concelho.

9.5. Estarreja

Património – Na povoação de Avanca é obrigatório visitar a interessante Casa-Museu de Egas Moniz, com o seu vasto espólio de mobiliário antigo, preciosas coleções de faiança e porcelanas, pintura, ourivesaria e tapeçaria, entre muitos outros tesouros. Também vale a pena admirar belos edifícios antigos como a Casa do Mato, do século XVI, e a Casa do Outeiro.

Natureza – A zona Norte desta região da laguna, que se estende do Furadouro até a Sul de Aveiro, há muito que se caracteriza pelas vastas salinas, o moliço e pela pesca artesanal.

Na região, os sapais fornecem abrigo a diferentes espécies vegetais e animais, como é o caso do pato-real, da galinha-d'água e da águia-sapeira.

Gastronomia – Quanto à gastronomia, destacam-se as enguias cozinhadas de diversas maneiras, mas há também os saborosos rojões, o excelente pão-de-ló de Salreu, e as padas e regueifa doce.

Artesanato – O artesanato tradicional da região merece especial destaque, nomeadamente, as célebres e alegres cangas pintadas e as miniaturas de barcos, sobretudo do moliceiro, com a sua proa ativa e curva, e elegância de linhas.

É de referir que em Pardilhó, existem ainda estaleiros navais que continuam a construir os barcos de mar e da ria, entre os quais se destacam os moliceiros.

⁴ STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática) é uma abordagem educacional que promove a integração dessas áreas de conhecimento de forma interdisciplinar para criar experiências de aprendizagem mais práticas e inovadoras. O projeto Young Creator, como parte do STEAM, visa desenvolver competências criativas e tecnológicas em jovens através de atividades práticas e projetos. Aveiro Tech Week é um evento anual em Aveiro que celebra a tecnologia, a arte e a cultura, com foco em atividades STEAM, apresentações de projetos e exposições.

Proteção Civil – O Município de Estarreja implementa um PMEPC, que identifica os riscos prioritários no território, inventaria os recursos disponíveis e define as estruturas de direção, comando e controlo para ações de prevenção, socorro e recuperação.

A responsabilidade pela ativação e desativação deste plano compete diretamente ao Presidente da Câmara, em consulta com a CMPC, formada por representantes das forças de segurança, saúde, bombeiros voluntários, juntas de freguesia e outros parceiros.

A CMPC reúne em sessões regulares e extraordinárias sempre que necessário, coordenando a resposta municipal face a emergências, enquanto serviços como o SMPC são incumbidos de manter atualizado o inventário de meios, gerir linhas de comunicação (rádio, SMS, email) e garantir a logística de apoio a forças de socorro e à população. Em situações de acidentes graves, como vazamentos de substâncias perigosas do Complexo Químico de Estarreja, existe um Plano de Emergência Externo (*PEE*) específico, que exige mobilização integrada do SMPC, bombeiros, GNR, ANEPC e municípios vizinhos.

Para garantir a eficácia operacional do sistema, o Município promove exercícios de simulação regulares (pelo menos três anuais) que envolvem múltiplos atores – incluindo entidades municipais, forças de socorro, empresas locais e a população – avaliando criticamente os procedimentos e ajustando os planos conforme necessário. Esta prática de teste robusto foi recentemente exemplificada num simulacro envolvendo um acidente químico, cuja avaliação final reconheceu a capacidade de articulação e resposta como "exemplo a nível regional e nacional".

Agrupamentos Escolares – O concelho de Estarreja é servido por um único agrupamento de escolas que reúne a educação pré-escolar, os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, assim como o ensino secundário e algumas ofertas profissionais. Esta organização permite uma cobertura educativa contínua e coesa, garantindo que os alunos possam desenvolver o percurso escolar dentro do mesmo projeto educativo. A direção do agrupamento é suportada por um Conselho Geral, um Conselho Pedagógico e a equipa de gestão, que coordena planos escolares, estratégias de autoavaliação, projetos e comunicação interna.

Ao nível pedagógico, o agrupamento implementa projetos transversais como o Eco-Escolas, clubes temáticos e AEC, promovendo a interdisciplinaridade entre áreas curriculares. A estratégia educativa baseia-se num Plano Educativo e num Plano de Atividades anuais, valorizados por equipas dedicadas à avaliação de desempenho (taxas de sucesso, cobertura,

insucesso, etc.) e ao planeamento de ações pedagógicas inovadoras e ajustadas às necessidades dos alunos e da comunidade.

A articulação com o Município de Estarreja, ocorre através de protocolos que incluem apoio à gestão escolar — desde manutenção e limpeza até serviços administrativos e fornecimento de materiais — e implica o envolvimento do agrupamento em projetos municipais, como eventos culturais, atividades ambientais e iniciativas comunitárias. Esta colaboração também passa pelo envolvimento no Conselho Municipal de Educação, reforçando o alinhamento estratégico entre a política educativa local e a operacionalização escolar, promovendo uma educação integrada, inclusiva e em sintonia com as dinâmicas territoriais.

9.6. Ílhavo

Património – Com uma longa tradição em trabalhos em barro e cerâmica, o concelho acolhe, desde 1824, a Fábrica da Vista Alegre, mundialmente conhecida pelas suas magníficas porcelanas.

As suas instalações incluem um museu com os melhores exemplares da marca e a capela de N.ª Sr.ª da Penha de França, monumento classificado como património nacional.

Natureza – Ílhavo situa-se numa vasta planície de canais, imediatamente a Sul da barra, que liga a Ria ao Mar.

Este Concelho tem "O Mar por Tradição", em homenagem à principal forma de vida da sua população, muito partilhada entre a terra e o mar, onde o sal e a pesca assumiram desde cedo um papel preponderante.

As belíssimas praias da Barra, com o farol mais alto da Península Ibérica e da Costa Nova com os tradicionais palheiros coloridos, dão alma e vida a este Concelho, constituindo o seu produto turístico de maior expressão e atraindo anualmente, milhares de veraneantes.

Gastronomia – A gastronomia está, inevitavelmente, ligada ao mar. Há inúmeros pratos de bacalhau, que cultivam a tradição de pesca nos mares longínquos, tradições essas agora promovidas e preservadas pela Confraria Gastronómica do Bacalhau.

Nas especialidades culinárias locais merecem ainda destaque a caldeirada de enguias, as padas e o folar do Vale de Ílhavo igualmente famosos e apreciados.

Artesanato – O artesanato do concelho assumiu as artes de navegar como matriz essencial das suas referências, hoje consagradas no Museu Marítimo de Ílhavo, uma obra arquitetónica reconhecida e largamente premiada que foi e é testemunho da forte ligação dos ílhavos ao Mar e à Ria.

A "faina maior" (a pesca do bacalhau à linha com dóris de um só homem) nos mares do Norte e as fainas agro-marítimas da Ria são as referências identitárias do Museu, onde destacam também a coleção de instrumentos náuticos e miniaturas de embarcações de outros tempos.

Proteção Civil – A PC de Ílhavo está organizada pelo SMPC, integrado na estrutura da Câmara Municipal e responsável pela prevenção, planeamento e gestão de emergências no concelho. O PMEPC, aprovado inicialmente em 2010 e revisto em 2017, define os riscos prioritários, os meios disponíveis e os processos de ativação, incluindo alertas à população e gestão de evacuações em casos de catástrofe ou acidente grave. É complementado pelo Plano de Emergência Externo (*PEE*), especialmente direcionado para incidentes industriais com substâncias perigosas no Porto de Aveiro, assegurando uma resposta articulada e coordenada com entidades distritais e nacionais.

A coordenação operacional é efetuada pela CMPC, presidida pelo Presidente da Câmara e composta por representantes de bombeiros, GNR, entidades de saúde, marítimas, e Administração Pública, que se reúnem de forma ordinária e sempre em emergências. O plano estabelece níveis de ativação (pré-emergência, emergência parcial e geral), critérios claros para cada fase e mecanismos de comunicação oficial através de rádio, SMS, imprensa e editais. Também prevê exercícios de simulação de emergência com participação de equipas municipais, forças de socorro, entidades privadas — com periodicidade máxima de três anos — garantindo testes operacionais regulares.

Além do ambiente urbano e industrial, a estratégia de PC de Ílhavo inclui a defesa florestal e marítima, integrando planos de ordenamento do território, gestão de combustíveis e alinhamento com os planos distritais e nacionais. A manutenção de uma rede logística — incluindo pontos de água, heliportos e contactos de emergência — reforça a capacidade de resposta imediata. Em suma, Ílhavo apresenta uma estrutura operacional consolidada, com responsabilidades definidas, processos de ativação claros e um esforço contínuo de formação, simulação e articulação institucional para promover resiliência territorial.

Agrupamentos Escolares – O município de Ílhavo integra vários agrupamentos de escolas que cobrem desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, assegurando uma oferta educativa contínua e diversificada. Cada agrupamento dispõe de órgãos de direção, como o Conselho Geral e o Conselho Pedagógico, e equipas dedicadas à definição e implementação do Projeto Educativo, Plano de Atividades e Planos de Autoavaliação. Estes instrumentos estruturam a organização interna das escolas, permitiram ajustar a oferta formativa às características locais e garantem um processo de melhoria contínua do desempenho escolar e das práticas pedagógicas.

Uma das apostas centrais do concelho é a implementação de programas de enriquecimento curricular e apoio à família. Atividades de Animação e Apoio à Família, bem como Componentes de Apoio à Família e AEC, são oferecidas para complementar o horário letivo obrigatório, promovendo o acompanhamento escolar antes e depois das aulas e durante os períodos de interrupção letiva. Estas iniciativas visam reduzir desigualdades de oportunidades e apoiar as famílias, reforçando o suporte social oferecido às crianças e adolescentes.

A colaboração entre o município e as escolas é formalizada através de protocolos e da participação dos estabelecimentos de ensino no Conselho Municipal de Educação. O município disponibiliza apoio em áreas logísticas — como transporte, refeições, limpeza e manutenção — e fomenta a implementação de projetos nas áreas de ambiente, desporto, ciência e tecnologia. Eventos como feiras tecnológicas, competições de expressão artística e programas de literacia digital refletem uma estratégia educativa voltada para a inovação, o envolvimento da comunidade e o desenvolvimento de competências do século XXI.

9.7. Murtosa

Património – Quem visita a zona irá encontrar monumentos de interesse, como é o caso da Igreja Paroquial da Murtosa, da Capela de São Simão do Bunheiro ou da Capela de São Paio da Torreira, entre outros locais.

Sendo a Murtosa conhecida como o "coração da Ria de Aveiro" o Moliceiro é também símbolo do município.

Natureza – Integrado numa região caracterizada pela sua íntima ligação com o mar e com a enorme laguna de água salgada conhecida simplesmente por Ria, não é de estranhar que as principais atividades no concelho tenham sido a pesca, a indústria das conservas e o moliço - a

apanha de algas para serem utilizadas como fertilizante - embora esta última tradição esteja a desaparecer.

Contudo, a maior atração para os visitantes são as praias, nomeadamente, o belo areal da Torreira, singela aldeia de pescadores que agora se orgulha dos seus restaurantes, estabelecimentos hoteleiros e um parque de campismo, mas que ainda preserva as tradicionais casas de alpendre, os barcos típicos da ria e a Arte Xávega - pesca artesanal.

Gastronomia – A gastronomia da zona é dominada por pratos típicos como as enguias de escabeche ou a caldeirada de enguias, mas há outras especialidades como a saborosa caldeirada de peixe ou, para quem preferir carne, os rojões.

Artesanato – Quanto ao artesanato do concelho, o visitante apreciará certamente as esteiras de buinho, as cangas pintadas, as miniaturas de barcos ou os trabalhos em junco seco.

Proteção Civil – O Município dispõe de um PMEPC, que define os principais riscos identificados no concelho, como os incêndios florestais, e estabelece os recursos humanos e materiais existentes, bem como as estruturas responsáveis pela gestão de emergências. Este plano visa assegurar uma resposta coordenada nas fases de prevenção, socorro e recuperação, garantindo a segurança das populações e a salvaguarda dos bens e do ambiente local.

A operacionalização da proteção civil é da responsabilidade do SMPC, que funciona em articulação com a CMPC. Esta comissão integra representantes dos bombeiros, forças de segurança, serviços de saúde, juntas de freguesia e outras entidades relevantes. Cabe ao SMPC manter atualizado o inventário de meios, assegurar a comunicação com os serviços operacionais e coordenar a ativação do plano em caso de emergência.

Para além da vertente urbana, a Murtosa conta com um PMDFCI, que define estratégias de gestão de combustíveis, localização de pontos de água e acessos, bem como medidas de prevenção específicas para zonas de risco. Este plano complementa o PMEPC e permite uma abordagem integrada entre a defesa da floresta e a proteção civil, fortalecendo a resiliência do território face a eventos naturais ou tecnológicos.

Agrupamentos Escolares – O concelho da Murtosa dispõe de um único agrupamento de escolas que cobre todo o percurso educativo obrigatório, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, incluindo opções técnicas profissionais. Esta estrutura integrada permite aos alunos desenvolverem o seu percurso educativo dentro de um projeto coeso e articulado, facilitando

transições e promovendo a continuidade pedagógica em todo o ciclo educativo. A direção e os órgãos consultivos (Conselho Geral, Conselho Pedagógico) trabalham de forma articulada com equipas responsáveis por planos educativos, autoavaliação e comunicação institucional.

No plano pedagógico, o agrupamento aposta em iniciativas diversificadas que aliam educação curricular com atividades complementares. Programas como Eco-Escolas, clubes de expressão artística, desporto escolar e horas semanais de apoio académico refletem a preocupação em promover competências transversais e o envolvimento dos alunos nas dinâmicas comunitárias. Estas atividades são integradas no Plano Educativo e no Plano de Atividades anual, e são monitorizadas por equipas de avaliação que analisam indicadores como resultados escolares, bem-estar dos alunos e participação ativa.

A colaboração com a Câmara Municipal da Murtosa é materializada através de protocolos que garantem apoio essencial aos estabelecimentos escolares – desde manutenção, limpeza e transporte até ao fornecimento de recursos e alimentação escolar. Esta parceria estende-se também à dinamização de projetos locais, como eventos culturais, ambientais e atividades locais, reforçando a ligação entre escolas e comunidades. A articulação através do Conselho Municipal de Educação permite alinhar estratégias municipais com ações escolares, promovendo uma educação de qualidade, inclusiva e pertinente para o território.

9.8. Oliveira do Bairro

Património – O concelho de Oliveira do Bairro tem um vasto património edificado, com destaque para o religioso.

Todas as freguesias possuem Igrejas com grande importância, sendo de destacar a Igreja de Oiã, que exibe um magnífico retábulo em talha dourada. Na sede de concelho, destaca-se o edifício da Biblioteca Municipal, que pertenceu aos Duques de Lafões, e dois monumentos situados na Praça do Município, o “Grupo Escultórico” e o “Monumento à Epopeia Marítima das Descobertas e ao Universalismo Português”, ambos concebidos pelo Mestre Escultor Lagoa Henriques.

Pode ainda visitar dois museus, o Museu de Etnomúsica da Bairrada, no Troviscal, que tem o objetivo de preservar o património cultural produzido na área musical, construído e vivido ao longo de gerações por toda a comunidade bairradina. E o Museu Diocesano de S. Pedro da

Palhaça, na Palhaça, que é um repositório de arte sacra, paramentaria e etnografia do concelho, bem como, um magnífico espólio documental de personalidades regionais.

Natureza – O convívio com a Natureza também tem um importante papel no concelho de Oliveira do Bairro, que possui uma natureza ímpar com as suas cegonhas-brancas na zona do Vale do Cértima. Para além destas, existem ainda muitas outras espécies de aves, criando assim uma fauna muito variada.

A nível da flora, as marinhas de arroz, verdadeiros mantos verdejantes que ondulam ao sabor do vento, vinhas a perder de vista, matas e eucaliptais são outros atrativos naturais. Ao longo de toda a sua área, o concelho é cruzado por rios e ribeiros, formando assim inúmeros espaços verdes que possibilitaram a criação de parques de lazer. Como esta é uma zona de agricultores, existem espalhados pelo concelho vários moinhos de água que serviam para moer vários tipos de cereais, além dos lagares de azeite.

Gastronomia – Os "ex-libris" da região são, sem dúvida, duas especialidades ligadas à gastronomia: o leitão da Bairrada, tradicionalmente cozinhado em forno de lenha e o conhecido vinho da Bairrada, a que se juntam alguns bons espumantes locais.

Outros pratos típicos são a chanfana, a vitela e os rojões.

Artesanato – Este concelho orgulha-se do seu artesanato, com uma grande variedade de produtos quase sempre ligados às atividades rurais, como é o caso da cestaria, latoaria, cerâmica e tapeçaria.

Proteção Civil – O Município de Oliveira do Bairro dispõe de um PMEPC, recentemente atualizado em abril de 2024. Este plano define os riscos prioritários do território, inventaria os recursos disponíveis (meios humanos, equipamentos e locais de refúgio), e estabelece as estruturas de comando e controlo para atuar em emergências. A responsabilidade pela aprovação e ativação do plano recai sobre o Presidente da Câmara, cabendo ao Vereador com o pelouro de PC assegurar a coordenação técnica e operacional.

A operacionalização do plano é feita pelo SMPC, que trabalha em estreita articulação com a CMPC — composta por representantes dos bombeiros, forças de segurança, saúde, juntas de freguesia e outras entidades locais — para assegurar a comunicação, ativação de alertas e mobilização rápida de recursos em situações de risco. O SMPC mantém atualizado o inventário

de meios, os contactos de emergência, e garante a coordenação com entidades distritais e vizinhas.

Adicionalmente, o município promove exercícios regulares de simulação, como simulacros realizados no prazo de 180 dias após a aprovação do plano e com periodicidade máxima bienal, testando cenários diversos (riscos naturais, tecnológicos, químicos) e envolvendo múltiplos parceiros. Esta prática contínua de treino visa reforçar a resiliência institucional, aprimorar procedimentos operacionais e garantir que as entidades envolvidas atuem de forma integrada e eficaz em emergências.

Agrupamentos Escolares – O Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro abrange todos os níveis de ensino obrigatório — pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário — em diversas escolas distribuídas pelo concelho. Sob a orientação de órgãos como o Conselho Geral e o Conselho Pedagógico, o agrupamento é dirigido por uma equipa que define o Projeto Educativo, o Plano de Atividades e coordena a autoavaliação institucional. Esta estrutura garante a continuidade pedagógica e organizacional entre ciclos e escolas, promovendo uma visão integrada do percurso formativo dos alunos.

Em termos pedagógicos, o agrupamento valoriza a oferta de atividades integradas no currículo, como os programas Eco-Escolas, laboratórios de ciências, clubes de expressão artística e iniciativas de programação e robótica. Estas ações inscrevem-se num marco de reforço de competências transversais, pensamento crítico e cidadania ativa. O trabalho é orientado por planos anuais e acompanhado por equipas de avaliação que monitorizam indicadores como o desempenho escolar, a frequência e a participação cidadã.

A relação com o município concretiza-se através de protocolos que garantem apoios logísticos — como transportes, refeições escolares, limpeza e manutenção — e viabilizam a participação em projetos locais de carácter ambiental, cultural e desportivo. A atuação concertada com o Conselho Municipal de Educação permite alinhar a oferta escolar com prioridades territoriais, reforçando a inclusão, a inovação pedagógica e a pertinência da educação no contexto local da comunidade de Oliveira do Bairro.

9.9. Ovar

Património – Para ficar a conhecer a cidade e a sua história não há nada melhor do que apreciar as fachadas de azulejos das casas que existem no centro da cidade de Ovar, conhecida como a

cidade-museu do Azulejo. O bom gosto impera na maioria dos azulejos, numa explosão de cores alegres que vão desde o verde ao amarelo e ao azul, não só para captar e refletir a luz do Sol, mas também para resguardar as habitações da inevitável humidade das zonas ribeirinhas.

O circuito urbanístico não fica completo sem antes visitar alguns dos monumentos que, também eles, contam a génese da cidade: a Igreja Matriz e as Capelas dos Passos de Ovar, um dos motivos artísticos mais representativos da cidade, o Palácio da Justiça com as cerâmicas de Jorge Barradas, o Chafariz de Neptuno ou o mítico Café Progresso, que guarda múltiplas memórias dos bailes de Carnaval.

A não perder, igualmente, a casa térrea onde se pensa que Júlio Dinis terá escrito os romances "As Pupilas do Senhor Reitor" e a "Morgadinha dos Canaviais", assim como o Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular, que reúne um conjunto diversificado de peças de Arte Sacra datáveis entre os séculos XV e XX, e o Museu de Ovar, onde se podem apreciar alguns interiores de casas populares, centenas de bonecas ou ainda coleções de pintura e de cerâmica contemporâneas.

Natureza – A paisagem natural do concelho de Ovar é marcada por uma fantástica combinação de ria, mar e floresta. Três fatores de atração turística, que brindam quem visita o concelho e fascinam pela beleza e qualidade ambiental das praias, pelas atividades que proporcionam ao ar livre e na floresta, pelos desportos náuticos na Ria e noutros espaços água.

Destaque ainda para o Parque do Buçaquinho (Cortegaça), que será alvo de uma qualificação ambiental e para a Barrinha de Esmoriz que será igualmente intervencionada no âmbito do Polis da Ria de Aveiro.

Gastronomia – Na gastronomia o destaque é o famoso e tradicional pão-de-ló de Ovar. Nos pratos típicos os destaques são os variados pratos de peixe, como a caldeirada de enguias e nas carnes os rojões.

Artesanato – Quanto ao artesanato do concelho, o visitante apreciará certamente a tanoaria, olaria e a famosa azulejaria.

Proteção Civil – A PC de Ovar está organizada através de um PMEPC, que define os riscos prioritários do concelho — como incêndios rurais, riscos industriais e eventos populacionais —, bem como identifica os recursos humanos, logísticos e infraestruturais mobilizáveis. A ativação do plano cabe ao Presidente da Câmara, com base em avaliações contínuas e em

articulação com a Autoridade Municipal e a CMPC, assegurando uma base formal para a gestão de crises.

A CMPC, presidida pelo Presidente da Câmara, reúne regularmente e de forma extraordinária quando necessário, e integra representantes dos bombeiros voluntários, GNR, PSP, saúde pública, entidades marítimas e juntas de freguesia. Este modelo institucional permite assegurar a coordenação operacional efetiva durante emergências, com sistemas de alerta (rádio, SMS, comunicação online) para a ativação rápida dos serviços de socorro e a população, incluindo resposta específica para grandes eventos como praias ocupadas e encontros regionais.

O município assegura ainda medidas contínuas de prevenção e resposta, como o reforço de meios nas épocas críticas (bombeiros nas praias, helicópteros, veículos de socorro), políticas específicas para queimas e queimadas com informação pública e licenciamento, e celebrações como o Dia Internacional da Proteção Civil. O modelo adotado evidencia uma estratégia integrada de prevenção, vigilância, intervenção e recuperação, baseada na articulação multi-institucional, reforço de capacidades e comunicação pró-ativa com os munícipes.

Agrupamentos Escolares – O concelho de Ovar é servido por três agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas de Ovar, o Agrupamento de Escolas Ovar Sul e o Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte. O primeiro foca-se em garantir um ensino coerente e contínuo, com oferta que vai da pré-escola ao ensino secundário, incluindo cursos profissionais. Já o agrupamento de Ovar Sul tem como sede a Escola Secundária Júlio Dinis e engloba também escolas do 1.º e 2.º ciclos, enquanto o agrupamento de Esmoriz/Ovar Norte cobre várias escolas de ensino básico e secundário, ajustando-se às diferentes necessidades territoriais.

Cada agrupamento está organizado de forma operacional, com órgãos como direção, Conselho Geral e Conselho Pedagógico, apoiados por equipas técnicas dedicadas a planos educativos, projetos, comunicação e avaliação interna. Os projetos educativos promovem oferta de atividades complementares e enriquecedoras, promovendo transversalidade e ajustamento curricular. Estes elementos garantem o alinhamento com os objetivos pedagógicos definidos para o concelho, assegurando um acompanhamento estruturado das práticas educativas.

A articulação com a Câmara Municipal de Ovar é efetivada através de protocolos de cooperação, que envolvem apoio em área logística (limpeza, transporte, refeições), bem como posicionamento estratégico no Conselho Municipal de Educação. Esta parceria permite potenciar a implementação de iniciativas locais, por exemplo, encontros regionais como o

“Ubuntu”⁵ entre escolas, promoção de atividades STEAM, cultura e cidadania digital, contribuindo para uma formação mais diversificada, inovadora e integrada na realidade territorial de Ovar.

9.10. Sever do Vouga

Património – No património religioso da região terá a possibilidade de apreciar interessantes trabalhos de arte sacra, como as Igrejas de Sever, das Talhadas, de Rocas e de Couto Esteves. A não perder, igualmente, a Igreja Matriz, assim como a Anta da Cerqueira, também conhecida por Casa Moura.

Natureza – A vegetação luxuriante salpicada por quedas de água, convida a um passeio pedestre por todo o concelho. Num dos percursos mais interessantes chega-se à Cabreia para visitar a cascata e os moinhos recentemente recuperados.

Poderá também aventurar-se numa caminhada pelo Pinhal das Bouças, onde se encontra a Cascata da Frágua da Pena.

Gastronomia – Gastronomicamente os pratos com mais destaque são a vitela assada, os rojões com grelos, a lampreia e outros pratos à base de peixes do rio. Na doçaria não se pode perder as várias confeções feitas à base de mirtilo e o tradicional doce Beijinhos de Sever.

Artesanato – No artesanato, Sever do Vouga tem uma grande variedade de produtos ligados às atividades rurais, como a cestaria, a tecelagem, a tamancaria e miniaturas em madeira.

Proteção Civil – O município de Sever do Vouga implementou um PMEPC que identifica os principais riscos – como incêndios florestais, cheias, acidentes rodoviários e transporte de substâncias perigosas – e define a estrutura organizacional e os recursos necessários (equipas, meios logísticos, pontos de água, heliportos) para gerir a prevenção, socorro e recuperação. A ativação do plano é da responsabilidade do Presidente da Câmara, que pode delegar essa função, enquanto o SMPC assegura o acompanhamento técnico e logístico das operações.

⁵ Ubuntu é, simultaneamente, uma filosofia africana e um sistema operacional de computador. Como filosofia, "Ubuntu" significa "eu sou porque tu és", enfatizando a interdependência e a importância das relações humanas. Como sistema operacional, o Ubuntu é uma distribuição Linux popular, gratuita e de código aberto, amplamente utilizada em computadores e servidores.

A CMPC reúne-se regularmente e sempre que a situação o exige, integrando bombeiros, forças da GNR, saúde pública, juntas de freguesia e outras instituições locais. Em emergências, o SMPC coordena os meios e as comunicações entre as diferentes entidades, garantindo a ativação do plano em níveis progressivos: pré-emergência, emergência parcial e geral. A capacidade de planeamento inclui a organização de zonas de apoio à população evacuada (*ZCAP*), rotas de evacuação e centros de abrigo temporário, demonstrando uma abordagem estruturada à segurança dos munícipes.

Para reforçar a eficácia operacional, o município realiza exercícios periódicos, testes de evacuação e simulacros, envolvendo as equipas municipais, forças de socorro, empresas locais e a comunidade, permitindo avaliar e melhorar os procedimentos. A existência de um plano articulado entre a defesa da floresta e a civil, bem como a integração disciplinar entre os documentos de contingência, reforça a resiliência institucional. Em conjunto, estas medidas asseguram que Sever do Vouga possui uma estrutura de proteção civil capaz de atuar de forma integrada, preventiva e coordenada, adaptada aos desafios regionais e à proteção da população e do território.

Agrupamentos Escolares – O concelho de Sever do Vouga é servido por um único Agrupamento de Escolas que engloba todos os ciclos de ensino — pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário — centralizado na escola sede localizada na Rua do Sobreiral, em Sever do Vouga. Este agrupamento articula a sua oferta educativa através de diversos estabelecimentos distribuídos pelas freguesias, assegurando um percurso escolar coeso e contínuo. A organização pedagógica é suportada por órgãos como o Conselho Geral, Conselho Pedagógico e a equipa de direção, que dirigem o Projeto Educativo, o Plano Anual de Atividades, o sistema de avaliação interna e a comunicação institucional, promovendo uma gestão ativa e responsável da comunidade escolar.

No plano curricular e extracurricular, o agrupamento aposta em projetos transversais e inovadores, com destaque para o Clube “SeVer Ciência”, o Clube de Leitura, teatro, música, artes marciais chinesas, bem como iniciativas de âmbito europeu tais como Erasmus+ e Twinning. A implementação de laboratórios de ciências, um projeto de jornal escolar digital,

desporto escolar e participação em estudos internacionais como PISA e TIMSS⁶, reforça a aposta na interdisciplinaridade, pensamento crítico e competências digitais. Além disso, mantêm-se clubes orientados para áreas como cinema, saúde e literacia, promovendo a motivação dos estudantes e o envolvimento comunitário.

A cooperação com o município manifesta-se por meio de iniciativas como o projeto “Terras de SeVer e Aprender”, que integra atividades culturais e ambientais no currículo, e pela participação regular dos professores e direção escolar no Conselho Municipal de Educação. Esta parceria resulta em apoio logístico (como limpeza, manutenção e serviços de bufete), favorecimento de eventos locais e articulação com entidades externas, tais como a biblioteca municipal e associações. O resultado é uma oferta educativa integrada, inovadora e adaptada às necessidades do território, promovendo qualidade, inclusão e pertinência social na educação em Sever do Vouga.

9.11. Vagos

Património – Para além das belas paisagens rurais e de alguns monumentos, como a Igreja Matriz ou a restaurada Igreja da Misericórdia, Vagos, proporciona uma variedade de opções sem igual. Ainda na vertente religiosa, encontramos, o santuário de Nossa Senhora de Vagos, uma das grandes imagens de marca deste concelho.

Por estarem praticamente em vias de extinção, as Azenhas do Rio Boco e os moinhos de vento merecem, igualmente, uma visita. Em Ouca, existe um conjunto de sete azenhas, espalhadas pelos campos de cultivo, estando ainda três em funcionamento. Há, no entanto, em todo o vale do Rio Boco, outros exemplares em bom estado de conservação, nomeadamente na localidade que dá o nome a este rio.

Quanto aos moinhos de vento de São Romão, estes, conservam ainda os vestígios de toda a engrenagem mecânica que produzia a farinha da qual o povo dependia para o fabrico do pão.

⁶ PISA e TIMSS são estudos internacionais que avaliam o desempenho de estudantes em diferentes países, com o objetivo de fornecer informações para o desenvolvimento de políticas educacionais e melhoria do ensino. O PISA, focado em estudantes de 15 anos, avalia competências de leitura, matemática e ciências para a vida quotidiana, enquanto o TIMSS avalia alunos do 4º e 8º anos em matemática e ciências.

Natureza – Outro motivo de grande interesse turístico é a rara arte de pescar, praticada na praia da Vagueira: a Arte Xávega. É, sem dúvida, um momento único assistir à faina dos barcos da Arte Xávega, forma de pesca costeira artesanal que reflete fielmente a vida de um povo e se mantém quase inalterável, há vários séculos.

As Praias da Vagueira e do Areão, os parques de merendas, o parque de campismo, o parque aquático e o canal da Ria são algumas das fortes opções para o Verão no concelho de Vagos.

Gastronomia – Na gastronomia, podemos considerar que Vagos é um concelho misto: se, por um lado, a Bairrada influencia na medida em que o leitão é um prato muito procurado, havendo vários postos de venda licenciados, também o peixe é um dos principais produtos de culinária, sendo a caldeirada de enguias o mais apreciado.

Artesanato – O artesanato da região inclui trabalhos de cestaria, cerâmica, esteiras e miniaturas de moinhos.

Proteção Civil – O município de Vagos conta com um Gabinete Municipal de Proteção Civil no SMPC, responsável pela implementação e gestão do PMEPC, adaptado às características específicas do concelho. Este plano estabelece os riscos prioritários, identifica recursos disponíveis — como meios humanos, equipamentos e infraestruturas críticas (pontos de água, helipontos) — e define as estruturas de comando e coordenação para atuação em situações de prevenção, socorro e recuperação. A aprovação e ativação do PMEPC são da competência do Presidente da Câmara, com base em avaliações contínuas de risco e em cooperação com entidades distritais e nacionais.

A coordenação operacional passa por uma CMPC, presidida pela autarquia e composta por representantes dos bombeiros voluntários, forças de segurança, saúde pública, marítima e juntas de freguesia. Este órgão reúne regularmente e sempre que surgem situações de crise, assegurando a mobilização eficiente dos meios disponíveis. A comunicação à população é assegurada através de sistemas como rádio, SMS e divulgação oficial, promovendo transparência e instrução pró-ativa sobre medidas a tomar em emergências.

A estratégia municipal de Vagos abrange ainda iniciativas contínuas de prevenção e formação, tais como programas de sensibilização para incêndios florestais, exercícios de simulação que testam cenários de risco no âmbito industrial ou natural, e procedimentos de alerta às escolas e à comunidade. Estes exercícios permitem melhorar processos, identificar lacunas e reforçar a prontidão das entidades envolvidas, resultado numa política integrada que combina prevenção,

vigilância operacional e resposta estruturada à emergência, fortalecendo a resiliência do território e a segurança dos moradores.

Agrupamentos Escolares – O Agrupamento de Escolas de Vagos abrange a rede de ensino obrigatório no concelho, estando estruturado em três ciclos educativos: pré-escolar, 1.º ciclo e ensino secundário, incluindo cursos profissionais. A escola sede — a Escola Secundária de Vagos — coordena diversas escolas básicas e jardins de infância distribuídos pelas freguesias, assegurando um percurso integral e coeso para os alunos. A gestão é suportada por órgãos centrais, como o Conselho Geral, Conselho Pedagógico e Direção, que definem o Projeto Educativo, Plano de Atividades e estratégias de autoavaliação.

Em termos pedagógicos, o agrupamento destaca-se pela participação em projetos transversais e inovadores, como o Eco-Escolas, Erasmus+, eTwinning, Escola Azul, SeguraNet e iniciativas STEAM, programação digital e newsletter escolar. Estas atividades complementam a formação curricular, promovendo o desenvolvimento de competências críticas, ambientais e tecnológicas. O desporto escolar e outros clubes temáticos também fazem parte do plano anual de atividades, reforçando o envolvimento ativo dos alunos nas dinâmicas escolares.

A articulação com a comunidade é suportada por serviços escolares como apoio social, transporte, biblioteca e recursos tecnológicos, oferecidos pela Câmara Municipal. Parcerias locais facilitam eventos culturais, ambientais e tecnológicos, contribuindo para a integração do agrupamento na vida municipal. Este modelo educativo integrado fortalece a coesão territorial, valoriza os recursos locais e prepara os alunos para desafios contemporâneos, reforçando a missão da escola enquanto agente de cidadania e inovação.

Parte III

10. Metodologia da Investigação

A seleção da CIRA, como objeto de estudo, fundamenta-se numa combinação de critérios metodológicos, territoriais e estratégicos, que a tornam particularmente pertinente para a análise da articulação, entre PC e educação para o risco, no contexto português.

Em primeiro lugar, a CIRA constitui uma estrutura intermunicipal sólida, composta por 11 municípios (Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar e Vagos), distribuídos por um território de 1 693 km² e com uma população conjunta de cerca de 362 000 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2021). A região evidencia uma densidade populacional média elevada (214 hab./km²), acima da média nacional, com fortes assimetrias internas, entre zonas urbanas e rurais (CCDR, 2024). Esta heterogeneidade territorial, constitui um campo fértil para observar diferentes níveis de maturidade institucional, perceção de risco e práticas educativas.

A CIRA, apresenta igualmente um interesse analítico, reforçado pela ausência de uma estratégia intermunicipal estruturada em PC, sobretudo no domínio da formação contínua e da articulação, com o sistema educativo. Apesar de existirem boas práticas isoladas — como simulacros escolares ou programas municipais de sensibilização — estas carecem de sistematização, coordenação e replicação em rede. Esta realidade, torna-se ainda mais relevante, face à orientação estratégica nacional, que insiste na territorialização e integração da PC, como política pública transversal e preventiva (Lameiras & Coelho, 2025).

Adicionalmente, a região apresenta um forte dinamismo económico e institucional, refletido no seu elevado ISDR e na concentração de estruturas de ensino superior e centros de inovação (Terranova, 2023). Tais condições, favorecem a análise do potencial de cooperação entre entidades escolares, municípios e serviços de proteção civil (ANEPC, 2023), numa perspetiva de promoção de uma cultura de segurança e de cidadania ativa (Direção-Geral da Educação, 2021).

A escolha da CIRA, permite ainda a aplicação de métodos mistos de investigação — entrevistas semiestruturadas, análise documental e revisão bibliográfica — num universo geográfico e institucional coerente, mas suficientemente diverso, para gerar inferências relevantes, para outras regiões do país. Ao mesmo tempo, a sua dimensão média e grau de organização

institucional, facilitam o acesso a fontes, atores e dados fundamentais, à concretização do presente estudo de caso.

Assim, a CIRA, surge não apenas como um território empírico oportuno, mas como um objeto estratégico, para compreender os obstáculos e oportunidades da operacionalização das políticas públicas de PC e educação para o risco, em Portugal. Esta escolha, reforça-se pelo facto de a articulação, entre as escolas e os serviços de proteção civil, apesar de reconhecida normativamente, permanecer ainda frágil e dependente de dinâmicas locais específicas (Lameiras & Coelho, 2025), sendo, por isso, urgente diagnosticar práticas, fragilidades e caminhos de reforço institucional.

10.1. Objetivos da Investigação

O principal objetivo, é analisar o papel da educação escolar, na promoção de uma cultura de PC, na CIRA. De forma mais específica, o estudo procura:

Avaliar o grau de integração da temática da PC, nos currículos escolares da região;

- Identificar os mecanismos de cooperação existentes entre escolas, Câmaras Municipais e APC;
- Compreender a perceção dos atores educativos, sobre a importância da formação para o risco;
- Propor recomendações, para uma abordagem educativa mais integrada e eficaz em PC.
- Relatórios da UE, sobre '*Education in Emergencies*' defendem a criação de modelos de resiliência educativa, em cenários de crise (Comunidade Europeia, 2022).

10.2. Tipo de investigação

Foi adotada uma investigação de carácter qualitativo, de tipo exploratório e descritivo. O enfoque qualitativo, permite analisar perceções, experiências e significados, atribuídos pelos atores envolvidos (docentes, técnicos de PC, decisores políticos) à educação para o risco. A abordagem exploratória, visa levantar elementos, para posterior desenvolvimento de políticas e programas, enquanto a dimensão descritiva, documenta e caracteriza a realidade empírica da CIRA.

10.3. Recolha de dados

A recolha de dados, foi realizada com base em três técnicas principais:

Entrevistas semiestruturadas:

Como técnica complementar e de aprofundamento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com dois representantes-chave a nível institucional:

- O Comandante Sub-Regional da ANEPC da Região de Aveiro;
- O Presidente da CIRA.

Estas entrevistas, visaram recolher a perspetiva institucional, sobre a articulação entre educação e PC, os desafios enfrentados a nível intermunicipal e as iniciativas existentes ou previstas, para a formação da população, especialmente em idade escolar. As entrevistas, foram realizadas presencialmente e com consentimento informado, tendo sido gravadas e transcritas, para posterior análise de conteúdo.

Questionários:

Foi ainda utilizada uma abordagem quantitativa com a aplicação de questionários online, elaborados na plataforma *Google Forms*. Estes questionários, foram dirigidos a três públicos-alvo, com funções diretas na implementação de políticas de educação e PC:

- Presidentes de Câmara Municipal dos 11 municípios da CIRA;
- Coordenadores Municipais de Proteção Civil (*CMPC*);
- Diretores dos Agrupamentos de Escolas dos municípios envolvidos.

Os questionários, foram enviados por correio eletrónico institucional e incluíam perguntas de resposta fechada e aberta, permitindo recolher dados quantitativos e qualitativos, sobre a perceção dos inquiridos, relativamente ao papel da educação em PC, as estratégias em curso, e as necessidades identificadas a nível local.

Análise documental: Foram analisados documentos oficiais, como planos municipais de emergência, relatórios de atividades escolares, projetos pedagógicos e campanhas educativas, desenvolvidas pelos municípios.

10.3.1. Recolha de informação Documental

Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental sistematizada, em fontes institucionais, com o intuito de reunir informação de enquadramento e contexto, sobre a atuação da CIRA, dos seus municípios e dos agrupamentos escolares da região. Foram consultados os seguintes portais e plataformas:

- Website oficial da CIRA
- Websites dos municípios pertencentes à CIRA;
- Plataformas dos Agrupamentos de Escolas da região;
- Portal da DGE e do Ministério da Educação;
- Página oficial da ANEPC.

Esta pesquisa, permitiu obter documentos estratégicos, relatórios de atividades, informações sobre estruturas de proteção civil locais, e programas educativos, relacionados com a formação para o risco.

10.4. Amostra e participantes

A presente investigação, recorreu a uma amostragem intencional e não probabilística, centrada em atores institucionais com responsabilidades diretas, na formulação, implementação e supervisão de políticas públicas, nos domínios da proteção civil e da educação para o risco, no contexto específico dos onze municípios, que compõem a CIRA. Esta estratégia, permitiu captar uma diversidade de perspetivas qualificadas, favorecendo uma análise contextualizada, das práticas e desafios intermunicipais.

A amostra, foi composta por três grandes grupos de participantes: representantes institucionais de topo, com intervenção estratégica, na coordenação regional e intermunicipal, responsáveis políticos e técnicos dos municípios, que integram a CIRA, e representantes do setor educativo, nomeadamente diretores de agrupamentos escolares, sediados na região. A escolha destes públicos-alvo, deveu-se à sua centralidade, na operacionalização das políticas de PC e de educação para a cidadania, permitindo uma leitura ampla e articulada, sobre os níveis de literacia, articulação interinstitucional e práticas pedagógicas implementadas.

No que respeita aos instrumentos de recolha de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário, aplicados online. As entrevistas, foram realizadas presencialmente, com consentimento informado, junto de dois participantes

estratégicos: o Comandante Sub-Regional da ANEPC da Região de Aveiro, responsável pela coordenação técnica e operacional sub-regional, e o Presidente da CIRA, enquanto representante político, da estrutura que agrega os onze municípios em estudo. Através destas entrevistas, foi possível obter uma visão institucional aprofundada, sobre os desafios, estratégias e nível de articulação existente, entre os domínios da PC e da educação para o risco.

Paralelamente, foram elaborados e aplicados inquéritos online, dirigidos a três grupos profissionais distintos: os presidentes de câmara municipal dos onze municípios da CIRA, os coordenadores municipais de proteção civil (*CMPC*) e os diretores dos agrupamentos de escolas, com sede nos mesmos concelhos. A escolha destes públicos, justificou-se pelo seu papel fundamental, na implementação de políticas educativas e de segurança local. De acordo com os dados oficiais da DGE e das plataformas institucionais das autarquias, a região, é atualmente servida por 29 agrupamentos de escolas. Estas estruturas, constituem a base do sistema educativo público e são responsáveis, entre outros aspetos, pela implementação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, na qual está incluído o domínio da educação para o risco. A auscultação dos diretores, procurou aferir o grau de integração deste tema, na prática pedagógica, bem como, as dinâmicas de articulação, com os serviços municipais de PC.

A estas técnicas, juntou-se ainda a análise documental, que compreendeu o exame de planos municipais de emergência, relatórios de atividades escolares, projetos educativos de agrupamento, planos anuais de atividades, campanhas de sensibilização, materiais pedagógicos e manuais produzidos pela ANEPC e pela DGE. Estes documentos, foram recolhidos a partir dos websites da CIRA, das Câmaras Municipais, das escolas da região, da ANEPC e do Ministério da Educação. Esta análise documental, contribuiu para o enriquecimento do enquadramento empírico, permitindo triangulação, com os dados obtidos por entrevista e inquérito.

No total, foram obtidas 27 respostas completas aos inquéritos, correspondendo a uma taxa de resposta global, de aproximadamente 56%. Por grupo profissional, os resultados desagregam-se da seguinte forma: 8 respostas de Presidentes de Câmara (73%), 7 respostas de Coordenadores Municipais de Proteção Civil (64%) e 12 respostas de Diretores de agrupamento (41%). Embora a taxa de resposta varie entre os grupos, os dados obtidos revelaram-se suficientes, para assegurar uma representatividade adequada e permitiram uma análise diversificada e comparada, das práticas e visões existentes, no território da CIRA.

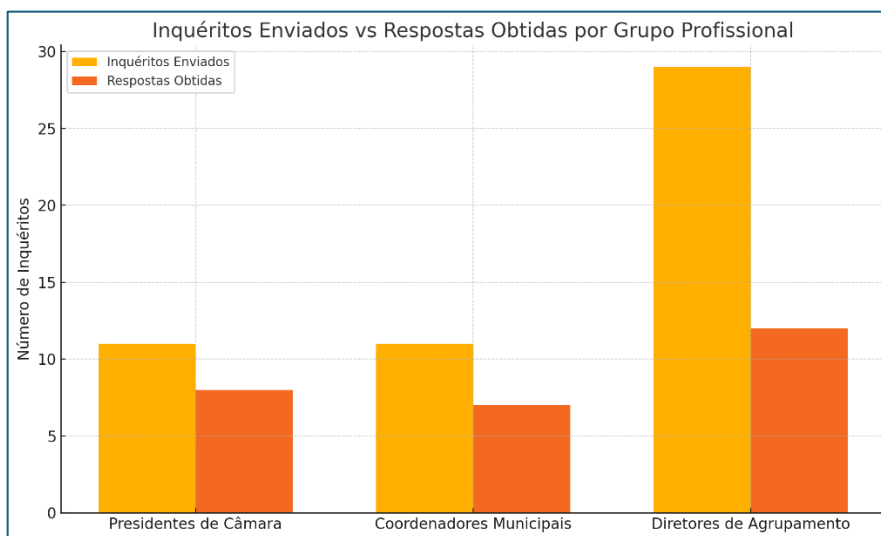


Gráfico 4 - Inquéritos enviados vs Respostas obtidas

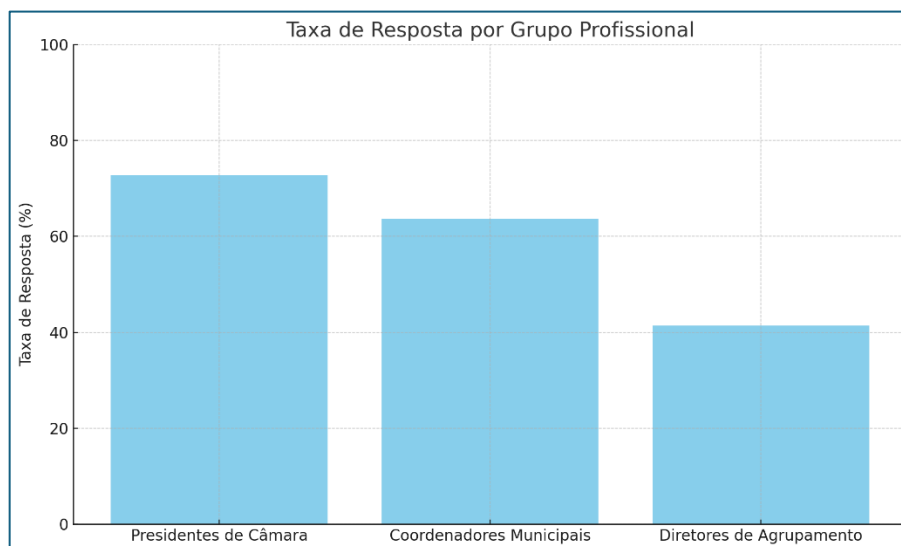


Gráfico 5 - Taxa de resposta por grupo profissional

Apesar de eventuais limitações, relacionadas com a sobrecarga funcional dos participantes e a perceção da prioridade do tema da PC, na agenda política e educativa, a amostra revelou-se equilibrada, em termos de abrangência geográfica e institucional. As respostas, contemplaram municípios e agrupamentos, com diferentes características sociodemográficas e níveis de maturidade institucional, o que possibilitou uma análise rica e comparada, entre contextos distintos, dentro da CIRA. Este equilíbrio, é particularmente relevante, para o objetivo deste estudo, centrado na identificação de assimetrias e potencialidades, na articulação intermunicipal, no domínio da educação para o risco.

Importa ainda sublinhar, que a taxa de resposta obtida, se enquadra nos padrões considerados aceitáveis, para estudos com decisores políticos e técnicos da administração pública local

(Chundu, Njobo, & Kurebwa, 2021), sendo reforçada pela triangulação metodológica, aplicada neste projeto. Com efeito, a análise qualitativa das entrevistas, com o Presidente da CIRA e com o Comandante Sub-Regional da ANEPC, complementa e aprofunda os dados obtidos por inquérito, permitindo uma leitura mais robusta e articulada, da realidade em estudo (Patton, 2002).

Assim, a taxa de resposta, ainda que limitada, não compromete a validade da análise, uma vez que é compensada pela diversidade das fontes e dos instrumentos utilizados, e pela coerência interna dos dados recolhidos, conforme será evidenciado, nas secções seguintes deste capítulo.

10.5. Tratamento e Análise dos Dados

A análise dos dados recolhidos, seguiu uma abordagem metodológica mista, articulando a análise de conteúdo temática, com a análise descritiva de dados quantitativos, numa lógica de triangulação metodológica, que assegura maior validade e fiabilidade aos resultados obtidos.

Os dados qualitativos, resultantes das entrevistas ao Comandante Sub-Regional da ANEPC e ao Presidente da CIRA, foram transcritos integralmente e submetidos a uma análise de conteúdo temática, com recurso a codificação aberta. Este processo, permitiu categorizar analiticamente e de forma significativa:

- Formação docente;
- Sensibilização comunitária;
- Cooperação institucional;
- Barreiras operacionais.

As categorias identificadas representam os eixos centrais que emergem do discurso dos entrevistados, servindo de base à compreensão dos principais desafios e oportunidades no domínio da educação para a Proteção Civil.

Simultaneamente, os dados recolhidos por meio dos questionários dirigidos a Presidentes de Câmara, Coordenadores Municipais de Proteção Civil e Diretores de Agrupamentos Escolares foram analisados através de métodos estatísticos descritivos, recorrendo a gráficos e tabelas gerados na plataforma Google Forms. Esta análise incidiu sobre frequências, percentagens e associações simples, permitindo detetar padrões de resposta, tendências institucionais e indicadores relevantes de perceção.

A integração dos dados provenientes das entrevistas, dos inquéritos e da análise documental — fundamentada em fontes institucionais da CIRA, dos municípios, das escolas e da ANEPC — viabilizou uma triangulação metodológica robusta, assegurando a consistência das evidências recolhidas e fortalecendo a validade interna da investigação.

Todos os procedimentos seguiram rigorosamente os princípios éticos aplicáveis à investigação em ciências sociais, nomeadamente o consentimento livre e esclarecido, a garantia de anonimato e a utilização dos dados exclusivamente para fins académicos.

Por fim, a interpretação dos resultados foi sustentada por literatura científica especializada em educação para o risco, conferindo solidez teórica à análise realizada e assegurando a sua adequação aos objetivos delineados no presente estudo.

Parte IV

11. Metodologia utilizada para tratamento das entrevistas e inquéritos

No âmbito da presente investigação, recorreu-se à aplicação de um questionário como principal instrumento de recolha de dados quantitativos e qualitativos, dirigido a três grupos-chave com intervenção direta na articulação entre educação e PC no território da CIRA: os Presidentes de Câmara Municipal dos 11 municípios integrantes, os CMPC e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas da região.

O questionário foi concebido com base nos objetivos e questões orientadoras do estudo, integrando itens de resposta fechada (em escala de Likert e de escolha múltipla) e perguntas abertas, com o propósito de captar simultaneamente indicadores estatísticos e perceções individuais sobre práticas, políticas e desafios locais. A sua estrutura assentou em quatro dimensões fundamentais: literacia e sensibilização para a Proteção Civil, articulação interinstitucional, políticas educativas regionais e visão estratégica para o futuro.

Os dados recolhidos foram tratados estatisticamente através de análise descritiva, sendo apresentados em formato gráfico e tabelar. As respostas abertas foram sujeitas a análise de conteúdo, permitindo complementar a dimensão quantitativa com interpretações qualitativas. Esta abordagem metodológica facilitou uma leitura integrada e comparativa entre os diferentes grupos de inquiridos, contribuindo para a triangulação das evidências e reforçando a consistência das conclusões.

12. Apresentação dos resultados das entrevistas e Inquéritos

Este capítulo tem por objetivo apresentar e interpretar os principais resultados da investigação, com base nas informações recolhidas através de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a diferentes grupos-alvo. A diversidade das fontes e dos participantes envolvidos proporcionou uma compreensão abrangente e detalhada das perceções, do nível de literacia e da articulação institucional no domínio da Proteção Civil, com especial enfoque na realidade educativa da CIRA.

A análise, será dividida em duas vertentes principais, nomeadamente, entrevistas qualitativas – conduzidas com o Presidente da CIRA e com o Comandante Sub-Regional da ANEPC,

proporcionando uma perspetiva institucional, sobre os desafios, estratégias e potencial de desenvolvimento da educação para o risco.

Assim como, por inquéritos por questionário – aplicados a Presidentes de Câmara, CMPC e Diretores de Agrupamentos Escolares, permitindo recolher dados quantitativos e comparativos, apresentados com recurso a tabelas e gráficos.

Os resultados, serão organizados por categorias temáticas, previamente definidas, de acordo com os objetivos e questões da investigação, literacia e sensibilização em PC, articulação interinstitucional, políticas educativas regionais, e visão prospetiva. Esta estrutura analítica, visa garantir clareza na apresentação dos dados e coerência na sua interpretação, estabelecendo pontes, com o referencial teórico e permitindo fundamentar conclusões e recomendações.

Relatórios da UE sobre *'Education in Emergencies'*, defendem a criação de modelos de resiliência educativa, em cenários de crise (Comunidade Europeia, 2022).

A triangulação entre os diferentes instrumentos de recolha, permite uma leitura integrada e crítica da realidade intermunicipal em análise, reforçando a validade dos dados e a robustez dos argumentos apresentados, ao longo deste capítulo.

12.1. Entrevista Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

A tabela seguinte, sistematiza a análise temática da entrevista realizada ao Presidente da CIRA, organizada em função dos principais campos de análise, definidos no âmbito da investigação. Esta estrutura, permite identificar os tópicos centrais abordados, o tipo de perguntas formuladas, os objetivos subjacentes e os excertos mais representativos, das respostas obtidas.

Através da categorização por campo temático, esta tabela destaca as dimensões-chave, abordadas durante a entrevista: literacia em PC, articulação institucional, estratégia educativa e visão prospetiva. Os excertos selecionados, refletem as ideias centrais do discurso do entrevistado e contribuem para a compreensão crítica das perceções e práticas, existentes na região.

O testemunho do Presidente da CIRA, revela uma perceção abrangente sobre os desafios e potencialidades da integração da PC, na esfera educativa. É evidente a valorização da população escolar, como agente multiplicador de boas práticas, bem como o reconhecimento da necessidade de uma atuação coordenada, entre os municípios. A entrevista evidencia ainda, a

preocupação com as assimetrias territoriais, tanto em termos de recursos, como de capacidades operacionais para implementar medidas estruturadas de educação para o risco.

12.2. Tabela com resumo da Entrevista ao Presidente da CIRA

Campo Temático	Tipo de Pergunta	Subtipo/Objetivo	Excertos Relevantes da Resposta
Literacia em Proteção Civil	Diagnóstico da literacia escolar	Identificar o nível atual de conhecimento e sensibilização	“Muitos alunos desconhecem os riscos específicos da sua região [...] o que demonstra, claramente, falhas na eficácia das ações implementadas.”
	Recetividade escolar	Compreender adesão da população escolar às ações educativas	“A população escolar é uma das mais recetivas às ações de sensibilização [...] têm maior facilidade em interiorizar rotinas.”
	Inclusão curricular	Papel do currículo na consolidação de uma cultura de risco	“A inclusão da educação para o risco no currículo nacional das escolas” [...] “um Plano de Segurança Escolar, com vertente pedagógica e técnica.”
Articulação Institucional	Papel da CIRA	Competência e potencial de articulação regional	“A CIRA é uma entidade que congrega 11 municípios [...] há um espírito de coesão entre todos os membros do Conselho Intermunicipal.”
	Integração municipal	Capacidade de atuação integrada dos municípios	“Tudo o que desenvolvemos na CIRA é feito de forma coordenada e articulada entre os 11 municípios.”
	Limitações operacionais	Dificuldades práticas na implementação educativa	“Há municípios de menor dimensão que não têm os meios e recursos necessários para estarem a implementar este tipo de medidas programáticas.”
Estratégia Educativa e Projetos	Avaliação de programas existentes	Efetividade de programas como o Educ@RA e SEGURA	“O programa Educ@RA [...] visa combater o insucesso escolar [...] inclui atividades municipais específicas.”
	Papel da escola	Responsabilidade da escola na formação cívica e preventiva	“A escola é um espaço de construção do conhecimento [...] deve ser incumbência das escolas a implementação de ações formativas.”
	Monitorização e avaliação	Ferramentas de acompanhamento	“Inclui [...] um Observatório de Educação e Formação não Superior da Região de Aveiro, que monitoriza e avalia o impacto.”
Perspetiva Crítica e Futura	Avaliação de investimentos	Comparar investimento em vigilância e combate vs. formação e prevenção	“A resiliência de um território não depende apenas da rapidez dos bombeiros [...] mas da consciência e preparação dos cidadãos.”
	Disparidade internacional	Comparação com países como a Finlândia	“A diferença deve-se a uma combinação de maior exposição a riscos [...] pouca literacia em proteção civil e cultura de risco menos enraizada.”
	Visão para 2035	Potencial de liderança intermunicipal da CIRA	“Tenho a certeza [...] que seremos barómetro e referência para outras regiões e para o país, também neste domínio.”

Tabela 4 - Resumo Entrevista Presidente da CIRA

O conjunto de excertos, analisados neste grupo de testemunhos, oriundos de um dos principais representantes institucionais da CIRA, oferece uma visão ampla e articulada, sobre o papel da PC no sistema educativo, os desafios de coordenação regional e o potencial de afirmação da CIRA, como estrutura de liderança estratégica, a nível nacional.

No domínio da literacia em PC, a resposta evidencia preocupações com a eficácia das ações educativas, atualmente em vigor. A afirmação, de que “muitos alunos desconhecem os riscos específicos da sua região”, denuncia falhas na comunicação do risco em contexto escolar e sugere que as iniciativas, embora bem-intencionadas, ainda não alcançam uma escala ou profundidade suficientes. Por outro lado, reconhece-se que a escola é um ambiente recetivo, ideal para consolidar comportamentos preventivos: “A população escolar, é uma das mais recetivas às ações de sensibilização [...] têm maior facilidade em interiorizar rotinas.” Neste sentido, a inclusão da educação para o risco, no currículo nacional, é defendida como estruturante, acompanhada por um “Plano de Segurança Escolar” com vertente técnica e pedagógica, o que demonstra uma proposta de institucionalização integrada da temática.

Quanto à articulação institucional, a CIRA é retratada, como uma entidade com forte coesão interna: “há um espírito de coesão entre todos os membros do Conselho Intermunicipal” e os projetos são desenvolvidos, de forma coordenada entre os 11 municípios. Este posicionamento, contrasta com a visão de outros atores locais (como os SMPC), que referem práticas desarticuladas. Ainda assim, são reconhecidas limitações operacionais importantes, sobretudo nos municípios de menor dimensão, onde faltam meios humanos e recursos técnicos, para implementar medidas educativas, de forma consistente. Esta realidade, reforça a necessidade de apoio técnico supramunicipal e de medidas diferenciadas, que considerem a diversidade territorial.

No campo da estratégia educativa e projetos, destaca-se a valorização de programas, como o Educ@RA, que embora não se centre exclusivamente na PC, incorpora atividades com potencial preventivo. A escola, é assumida como núcleo central da formação cívica e preventiva, com a responsabilidade de implementar ações formativas. Para dar sustentação a essas ações, é referida a existência do “Observatório de Educação e Formação não Superior da Região de Aveiro”, que atua como mecanismo de monitorização e avaliação, indiciando uma preocupação com a medição do impacto e com a melhoria contínua das práticas. Organizações de proteção civil devem funcionar como entidades que aprendem, documentando práticas e aprendizados oriundos de exercícios regulares (OECD, 2025).

Por fim, sob o eixo da perspetiva crítica e futura, os testemunhos revelam uma consciência clara da necessidade de equilíbrio, entre investimento em resposta (vigilância e combate) e em prevenção (formação e sensibilização): “A resiliência de um território, não depende apenas da rapidez dos bombeiros [...] mas da consciência e preparação dos cidadãos.” A comparação com a Finlândia, destaca fatores culturais e educativos, como determinantes da disparidade entre países: menor literacia em PC e cultura de risco menos enraizada, são apontadas como causas. A visão para o futuro é ambiciosa: a CIRA é vista como “barómetro e referência para outras regiões e para o país”, assumindo uma posição de liderança estratégica, na educação para o risco.

A diferença entre países, como Portugal e a Finlândia em literacia de risco, deve-se a uma combinação de fatores culturais, curriculares e de políticas públicas (PROSPER, 2023).

Síntese crítica: Este conjunto de excertos, traça uma visão coerente e progressista da educação para a PC, com forte ênfase na escola, como espaço privilegiado de transformação social. A liderança intermunicipal, é assumida com confiança e há consciência dos desafios logísticos e culturais a ultrapassar. No entanto, permanece uma tensão, entre o discurso da coordenação e as limitações reais de recursos e implementação no terreno. A aposta declarada num plano curricular, num observatório de impacto e numa maior capacitação das escolas, reforça a ideia de que a CIRA, poderá de facto, tornar-se um modelo a replicar, desde que haja continuidade política, financiamento e envolvimento efetivo das comunidades educativas.

12.3. Entrevista Comandante Sub. Regional de Aveiro

A tabela seguinte, apresenta a análise temática da entrevista realizada ao Comandante Sub-Regional de Aveiro da ANEPC. Esta análise, está estruturada em torno de quatro campos principais: literacia em PC, articulação institucional, estratégias e recursos públicos, e perspetivas futuras. Cada campo, reúne as perguntas correspondentes, o objetivo subjacente e os excertos mais relevantes das respostas, permitindo identificar as ideias-chave expressas ao longo da entrevista. Relatórios da UE, sobre *'Education in Emergencies'* defendem a criação de modelos de resiliência educativa, em cenários de crise (Comunidade Europeia, 2022).

A entrevista proporciona uma perspetiva técnico-operacional sobre o panorama atual da educação para o risco e a articulação institucional na região de Aveiro. O entrevistado destaca a boa receptividade da população escolar às ações de sensibilização, defendendo a introdução da temática da Proteção Civil desde o 1.º ciclo de ensino. Aponta, contudo, limitações estruturais na atuação da ANEPC, designadamente a escassez de recursos humanos e materiais, que

dificulta um acompanhamento mais efetivo junto das escolas. Salienta ainda a autonomia dos Serviços Municipais de Proteção Civil (*SMPC*) como um fator que condiciona a coordenação entre os diferentes níveis institucionais.

Outro aspeto relevante, é a perspetiva crítica sobre o desequilíbrio, entre o investimento em resposta (como viaturas) e em prevenção e formação. Embora o entrevistado não disponha de informação detalhada, sobre os projetos desenvolvidos pela CIRA, reconhece a necessidade de continuidade, planeamento e educação, para que a PC alcance uma dimensão verdadeiramente preventiva e sustentável. A leitura que apresenta, reforça a importância de integrar a educação para o risco, como parte estrutural da formação cidadã, com base em modelos bem-sucedidos, já implementados noutros países.

12.1. Tabela com resumo da Entrevista Comandante Sub. Regional de Aveiro

Campo Temático	Tipo de Pergunta	Subtipo/Objetivo	Excertos Relevantes da Resposta
Literacia e Educação para o Risco	Diagnóstico do nível de literacia	Avaliar conhecimento dos jovens nas escolas	“Não tenho conhecimento que me permita imitar uma opinião.”
	Recetividade escolar	Comparar motivação e adesão entre faixas etárias	“Claramente que sim.”
	Influência educativa	Impacto das escolas na mudança de comportamentos familiares	“É com a população escolar que é mais fácil trabalhar novos conceitos e ideias, que por sua vez conseguem influenciar as suas famílias.”
	Implementação do Referencial	Relevância do Referencial de Educação para o Risco	“[...] pode influenciar positivamente a resposta da comunidade a emergências.”
	Sugerir melhorias	Medidas estruturantes para aumentar a eficácia educativa	“Tratar-se de matérias obrigatórias no ensino desde o 1.º ciclo.”
Articulação Institucional	Papel da CIRA	Avaliação da sua atuação e influência na formação escolar	“A CIRA pode exercer influência para que estas matérias sejam abordadas nas escolas.”
	Projeto SEGURA	Avaliação do software educativo adquirido	“Ainda está em fase de implementação.”
	Relação entre entidades	Colaboração ANEPC, SMPC e agrupamentos	“Os SMPC’s são independentes [...], a ANEPC tem apenas papel de incentivo e colaboração.”
	Conhecimento sobre aplicação local	Grau de implementação nos 11 municípios	“Não tenho conhecimento aprofundado sobre esta matéria.”
Estratégias e Recursos Públicos	Avaliação de programas educativos	Eficiência de iniciativas como “A Proteção Civil vai à Escola”	“A questão tem de ser colocada à CIRA.”
	Alocação de recursos	Crítica ao investimento em viaturas versus formação	“Os investimentos são realizados de acordo com os avisos [...] com fundos comunitários.”
	Comparação internacional	Leitura da disparidade entre Portugal e Finlândia	“Depende da sensibilidade para estas matérias e dos programas educativos.”
Perspetivas Futuras	Visão para 2035	Efeitos da aposta ou ausência de investimento educativo	“Tem de haver um trabalho continuado, que nem sempre se obtém resultados nos prazos previstos.”

Tabela 5 - Entrevista Comandante Sub. Regional de Aveiro

A análise dos testemunhos recolhidos, agrupados em quatro grandes domínios — Literacia e Educação para o Risco, Articulação Institucional, Estratégias e Recursos Públicos, e Perspetivas Futuras — permite identificar perceções qualificadas sobre o estado atual e o potencial de desenvolvimento da Proteção Civil no contexto escolar. Apesar da

heterogeneidade das respostas, estas fornecem indicações concretas para a definição de medidas operacionais ajustadas à realidade social e institucional da CIRA.

No domínio da Literacia e Educação para o Risco, destaca-se uma preocupação transversal com a ausência de conhecimento sistematizado sobre a situação nas escolas, evidenciada por declarações como: “Não tenho conhecimento que me permita emitir uma opinião.” Ainda assim, é consensual o reconhecimento da escola como agente transformador. Um dos entrevistados afirma que “é com a população escolar que é mais fácil trabalhar novos conceitos e ideias, que por sua vez conseguem influenciar as suas famílias”, apontando o papel multiplicador da formação em meio educativo. A existência do Referencial de Educação para o Risco é considerada positiva, pelo seu potencial de orientar práticas com impacto comunitário: “pode influenciar positivamente a resposta da comunidade a emergências.” É também defendida, de forma clara, a introdução obrigatória desta temática desde o 1.º ciclo, reforçando a sua integração formal nos currículos.

Relativamente à Articulação Institucional, os testemunhos revelam défices de coordenação e uma governação ainda pouco estruturada. A CIRA é reconhecida como entidade com capacidade para impulsionar a educação para o risco, embora não exerça ainda esse papel de forma efetiva: “A CIRA pode exercer influência para que estas matérias sejam abordadas nas escolas.” O projeto SEGURA é referido como estando “em fase de implementação”, o que evidencia a sua maturidade incipiente. As relações interinstitucionais mostram-se fragmentadas, com os SMPC a operar de forma independente e a ANEPC limitada a uma função de incentivo: “Os SMPC’s são independentes [...], a ANEPC tem apenas papel de incentivo e colaboração.” Esta desarticulação dificulta o desenvolvimento de práticas coerentes e sustentadas, agravada pela falta de conhecimento sobre a realidade dos diferentes municípios.

No campo das Estratégias e Recursos Públicos, os entrevistados expressam reservas quanto à eficácia de algumas iniciativas, como o programa “A Proteção Civil vai à Escola”, remetendo a responsabilidade pela sua dinamização para a CIRA: “A questão tem de ser colocada à CIRA.” Criticam igualmente a alocação de recursos, frequentemente orientados para meios operacionais (como viaturas), em detrimento de ações formativas. Ainda assim, reconhecem que tal distribuição decorre das condições impostas pelos mecanismos de financiamento disponíveis: “Os investimentos são realizados de acordo com os avisos [...] com fundos comunitários.” A comparação com países como a Finlândia sublinha o impacto da sensibilidade social e política sobre estas matérias na eficácia dos programas educativos. A disparidade em

termos de literacia de risco é explicada por fatores culturais, curriculares e estratégicos (PROSPER, 2023).

Quanto às Perspetivas Futuras, é realçado que os resultados nesta área exigem continuidade: “Tem de haver um trabalho continuado, que nem sempre se obtém resultados nos prazos previstos.” Esta observação reforça a importância da persistência e da estabilidade das políticas educativas em Proteção Civil, em oposição a ações pontuais ou de curto prazo.

Em síntese, os contributos recolhidos refletem um consenso crescente quanto à importância da escola como espaço estratégico para a consolidação de uma cultura de segurança, mas também revelam fragilidades estruturais: dispersão institucional, ausência de liderança concertada e descontinuidade nas práticas. A falta de informação sobre o que já se realiza localmente, aliada à perceção de um desequilíbrio na aplicação dos recursos, fragiliza o sistema e reforça a ideia de que a educação para a Proteção Civil depende, ainda, mais da iniciativa individual do que de políticas públicas articuladas. A concretização de uma estratégia eficaz exige, assim, a definição de um quadro intermunicipal estável, dotado de metas claras, recursos adequados e mecanismos de avaliação, sustentado pela convicção de que formar cidadãos preparados começa, de forma inequívoca, na escola.

12.2. Compilação Temática dos Inquéritos por Grupo de Respondentes

Grupo de Respondentes	Temas Abordados	Foco das Perguntas	Objetivo da Recolha
Diretores de Agrupamentos Escolares	Integração curricular da Proteção Civil	Grau de inserção de conteúdos sobre risco e segurança no plano pedagógico	Avaliar a presença da PC na prática educativa e a sensibilidade dos docentes para esta temática
	Parcerias institucionais	Relação com os SMPC, ANEPC, autarquias, CIRA	Compreender o nível de articulação e cooperação interinstitucional
	Capacitação docente e recursos	Necessidades de formação, materiais e meios disponíveis	Identificar lacunas e oportunidades de reforço na formação docente e no apoio técnico
Coordenadores Municipais de Proteção Civil	Envolvimento com o setor educativo	Participação em ações escolares, iniciativas promovidas, contacto com agrupamentos	Avaliar o envolvimento direto dos CMPC na sensibilização da comunidade escolar
	Recursos e limitações operacionais	Equipas, tempo, materiais, apoio institucional	Compreender os principais constrangimentos à atuação local na área da formação e prevenção
	Perceção da eficácia das ações locais	Avaliação subjetiva dos resultados obtidos com as iniciativas já implementadas	Verificar o impacto real e a consistência das ações de sensibilização desenvolvidas a nível municipal
Presidentes de Câmara Municipal	Estratégias políticas locais em Proteção Civil	Prioridade atribuída à PC nos planos municipais e investimentos realizados	Conhecer a visão política e estratégica sobre o papel da educação para o risco a nível autárquico
	Educação e prevenção como política pública	Existência de planos, programas e parcerias com escolas e outras entidades	Analisar se a temática da PC é transversal à governação municipal e integrada na política educativa local
	Papel da CIRA na harmonização regional	Articulação intermunicipal, coordenação, visão futura	Avaliar o entendimento dos autarcas sobre o papel da CIRA como agregadora e promotora de políticas comuns

Tabela 6 - Compilação Temática dos Inquéritos

A organização dos guiões de inquérito, aos diferentes grupos de respondentes, seguiu uma lógica de alinhamento, com as respetivas funções institucionais e operacionais, no sistema de PC e no setor educativo. A estrutura temática das perguntas, foi desenhada para captar visões complementares, sobre os mesmos domínios estratégicos, a partir das perspetivas distintas de Diretores Escolares, Coordenadores Municipais e Presidentes de Câmara.

No caso dos Diretores de Agrupamento Escolar, o foco incidiu sobre a realidade interna das escolas e a sua relação com a PC, enquanto temática pedagógica e prática institucional. As perguntas abordaram três dimensões: a integração curricular, as parcerias institucionais e a capacitação docente. Procurou-se compreender o grau de inserção de conteúdos, sobre risco e segurança nos projetos educativos e planos pedagógicos, bem como a sensibilidade e preparação dos docentes, para tratar estas temáticas. Simultaneamente, foi analisado o nível de articulação com os serviços municipais de PC, autarquias e a CIRA, procurando identificar formas de colaboração já existentes ou por explorar. Por fim, foi dada atenção às necessidades formativas dos profissionais e à disponibilidade de recursos materiais, permitindo assim identificar barreiras concretas à operacionalização de ações educativas, estruturadas nesta área.

Já junto dos SMPC, o guião focou-se na vertente mais técnica e operacional da cooperação com o setor educativo. As perguntas procuraram avaliar o grau de envolvimento direto destes profissionais nas iniciativas escolares, a disponibilidade de meios humanos e técnicos para apoiar as escolas e a perceção da eficácia das ações já implementadas. Este grupo oferece uma visão intermédia, entre o plano político e o plano pedagógico, sendo frequentemente responsável pela ligação entre os municípios e os agrupamentos. A recolha da sua perceção permitiu compreender, até que ponto os constrangimentos operacionais — como escassez de pessoal, falta de tempo ou ausência de diretrizes — comprometem a regularidade e qualidade da intervenção educativa, na área da PC.

Por fim, os Presidentes de Câmara, foram inquiridos no sentido de identificar a importância estratégica atribuída à educação para o risco, nos seus concelhos. As perguntas incidiram sobre a existência (ou não) de planos municipais, programas e investimentos, dirigidos à educação em PC, bem como sobre o nível de prioridade política desta temática. Além disso, foi avaliada a sua perceção, do papel da CIRA como entidade agregadora e coordenadora, de uma política intermunicipal de sensibilização e prevenção. A sua visão, oferece indicações sobre o grau de compromisso político e orçamental com esta agenda e sobre a disponibilidade para adotar medidas de cooperação regional.

A combinação das três grelhas de perguntas possibilitou uma leitura integrada e multifacetada do problema em análise. Os diretores de agrupamento destacaram os principais constrangimentos de natureza pedagógica e organizacional vivenciados no contexto escolar; os Coordenadores Municipais de Proteção Civil evidenciaram os limites da atuação local em ausência de uma coordenação intermunicipal eficaz; já os autarcas apresentaram perspetivas divergentes quanto à relevância estratégica da Proteção Civil como componente das políticas educativas.

Síntese crítica: A estrutura dos guiões, revela que cada grupo atua com margens de autonomia e foco distintos, mas que todos convergem na perceção de que falta articulação, liderança e estratégia integrada. Esta abordagem metodológica, permitiu diagnosticar não apenas a situação factual de cada município ou escola, mas também os bloqueios sistémicos, que impedem a construção de uma cultura de PC partilhada. A clareza das respostas recolhidas, reforça a validade do desenho temático dos inquéritos e oferece uma base robusta, para a construção de um plano de ação que responda, de forma diferenciada, às necessidades de cada grupo envolvido.

12.3. Inquéritos Diretores de Agrupamentos Escolares

Esta secção, apresenta os resultados do inquérito realizado aos Diretores de Agrupamentos Escolares, pertencentes aos municípios que integram a CIRA. O objetivo principal deste inquérito, foi recolher informação diretamente junto dos responsáveis máximos pelas unidades educativas da região, de forma a compreender o grau de envolvimento das escolas nas temáticas da PC, as práticas existentes, os obstáculos sentidos e as perceções, sobre o papel da escola na formação para o risco.

Os Diretores Escolares, enquanto agentes estratégicos, no planeamento pedagógico e na gestão operacional dos estabelecimentos de ensino, possuem uma visão privilegiada sobre a integração (ou ausência) de conteúdos relacionados com a sensibilização para riscos naturais, tecnológicos e sociais, nos contextos educativos formais e não formais.

Os resultados apresentados nesta secção, estão organizados por áreas temáticas, sendo acompanhados por gráficos ilustrativos que facilitam a leitura e interpretação dos dados. Estes gráficos, permitem observar tendências, identificar lacunas e destacar boas práticas. A análise incide, tanto sobre indicadores quantitativos, como sobre contributos qualitativos, incluídos nas respostas abertas dos inquéritos, sempre que pertinente.

A informação recolhida contribui, assim, para responder de forma concreta às questões de investigação e apoiar a construção de uma proposta fundamentada de reforço da educação, para a PC, nos contextos escolares da região.

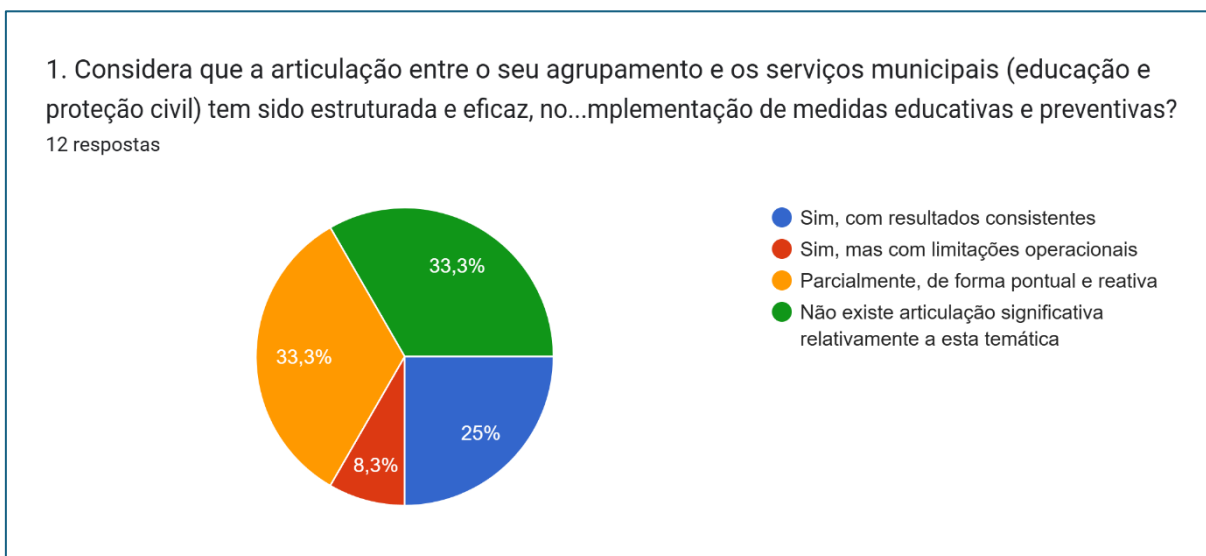


Gráfico 6 - 1ª Pergunta Diretores de Agrupamento

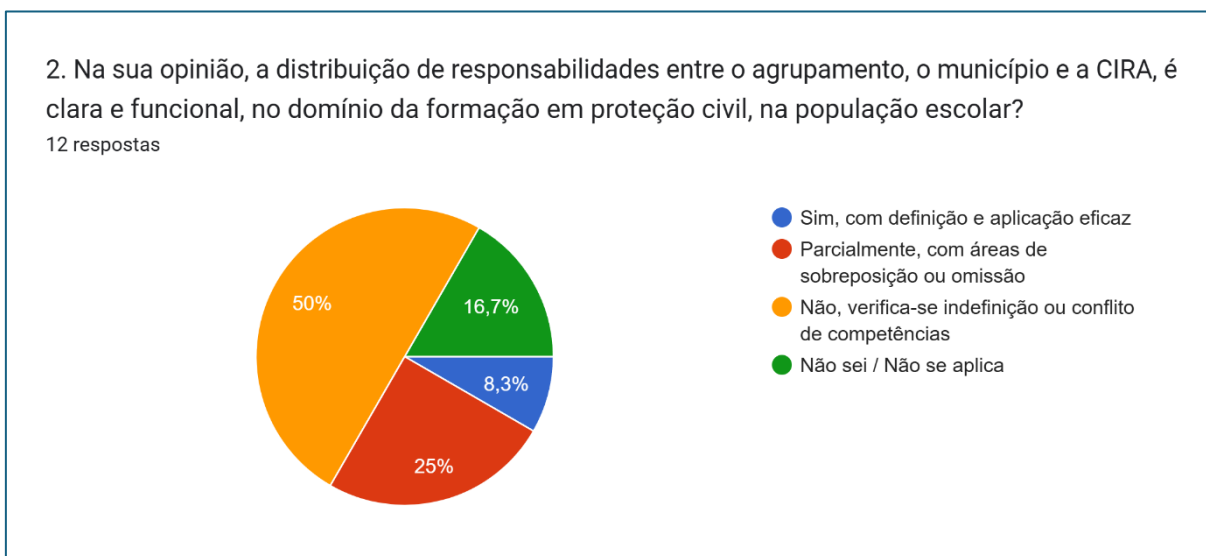


Gráfico 7 - 2ª Pergunta Diretores de Agrupamento

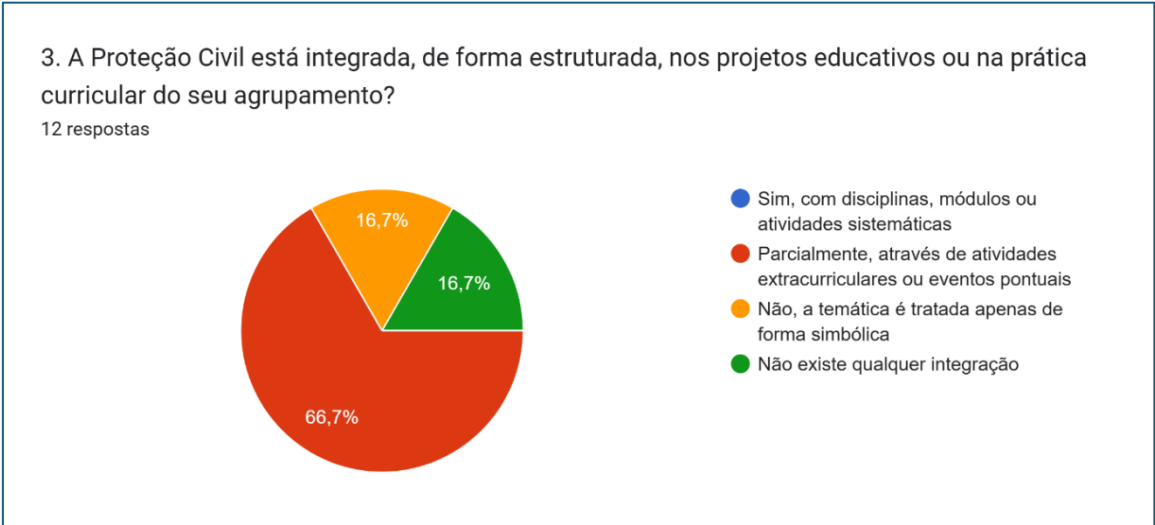


Gráfico 8 - 3ª Pergunta Diretores de Agrupamento

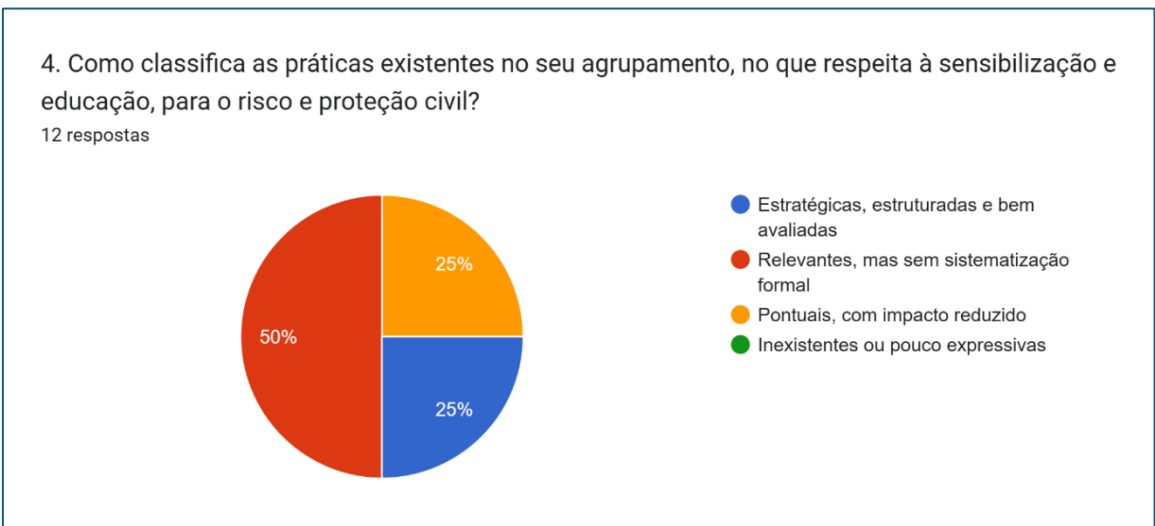


Gráfico 9 - 4ª Pergunta Diretores de Agrupamento

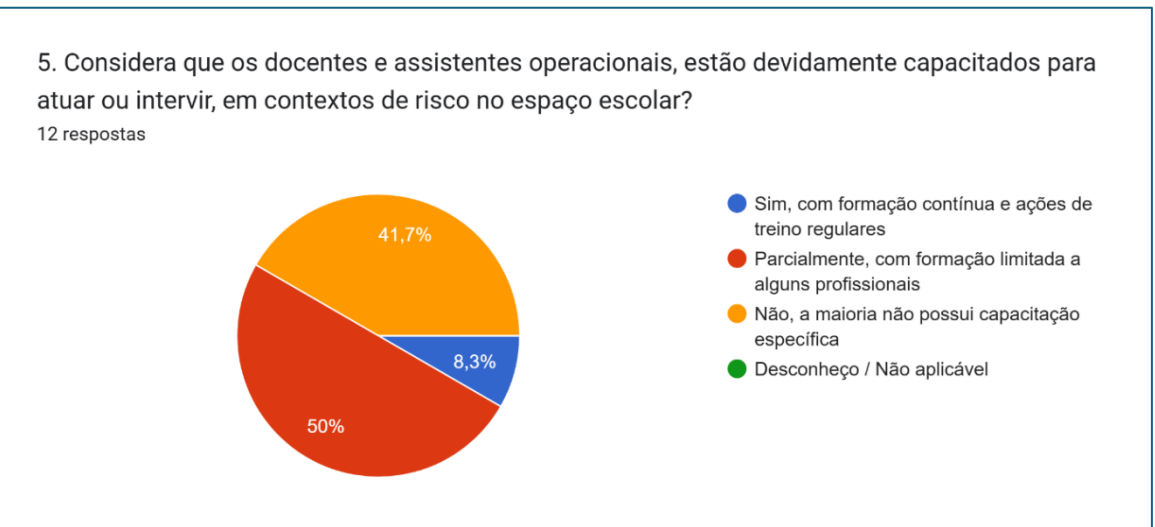


Gráfico 10 - 5ª Pergunta Diretores de Agrupamento

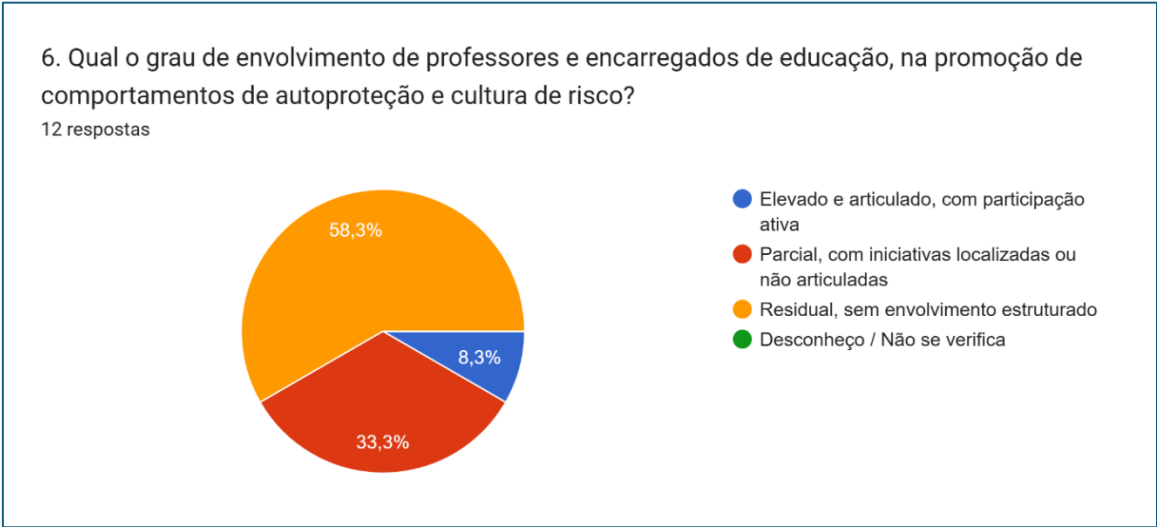


Gráfico 11 - 6ª Pergunta Diretores de Agrupamento

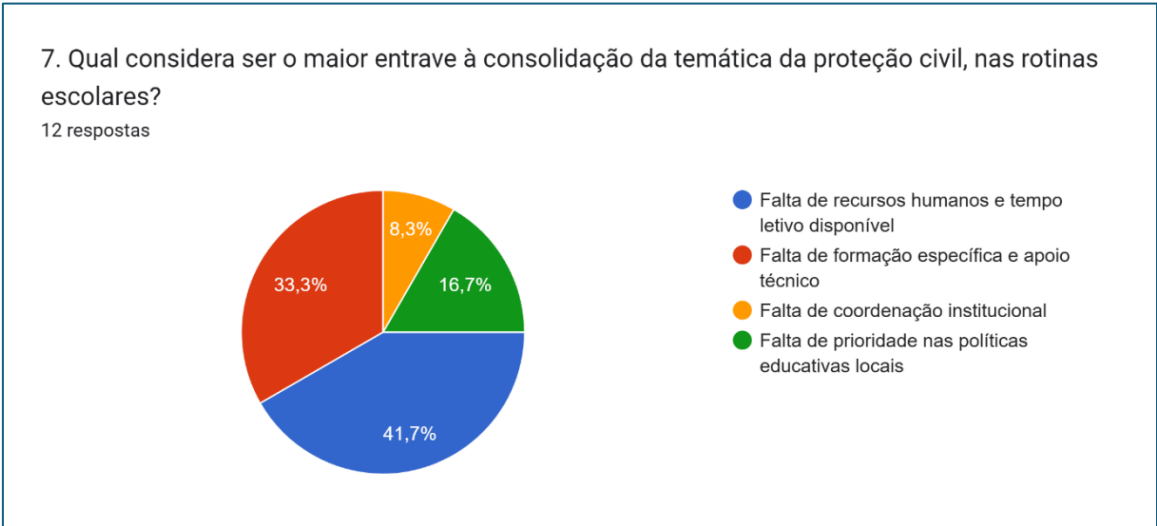


Gráfico 12 - 7ª Pergunta Diretores de Agrupamento



Gráfico 13 - 8ª Pergunta Diretores de Agrupamento

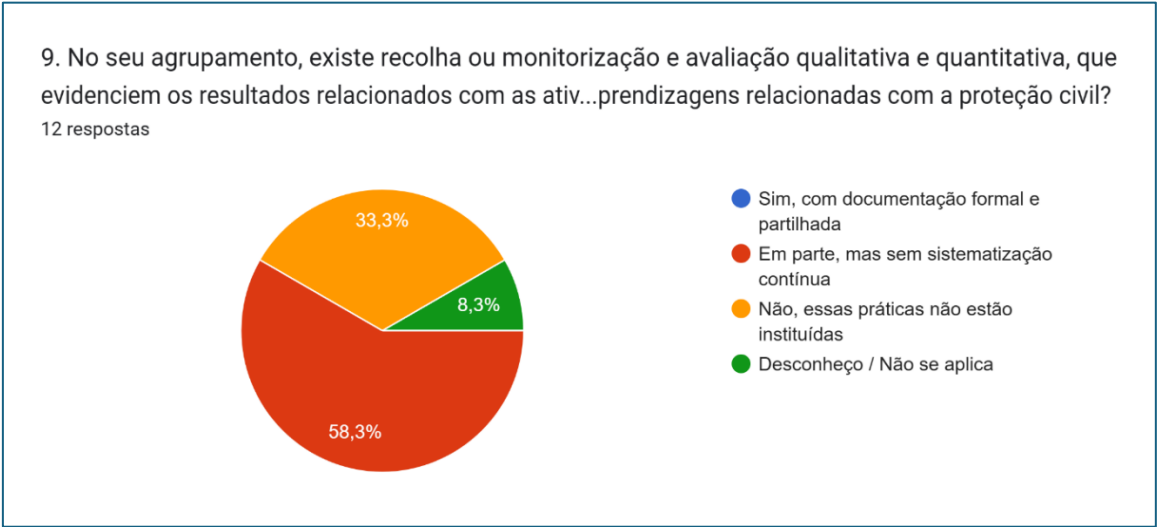


Gráfico 14 - 9ª Pergunta Diretores de Agrupamento

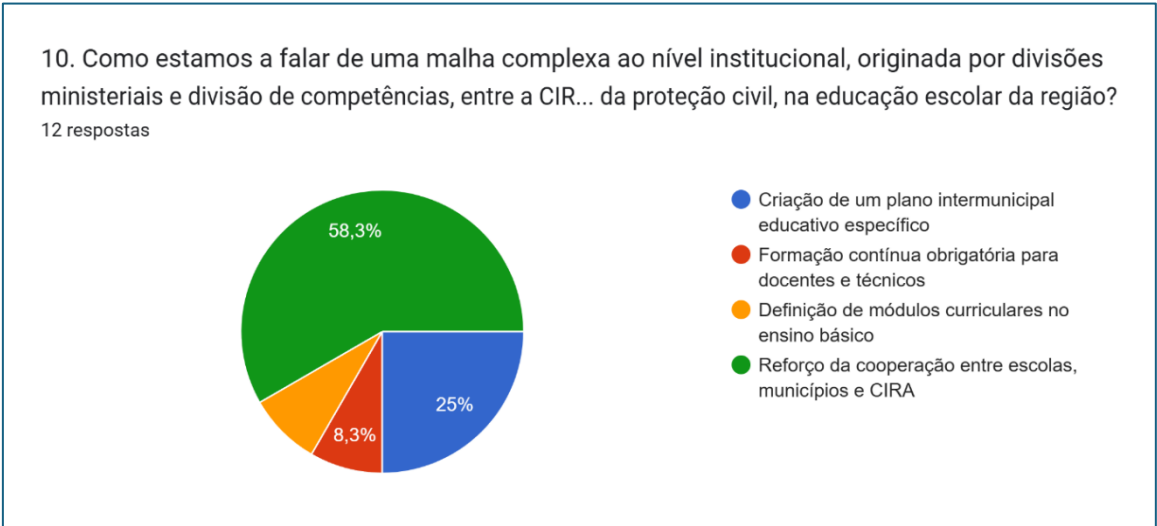


Gráfico 15 - 10ª Pergunta Diretores de Agrupamento

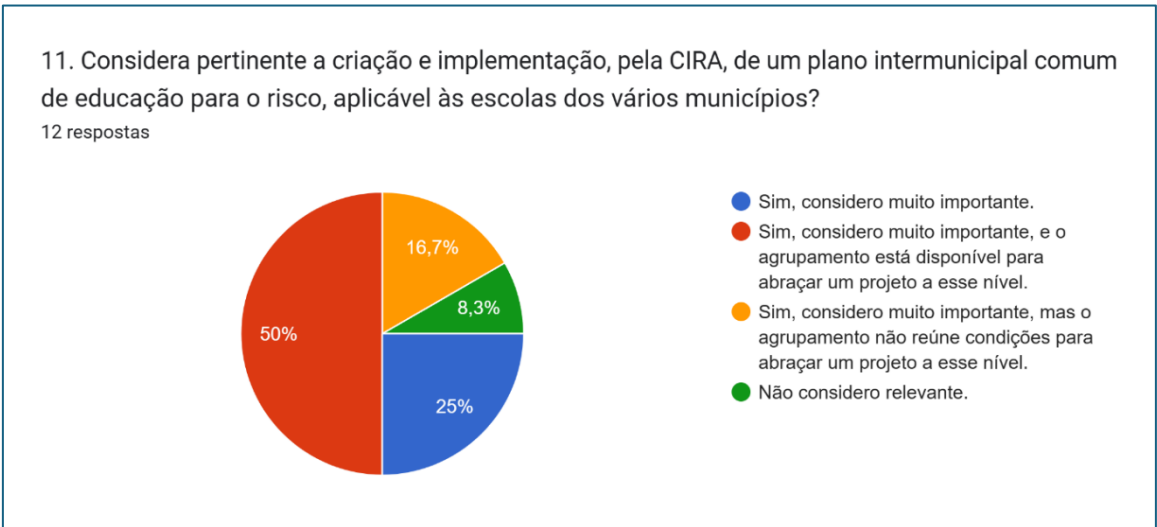


Gráfico 16 - 11ª Pergunta Diretores de Agrupamento

12. Que recomendações faria, para melhorar a articulação entre CIRA, municípios e escolas, na promoção de uma cultura de proteção civil?

12 respostas

.

A realização de reuniões com a participação de representantes da CIRA, municípios, e delegados de segurança das escolas para elaboração e operacionalização deste projeto

Existir um trabalho colaborativo.

A estratégia deverá passar por uma primeira conversa com a escolas e averiguar as necessidades/dificuldades.

Haver a definição de um plano para atuação em situações de catástrofe.

Começar o edifício pela base. Não está nada feito

Ação de sensibilização.

Articular e desenvolver módulos estruturados, de comunicação simples e intuitiva, a implementar na oferta de escola ao nível do currículo.

Nada a referir.

Sem sugestões

Existir de facto cooperação, colaboração, existirem contactos.

Articulação sistemática e frequente com a presença efetiva dos representantes dos Agrupamentos.

13. Na sua visão, quais seriam as medidas estruturantes mais eficazes, para consolidar uma cultura de educação para o risco, no sistema educativo da região de Aveiro? Que alterações legislativas, institucionais ou operacionais, seriam necessárias, para ultrapassar as atuais limitações, incluindo a ausência de representação da proteção civil nos Conselhos Municipais de Educação e vice-versa, nomeadamente na Comissão Distrital de Proteção Civil? 12 respostas

.

A proteção civil não tem representação nos Conselhos Municipais de Educação, mas a educação tem representação nos Conselhos Municipais de Segurança

Fazer parte do currículo.

O Conselho Municipal da Educação deveria ter a presença de um técnico da proteção civil que trabalhasse diretamente com as escolas.

Haver a definição de um plano para atuação, em articulação com os Agrupamentos.

Depois da sensibilização seguir-se para a formação creditada e acreditada.

Essas temáticas serem da responsabilidade de lecionação por parte da proteção civil, mediante ações sistemáticas, programadas e calendarizadas nas escolas, ao nível do 1º e 2º ciclos.

Não possuo informação suficiente sobre a temática para poder sugerir medidas.

nr

Seria preciso existir sentido de Região de Aveiro para este fim, portanto é preciso que haja ao nível institucional vontade para se construir, havendo vontade e justando-se as vontades, as coisas fazem-se de acordo com as necessidades efetivas do município e da região.

A presença nos planos e documentos oficiais dos Agrupamento.

14. Nas últimas décadas, as alterações climáticas têm vindo a intensificar-se, manifestando-se através do aumento da frequência e intensidade de fenómenos extremos, (ondas de calor, inundações, secas severas, incêndios rurais), com impacto direto e crescente na vida quotidiana das populações, particularmente em contextos urbanos e escolares.

Neste sentido, considera que o sistema educativo, em particular o seu agrupamento, está a acompanhar e adaptar-se de forma eficaz a esta nova realidade? Que estratégias, conteúdos curriculares, ações de sensibilização ou medidas operacionais têm sido (ou deveriam ser) integradas, para preparar a comunidade escolar, para os riscos associados às alterações climáticas e promover assim uma cultura mitigadora do risco, de proteção e autoproteção?

9 respostas

.

Maior trabalho colaborativo entre todas as partes.

Não.

Sim.

Sim, no caso da nossa escola existem atividades de âmbito curricular e extra curricular que sensibilizam os alunos para estas questões.

nr

De acordo com o PASEO os temas são abordados em todos os anos ao nível curricular e ao nível da Cidadania e Desenvolvimento marca identitária do Agrupamento.

Ações de Formação, reunião com a comunidade educativa, simulacros, projetos interdisciplinares de turma...

12.3.1. Quadros de Resumo de respostas dos Diretores de Agrupamento

Grupo	Pergunta	Respostas
Articulação Institucional e Estratégica	6. Qual o grau de envolvimento de professores e encarregados...	Residual, sem envolvimento estruturado (7); Parcial, com iniciativas localizadas ou não articuladas (4); Elevado e articulado, com participação ativa (1)
	11. Considera pertinente a criação e implementação, pela CIR...	Sim, considero muito importante, e o agrupamento está disponível para abraçar um projeto a esse nível (6). Não considero relevante (1). Sim, considero muito importante (3). Sim, considero muito importante, mas o agrupamento não reúne condições para abraçar um projeto a esse nível (2).
	12. Que recomendações faria, para melhorar a articulação ent...	A realização de reuniões com a participação de representantes da CIRA, municípios, e delegados de segurança das escolas para elaboração e operacionalização deste projeto; Haver a definição de um plano para atuação em situações de catástrofe; Existir um trabalho colaborativo; Começar o edifício pela base; Não está nada feito
Integração Curricular e Formação	2. Na sua opinião, a distribuição de responsabilidades entre...	Não, verifica-se indefinição ou conflito de competências (6); Parcialmente, com áreas de sobreposição ou omissão (3); Não sei / Não se aplica (2); Sim, com definição e aplicação eficaz (1)
	4. Como classifica as práticas existentes no seu agrupamento...	Relevantes, mas sem sistematização formal (6); Estratégicas, estruturadas e bem avaliadas (3); Pontuais, com impacto reduzido (3)
	10. Como estamos a falar de uma malha complexa ao nível inst...	Reforço da cooperação entre escolas, municípios e CIRA (7); Criação de um plano intermunicipal educativo específico (3); Formação contínua obrigatória para docentes e técnicos (1); Definição de módulos curriculares no ensino básico (1)
	13. Na sua visão, quais seriam as medidas estruturantes mais...	A proteção civil não tem representação nos Conselhos Municipais de Educação, mas a educação tem representação nos Conselhos Municipais de Segurança; Haver a definição de um plano para atuação, em articulação com os Agrupamentos; Fazer parte do currículo; Seria preciso existir sentido de Região de Aveiro para este fim, portanto é preciso que haja ao nível institucional vontade para se construir, havendo vontade e justando-se as vontades, as coisas fazem-se de acordo com as necessidades efetivas do município e da região.
Participação da Comunidade e Sensibilização	3. A Proteção Civil está integrada, de forma estruturada, no...	Parcialmente, através de atividades extracurriculares ou eventos pontuais (8); Não existe qualquer integração (2); Não, a temática é tratada apenas de forma simbólica (2)
	5. Considera que os docentes e assistentes operacionais, est...	Parcialmente, com formação limitada a alguns profissionais (6); Não, a maioria não possui capacitação específica (5); Sim, com formação contínua e ações de treino regulares (1)
	7. Qual considera ser o maior entrave à consolidação da temá...	Falta de recursos humanos e tempo letivo disponível (5); Falta de formação específica e apoio técnico (4); Falta de prioridade nas políticas educativas locais (2); Falta de coordenação institucional (1)
	8. Tem recebido orientação estratégica e clara por parte do ...	Sim, mas de forma pouco operacional ou genérica (6); Não, verifica-se ausência de diretrizes (4); Sim, com orientações regulares e operacionais (1); Desconheço / Não se aplica (1)
	9. No seu agrupamento, existe recolha ou monitorização e ava...	Em parte, mas sem sistematização contínua (7); Não, essas práticas não estão instituídas (4); Desconheço / Não se aplica (1)

Tabela 7 - Quadros de Resumo de respostas dos Diretores de Agrupamento

O conjunto das respostas obtidas, junto dos Diretores Escolares, revela uma consciência aguda das fragilidades estruturais, na articulação com os municípios e com a CIRA, bem como a vontade de transformação prática, ainda que limitada por recursos, tempo e ausência de diretrizes claras.

As respostas às perguntas 6, 11 e 12, mostram que o envolvimento de professores e encarregados de educação, é geralmente residual. A maioria dos diretores, caracteriza essa participação como inexistente ou fragmentada, sendo raro haver uma articulação ativa e estruturada, com as famílias ou com a comunidade.

No entanto, há um forte alinhamento, quanto à pertinência da criação de um plano intermunicipal: seis dos diretores afirmam, que os agrupamentos estão totalmente disponíveis para o abraçar, e três defendem a sua criação, mesmo reconhecendo limitações. Apenas um considera essa proposta irrelevante.

As recomendações qualitativas, apontam claramente para soluções concretas e operacionais: reuniões tripartidas entre CIRA, municípios e delegados de segurança das escolas; definição de planos de atuação para emergências; e valorização do trabalho colaborativo desde a base.

Síntese crítica: Os diretores demonstram abertura e interesse em construir soluções coletivas, mas sentem-se abandonados num vazio de coordenação. A criação de um plano de ação regional, seria bem acolhida, desde que acompanhado de meios, estrutura e compromisso institucional.

As perguntas 2, 4, 10 e 13, abordam diretamente a estrutura pedagógica e formativa da PC, no contexto escolar. Os diretores mostram, que existe uma indefinição generalizada, quanto às responsabilidades entre os diferentes níveis institucionais, sendo seis os que refere haver conflito ou ausência de definição.

Quanto à prática educativa, os agrupamentos desenvolvem ações relevantes, mas maioritariamente, sem sistematização ou avaliação formal. Apenas três consideram que têm práticas estratégicas e bem estruturadas. A maioria aponta para intervenções pontuais e com impacto reduzido.

Sobre as medidas estruturantes, destaca-se a defesa do reforço da cooperação entre escolas, municípios e CIRA, bem como a criação de um plano intermunicipal e a necessidade de formação contínua, para docentes e técnicos.

As respostas abertas, apontam ainda para uma necessidade simbólica e prática de "sentido de região", de representação da PC, nos conselhos municipais de educação e de uma articulação real, entre educação e segurança civil.

Síntese crítica: Existe trabalho feito nas escolas, mas de forma desarticulada e dependente da vontade local. A indefinição de papéis e a escassez de apoio externo impedem a consolidação de práticas sustentáveis. Os diretores exigem reconhecimento político da Proteção Civil, como domínio educativo.

As respostas às perguntas 3, 5, 7, 8 e 9, revelam que a integração da PC, continua muito débil e periférica no ambiente escolar. O tema é frequentemente abordado, apenas em atividades extracurriculares ou de forma simbólica, e a formação de docentes e assistentes operacionais, é limitada ou inexistente na maioria dos casos.

O maior entrave identificado, à consolidação da temática é a falta de recursos humanos e tempo letivo, seguida da falta de formação e apoio técnico. Em menor grau, referem-se também, a falta de prioridade política e de coordenação institucional.

Sobre as orientações da CIRA, seis diretores afirmam recebê-las de forma pouco operacional, e quatro dizem não receber diretrizes. A monitorização das ações educativas é feita, apenas de forma parcial, e sem continuidade sistemática. Organizações de PC, devem funcionar como entidades que aprendem, documentando práticas e aprendizados oriundos de exercícios regulares (OECD, 2025).

Síntese crítica: Os agrupamentos enfrentam múltiplas barreiras, para incorporar a PC de forma plena: tempo, recursos, capacitação e ausência de uma estratégia clara de apoio e monitorização. Ainda assim, existe potencial e vontade de participar ativamente, caso exista um enquadramento robusto.

Os diretores de agrupamento são, neste estudo, os que mais claramente expressam tanto os desafios como as soluções. Sentem-se sozinhos, mas estão disponíveis para cooperar e construir. O plano de ação intermunicipal surge, mais uma vez, como instrumento necessário.

Para promover uma cultura de PC, mais eficaz e coesa, é essencial unificar as abordagens pedagógicas e operacionais, entre os diferentes municípios, apoiar as escolas com recursos adequados, formação contínua e mecanismos de coordenação interinstitucional, integrar de forma sistemática a temática da PC, nos conselhos municipais de educação e nos planos

educativos locais, e, por fim, monitorizar o progresso das iniciativas implementadas, assegurando uma distribuição equitativa, das oportunidades educativas em todo o território.

A liderança da CIRA neste processo, é vista como urgente e estratégica. O contexto está maduro para a mudança — falta, acima de tudo, que as vontades políticas se juntem, às necessidades pedagógicas.

12.4. Inquéritos Coordenadores Municipais de Proteção Civil da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Esta secção, apresenta os resultados do inquérito dirigido aos CMPC, dos onze municípios que compõem a CIRA. O objetivo deste inquérito, foi compreender o grau de envolvimento dos CMPC, nas ações de sensibilização e educação para o risco, bem como identificar as práticas existentes, os principais constrangimentos e as perceções institucionais, sobre a colaboração com o setor educativo.

Enquanto agentes operacionais, com responsabilidade direta na prevenção, planeamento e resposta, em emergências a nível municipal, os CMPC desempenham um papel central, na articulação entre os diferentes atores locais – escolas, autarquias, população – e os dispositivos de proteção civil. A sua perspetiva é, portanto, essencial para avaliar o grau de integração das temáticas de PC, nos territórios, bem como a eficácia das estratégias intermunicipais adotadas.

Os dados recolhidos, apresentados nesta secção sob a forma de gráficos e tabelas, permitem analisar com maior detalhe o nível de cooperação entre os serviços municipais e os estabelecimentos de ensino, a existência de planos de ação específicos, e as necessidades identificadas pelos próprios coordenadores. A análise destes resultados, é crucial para identificar pontos fortes e fragilidades no atual modelo de atuação, servindo de base para a formulação de propostas concretas, no capítulo seguinte.

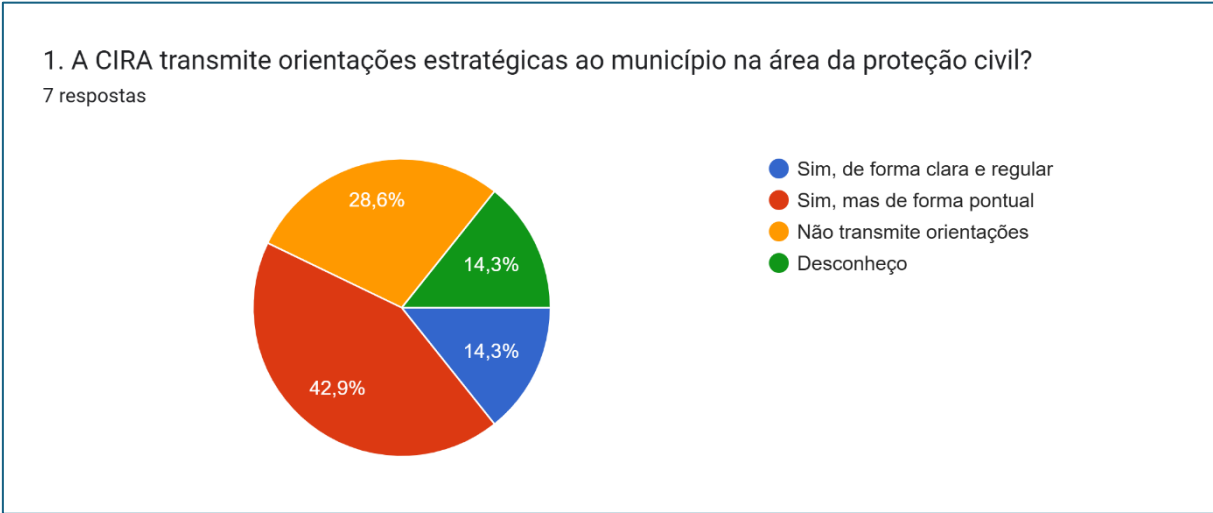


Gráfico 17 - 1ª Resposta CMPC

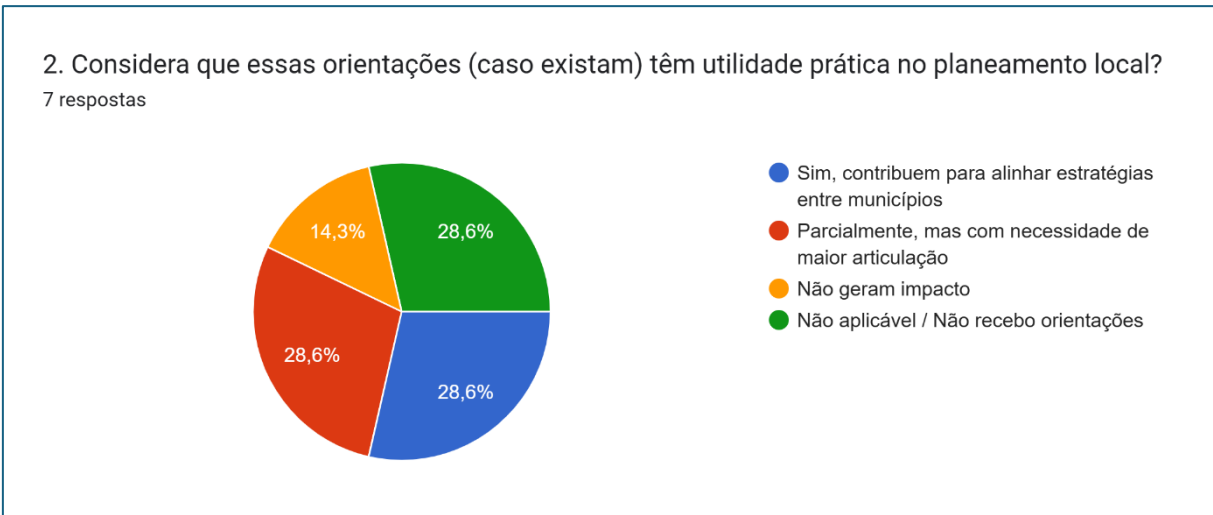


Gráfico 18 - 2ª Resposta CMPC

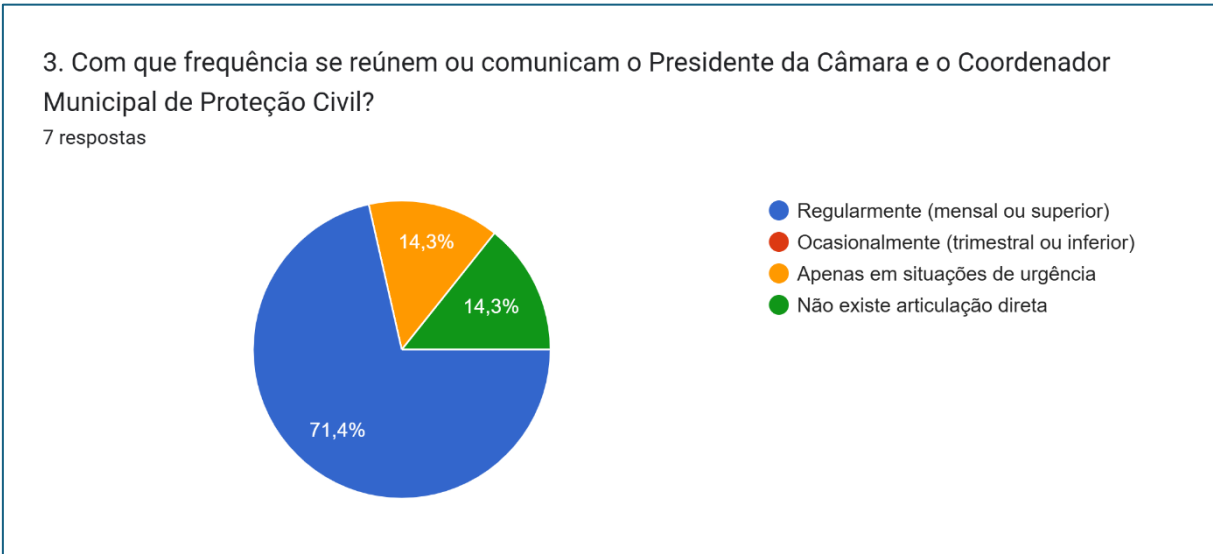


Gráfico 19 - 3ª Resposta CMPC

4. Quem, habitualmente, representa o município na articulação com os agrupamentos escolares sobre proteção civil?

7 respostas

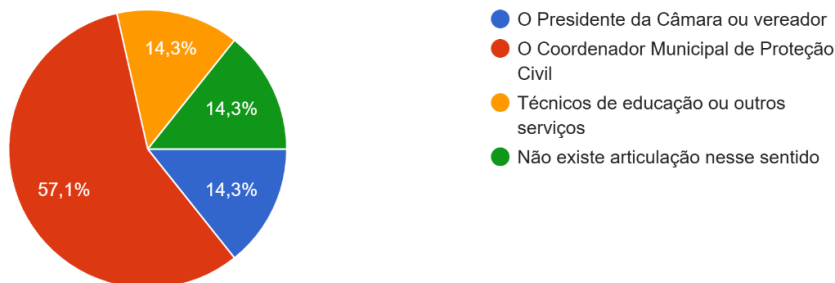


Gráfico 20 - 4ª Resposta CMPC

5. O município desenvolve iniciativas junto dos agrupamentos escolares para incluir temas de proteção civil?

7 respostas

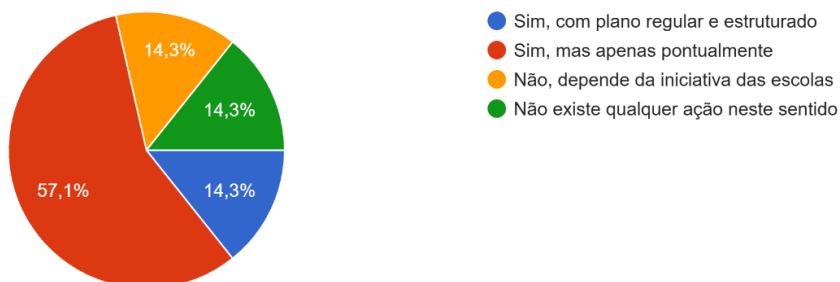


Gráfico 21 - 5ª Resposta CMPC

6. Como classifica a recetividade dos diretores de agrupamento à integração da proteção civil nas atividades escolares?

7 respostas

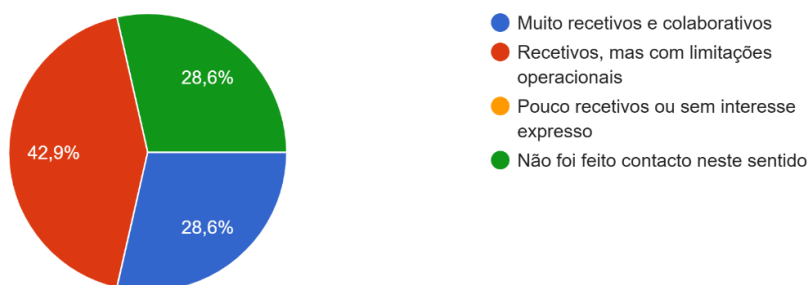


Gráfico 22 - 6ª Resposta CMPC

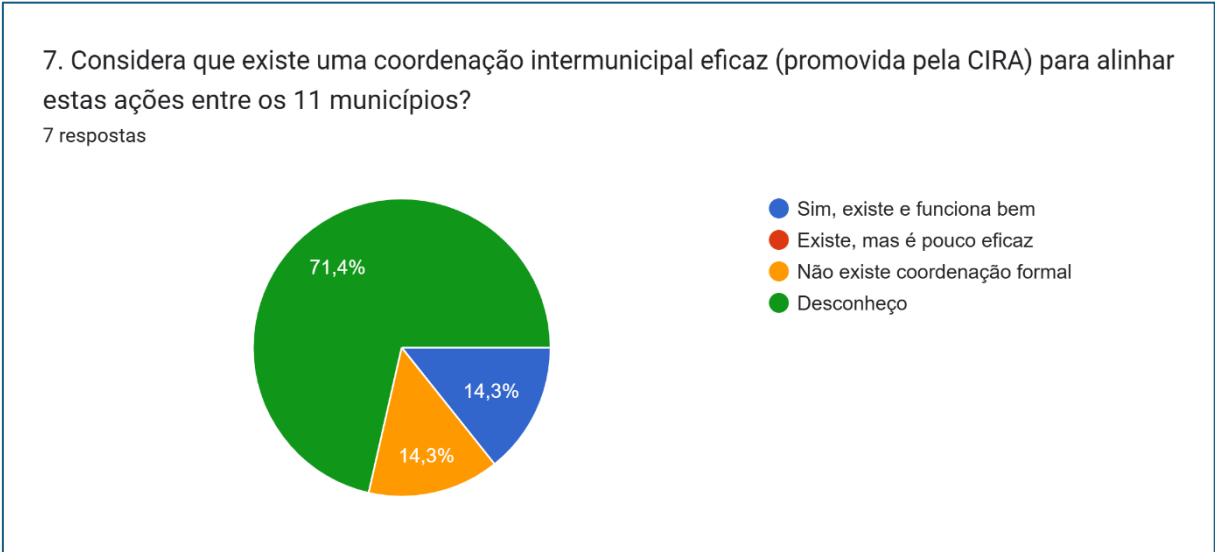


Gráfico 23 - 7ª Resposta CMPC

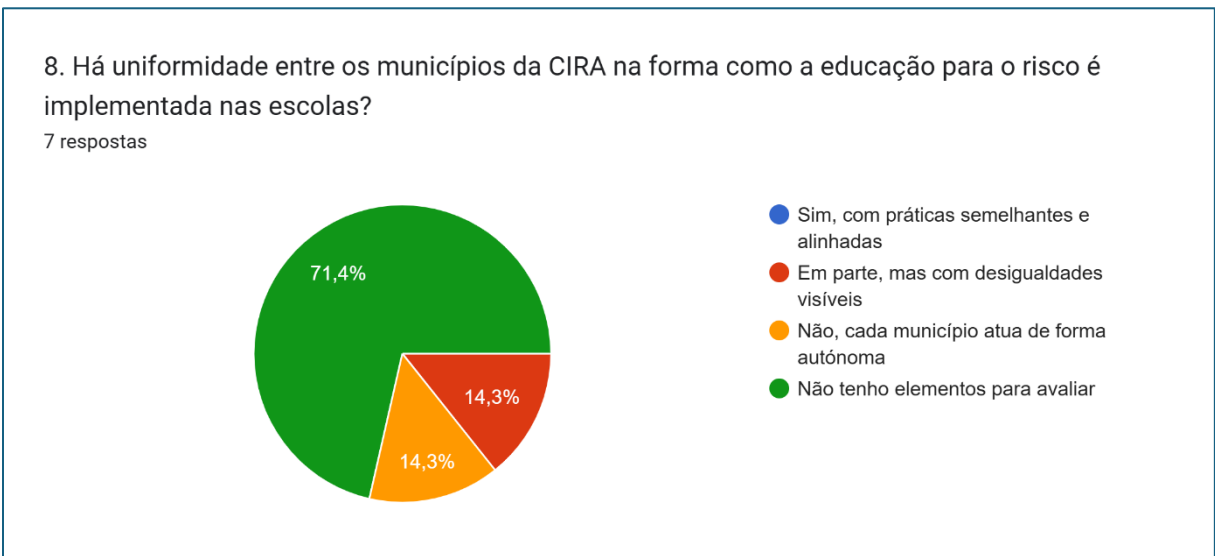


Gráfico 24 - 8ª Resposta CMPC

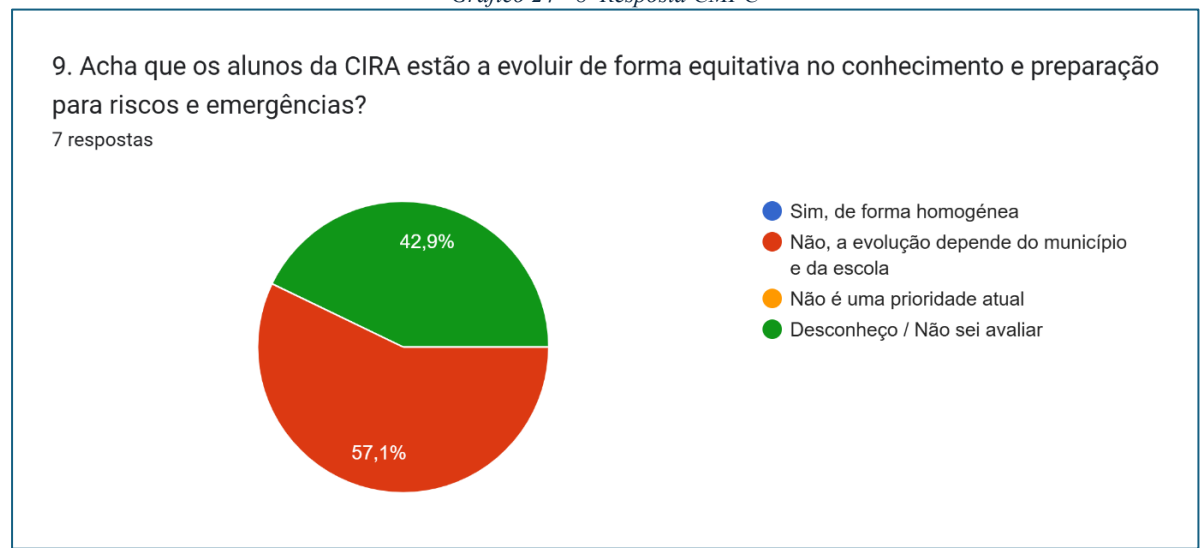


Gráfico 25 - 9ª Resposta CMPC

10. Considera importante reforçar a presença do tema da proteção civil nos projetos educativos das escolas e no plano de atividades dos municípios?

7 respostas



Gráfico 26 - 10ª Resposta CMPC

11. Considera pertinente a definição, pela CIRA, de um plano intermunicipal comum de educação para o risco, aplicável às escolas dos vários municípios?

7 respostas

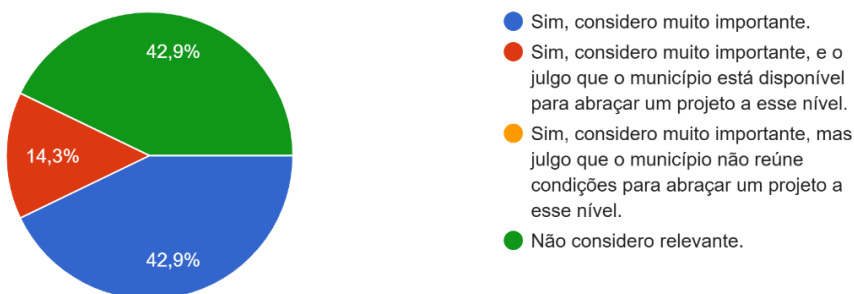


Gráfico 27 - 11ª Resposta CMPC

12. Que recomendações faria para melhorar a articulação entre CIRA, municípios e escolas na promoção de uma cultura de proteção civil?

7 respostas

Nas escolas a proteção civil deveria fazer parte do projeto educativo, sendo a educação para o risco fundamental para desenvolver uma cultura de prevenção e segurança. Depois criar mecanismos de articulação entre as entidades.

Procura na uniformização da abordagem à Proteção Civil, em todos os Municípios.

Não faço comentários

Os responsáveis pelos territórios são as Câmaras Municipais e são estas que têm as decisões "em mãos". Na CIRA debatem-se ideias.

Realização de reuniões de trabalho para definição de objetivos para a promoção de uma cultura de Proteção Civil envolvendo a CIRA, SMPC e as Escolas.

A promoção de uma cultura de proteção civil implica um processo, contínuo e persistente, de interação e confiança, a interação entre parceiros tem de ser continua, estabelecendo regras claras, mecanismos e estruturas a longo prazo.

Perguntas abertas 1 - 12ª Resposta CMPC

13. Na sua visão, quais seriam as medidas estruturantes mais eficazes para consolidar uma cultura de educação para o risco, no sistema educativo da região de Aveiro? Que alterações legislativas, institucionais ou operacionais seriam necessárias, para ultrapassar as atuais limitações, incluindo a ausência de representação da proteção civil nos Conselhos Municipais de Educação?

7 respostas

Para consolidar uma cultura de educação para o risco no sistema educativo da região de Aveiro, é necessário adotar uma abordagem estruturante, integrada e transversal. Isso exige intervenções ao nível legislativo, institucional e operacional, promovendo uma verdadeira articulação entre o sistema educativo, a proteção civil e a comunidade.

Possível inclusão de uma disciplina onde esta temática fosse abordada e passada para os alunos, logo a partir do 2º ciclo.

Não faço comentários

A grande alteração e bastante estruturante é a inclusão da disciplina de Proteção Civil no currículo das escolas, em detrimento de outras sem grande relevância. Sabemos que a forma mais fácil e eficaz de educar os pais é educando os filhos, que levam essa informação para casa e desse modo chegamos a quase toda a população. Esta disciplina de PC lecionaria matérias como: primeiros socorros, incêndios florestais, época balnear, inundações, apagões, sismos, intempéries, entre outras. O resultado seria uma população resiliente.

Introduzir no percurso letivo uma abordagem a temas relacionados com a Proteção Civil.

Para consolidar a cultura de educação para o risco era de todo importante a abordagem destes conteúdos num referencial aplicável quer nas atividades letivas, quer em projetos transversais de forma a provocar uma mudança de comportamento e de atitude das crianças e jovens. Para fazer face aos riscos coletivos exigindo rigor, em matéria de proteção e segurança.

Perguntas abertas 2 - 13ª Resposta CMPC

12.4.1. Quadros de resumo de respostas aos SMP

Grupo	Pergunta	Respostas
Articulação Institucional e Estratégica	2. Considera que essas orientações (caso existam) têm utilid...	Não aplicável / Não recebo orientações (2); Parcialmente, mas com necessidade de maior articulação (2); Sim, contribuem para alinhar estratégias entre municípios (2); Não geram impacto (1)
	3. Com que frequência se reúnem ou comunicam o Presidente da...	Regularmente (mensal ou superior) (5); Apenas em situações de urgência (1); Não existe articulação direta (1)
	6. Como classifica a recetividade dos diretores de agrupamen...	Recetivos, mas com limitações operacionais (3); Não foi feito contacto neste sentido (2); Muito recetivos e colaborativos (2)
	11. Considera pertinente a definição, pela CIRA, de um pl...	Não considero relevante. Sim, considero muito importante. Sim, considero muito importante, e o julgo que o município está disponível para abraçar um projeto a esse nível.
	12. Que recomendações faria para melhorar a articulação e...	Não faço comentários A promoção de uma cultura de proteção civil implica um processo, contínuo e persistente, de interação e confiança, a interação entre parceiros tem de ser continua estabelecendo regras claras, mecanismos e estruturas a longo prazo. Os responsáveis pelos territórios são as Câmaras Municipais e são estas que têm as decisões "em mãos". Na CIRA debatem-se ideias. Procura na uniformização da abordagem à Proteção Civil, em todos os Municípios.
Integração Curricular e Formação	4. Quem, habitualmente, representa o município na articulaçã...	O Coordenador Municipal de Proteção Civil (4); Técnicos de educação ou outros serviços (1); Não existe articulação nesse sentido (1); O Presidente da Câmara ou vereador (1)
	5. O município desenvolve iniciativas junto dos agrupamentos...	Sim, mas apenas pontualmente (4); Não, depende da iniciativa das escolas (1); Não existe qualquer ação neste sentido (1); Sim, com plano regular e estruturado (1)
	10. Considera importante reforçar a presença do tema da prot...	Sim, é fundamental para criar uma cultura de prevenção (5); Não tenho opinião formada (2)
Participação da Comunidade e Sensibilização	7. Considera que existe uma coordenação intermunicipal efica...	Desconheço (5); Não existe coordenação formal (1); Sim, existe e funciona bem (1)
	8. Há uniformidade entre os municípios da CIRA na forma como...	Não tenho elementos para avaliar (5); Não, cada município atua de forma autónoma (1); Em parte, mas com desigualdades visíveis (1)
	9. Acha que os alunos da CIRA estão a evoluir de forma equit...	Não, a evolução depende do município e da escola (4); Desconheço / Não sei avaliar (3)

Tabela 8 - Quadros de resumo de respostas aos SMP

A leitura das respostas recolhidas, confirma que, embora exista uma crescente consciência da importância da educação para a PC, as práticas continuam marcadas pela descoordenação, desigualdade territorial e ausência de um modelo regional estruturado. A seguir, detalha-se cada dimensão.

As respostas às perguntas 2, 3, 6, 11 e 12, refletem uma perceção ambivalente quanto ao papel da CIRA, enquanto orientadora estratégica. Dois entrevistados, afirmam receber orientações úteis, mas outros dois defendem que estas carecem de articulação, e dois indicam não as receber

de todo. Apesar disso, há um dado relevante: a comunicação entre os presidentes e as escolas, é considerada regular (mensal ou mais) por cinco entrevistados, o que contrasta com outros grupos de respondentes, que reportam articulação apenas esporádica.

A receptividade das direções escolares, é geralmente bem avaliada, mas com limitações práticas. A pergunta 11, mostra abertura clara para a criação de um plano intermunicipal, liderado pela CIRA, sendo que dois entrevistados o consideram muito importante, e outros dois declaram expressamente a disponibilidade dos municípios para o acolher.

As respostas à pergunta 12, mostram recomendações estratégicas de alto valor: apelam à criação de estruturas de articulação duradouras, à uniformização das abordagens entre municípios, e ao fortalecimento da confiança entre os parceiros.

Síntese crítica: Há sinais de disponibilidade institucional, para avançar com um plano liderado pela CIRA, mas a ausência de diretrizes estruturadas continua a comprometer o impacto. Os próprios autarcas reconhecem a necessidade de uma abordagem concertada e contínua, com regras, mecanismos e compromisso político efetivo.

Neste domínio, as respostas às perguntas 4, 5 e 10, mostram uma atuação predominantemente pontual e pouco estruturada. Os coordenadores municipais, são os principais interlocutores com os agrupamentos, mas a articulação ainda é frágil: a maioria das iniciativas, depende de vontades locais e não de planos regionais. Apenas um município declara ter um plano regular e estruturado de atuação junto das escolas.

Apesar da prática limitada, existe um consenso total quanto à importância de reforçar a presença da PC, nas escolas: cinco entrevistados reconhecem o seu papel central, na construção de uma cultura de prevenção.

Síntese crítica: O reconhecimento da importância do tema, não se traduz ainda numa prática consolidada. A formação contínua de docentes e a integração curricular, permanecem áreas críticas que exigem planeamento regional e investimento formativo.

As perguntas 7, 8 e 9, apontam para um conhecimento reduzido sobre a coordenação intermunicipal e a evolução dos alunos. Cinco entrevistados, dizem não ter elementos para avaliar a uniformidade entre municípios, e a maioria desconhece, se existe coordenação formal ou qual o impacto real das ações educativas.

A maioria, admite que a evolução dos alunos, depende do município e da escola, o que denuncia uma forte assimetria territorial e ausência de mecanismos de monitorização. Organizações de PC, devem funcionar como entidades que aprendem, documentando práticas e aprendizados oriundos de exercícios regulares (OECD, 2025).

Síntese crítica: A falta de dados, avaliação e acompanhamento revela uma fragilidade profunda na governança da temática da PC. Sem indicadores comuns ou plataformas partilhadas, é impossível medir progresso ou definir prioridades a nível regional.

A análise deste grupo de respostas, revela uma oportunidade: existe vontade política para reforçar a presença da PC, na educação, mas esta intenção carece de enquadramento institucional, de financiamento estável e de mecanismos de articulação formal.

Verifica-se, que as orientações fornecidas pela CIRA, são geralmente percebidas como insuficientes ou mesmo inexistentes, apesar de existir uma forte adesão à proposta de criação de um plano intermunicipal orientador. As escolas, demonstram uma receptividade positiva às iniciativas de PC, contudo essa abertura não é acompanhada por recursos consistentes ou por uma estratégia de continuidade. Além disso, o conhecimento sobre o impacto real e a uniformidade das ações implementadas, é muito limitado. Estes fatores reforçam, de forma inequívoca, a urgência de conceber um plano intermunicipal, com cronograma e metas bem definidas, bem como de instituir mecanismos de governança eficazes e representativos, que assegurem a articulação entre municípios e estabelecimentos escolares.

Implementar uma rede de monitorização e partilha de boas práticas.

12.5. Inquéritos Presidentes de Câmaras Municipais da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Nesta secção, são apresentados os resultados do inquérito aplicado aos Presidentes das Câmaras Municipais, que integram a CIRA. O propósito principal desta recolha, foi obter uma visão estratégica e política sobre o papel da PC no planeamento municipal, bem como compreender até que ponto a educação para o risco, está integrada nas prioridades autárquicas.

Os Presidentes de Câmara, enquanto primeiros responsáveis pela gestão do território e da segurança local, têm competências diretas em matéria de PC e na articulação com os serviços municipais, agrupamentos escolares e demais entidades. A sua perceção, é por isso,

determinante para avaliar o grau de investimento, sensibilização e integração de políticas públicas de prevenção e formação, especialmente junto das populações escolares.

Os dados recolhidos e apresentados por meio de gráficos e tabelas, permitem analisar o posicionamento dos municípios, em áreas como a existência de programas educativos, parcerias com escolas, recursos atribuídos e planos de desenvolvimento local, em matéria de PC.

A análise destes resultados, é fundamental para identificar disparidades, reforçar boas práticas e fundamentar propostas de harmonização intermunicipal, que permitam consolidar uma cultura de segurança e resiliência na região.

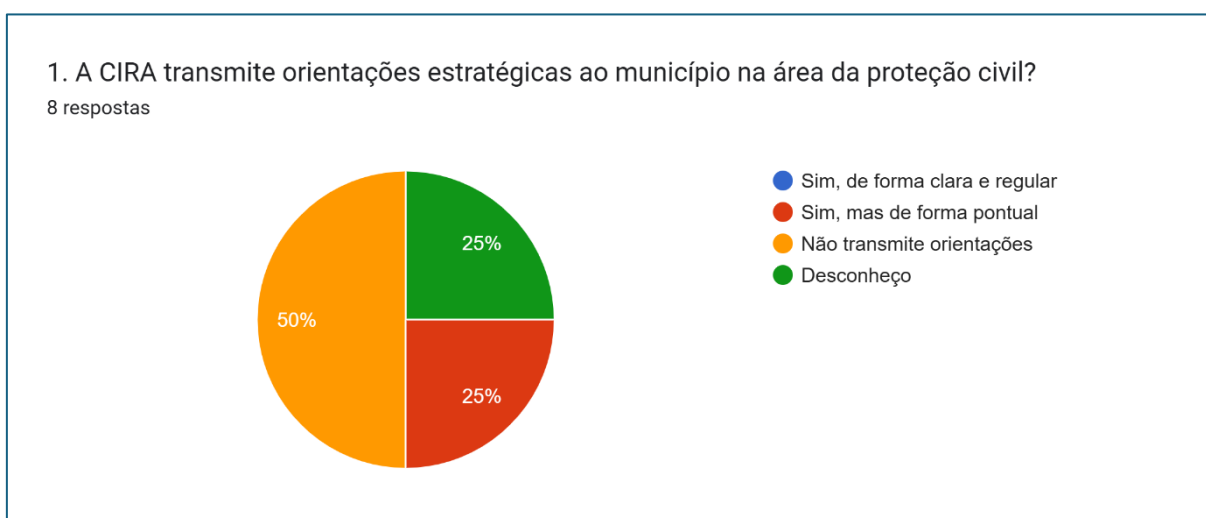


Figura 13 - 1ª Resposta Presidentes de Câmara

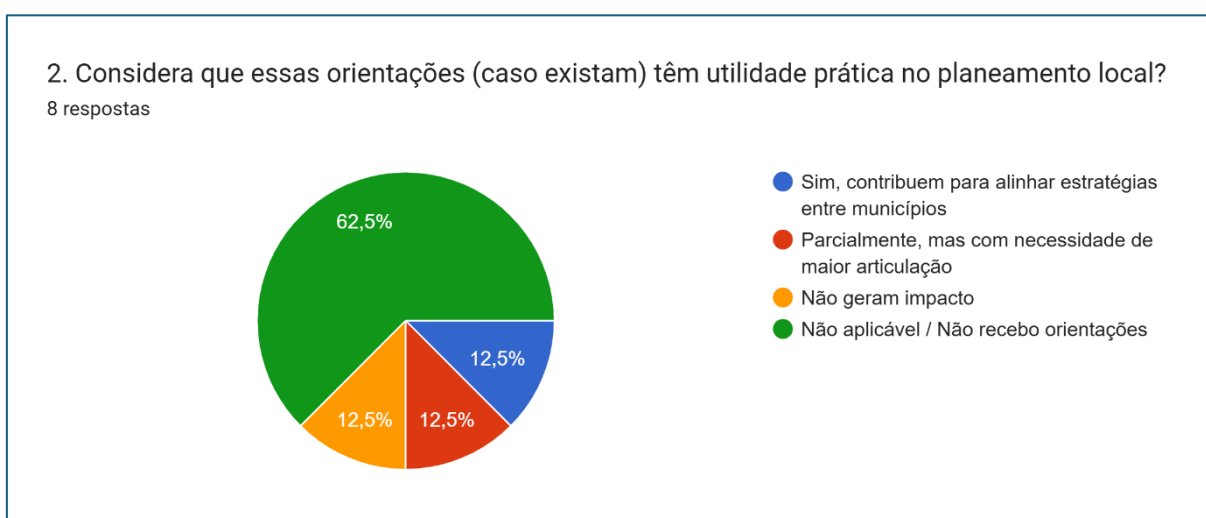


Figura 14 - 2ª Resposta Presidentes de Câmara

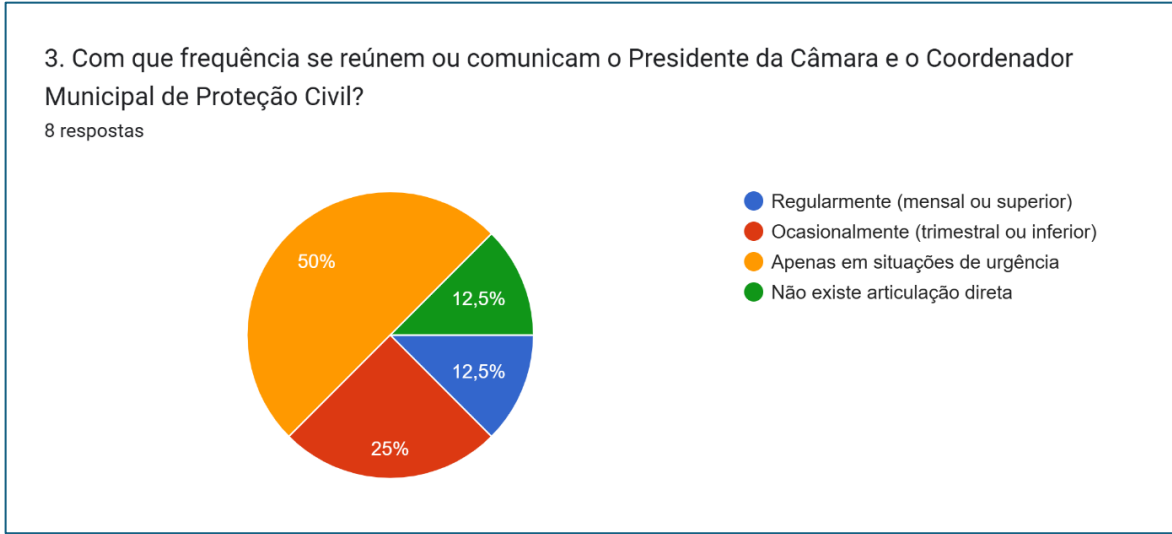


Figura 15 - 3ª Resposta Presidentes de Câmara

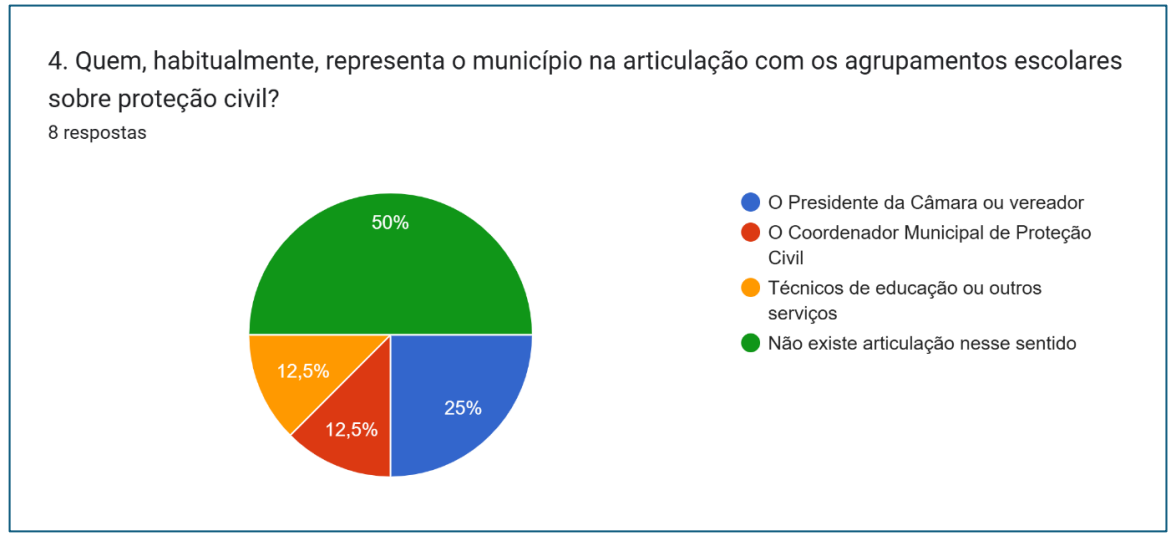


Figura 16 - 4ª Resposta Presidentes de Câmara

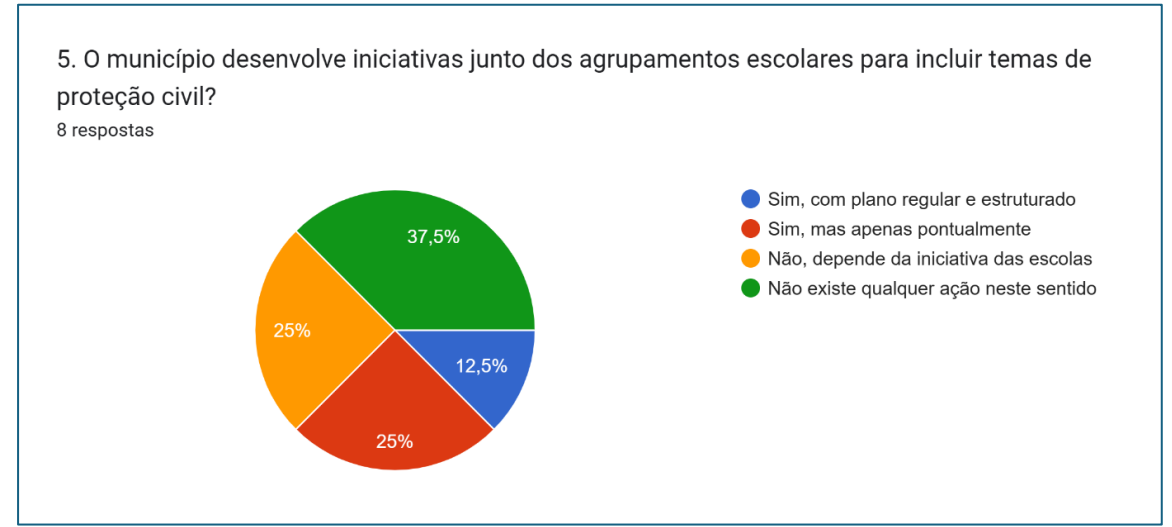


Figura 17 - 5ª Resposta Presidentes de Câmara

6. Como classifica a receptividade dos diretores de agrupamento à integração da proteção civil nas atividades escolares?

8 respostas

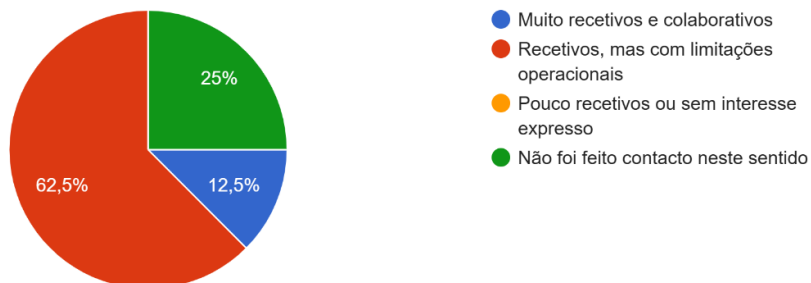


Figura 18 - 6ª Resposta Presidentes de Câmara

7. Considera que existe uma coordenação intermunicipal eficaz (promovida pela CIRA) para alinhar estas ações entre os 11 municípios?

8 respostas

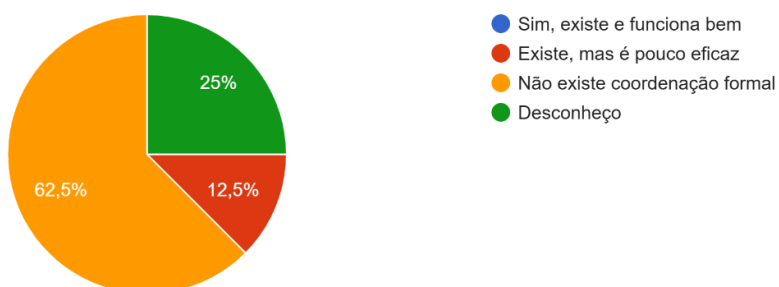


Figura 19 - 7ª Resposta Presidentes de Câmara

8. Há uniformidade entre os municípios da CIRA na forma como a educação para o risco é implementada nas escolas?

8 respostas

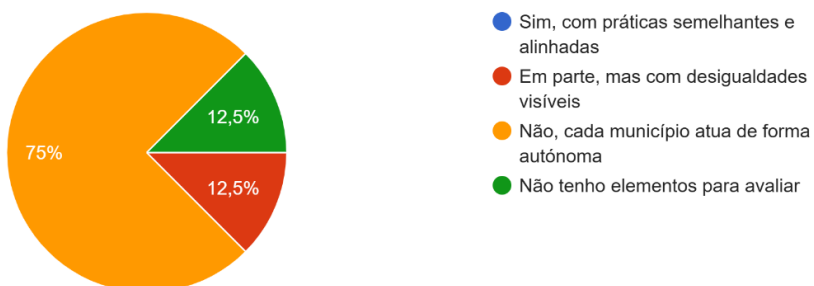


Figura 20 - 8ª Resposta Presidentes de Câmara

9. Acha que os alunos da CIRA estão a evoluir de forma equitativa no conhecimento e preparação para riscos e emergências?

8 respostas

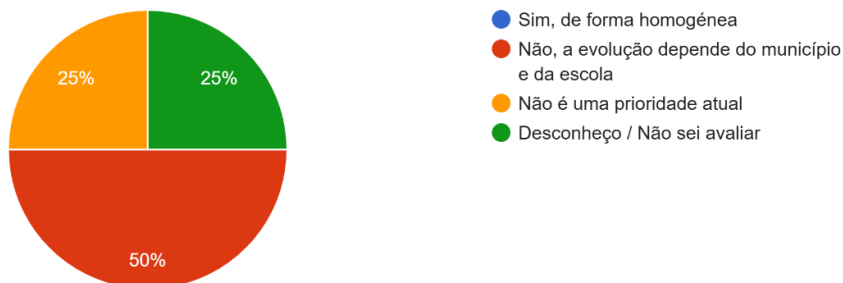


Figura 21 - 9ª Resposta Presidentes de Câmara

10. Considera importante reforçar a presença do tema da proteção civil nos projetos educativos das escolas e no plano de atividades dos municípios?

8 respostas



Figura 22 - 10ª Resposta Presidentes de Câmara

11. Considera pertinente a definição, pela CIRA, de um plano intermunicipal comum de educação para o risco, aplicável às escolas dos vários municípios?

8 respostas

É de todo importante.

Sim, muito importante.

SERÁ CONTRIBUTO IMPORTANTE

SIM

Penso que cada Município deve adaptar à sua realidade e necessidades

Acho que faz todo o sentido.

É uma prioridade muito urgente.

Sim, seria uma boa forma de melhorar e harmonizar a comunicação de risco nas escolas.

Perguntas abertas 3 - 1ª Resposta Presidentes de Câmara

12. Que recomendações faria para melhorar a articulação entre CIRA, municípios e escolas na promoção de uma cultura de proteção civil?

8 respostas

Deve ser a CIRA a tomar esse processo.

Criação de um departamento na CIRA exclusivamente para este assunto

N.A

Maior capacitação e meios humanos, técnicos e financeiros.

Partilha de experiencias ao nível municipal.

Nesta fase, julgo que a CIRA deverá avocar o processo a si, e a partir dai desenvolver conforme as necessidades.

Ser a CIRA a coordenar e organizar esse processo.

Realização de reuniões sobre cultura de proteção Civil entre CIRA, Escolas e Municípios.

Perguntas abertas 4 - 2ª Resposta Presidentes de Câmara

13. Na sua visão, quais seriam as medidas estruturantes mais eficazes para consolidar uma cultura de educação para o risco, no sistema educativo da região de Aveiro? Que alterações legislativas, institucionais ou operacionais seriam necessárias, para ultrapassar as atuais limitações, incluindo a ausência de representação da proteção civil nos Conselhos Municipais de Educação?

8 respostas

Deviam existir representantes nos concelhos municipais de educação.

A CIRA promover esta temática junto dos municípios.

N.A

Mecanismos Centrais com as devidas dotações que permitam introduzir formal ou informalmente a temática de forma estruturada e regular na atividade letiva e/ou no ecossistema escola.

Criar, no percurso escolar, a disciplina de Cultura de Segurança (obrigatória).

Considero que a presença de um elemento da PC faz todo o sentido, se não for por imperativo legal, que seja como convidado. Mas a sua presença é importante.

O regulador deve alterar a legislação.

Incluir no currículo escolar o tema Cultura de Educação para o risco, realizar workshops e seminários e outras atividades relacionadas.

Perguntas abertas 5 - 3ª Resposta Presidentes de Câmara

12.5.1. Quadros de resumo de respostas aos SMP

Grupo	Pergunta	Resposta
Articulação Institucional e Estratégica	1. A CIRA transmite orientações estratégicas ao município na...	Não transmite orientações (4); Sim, mas de forma pontual (2); Desconheço (2)
	2. Considera que essas orientações (caso existam) têm utilid...	Não aplicável / Não recebo orientações (5); Parcialmente, mas com necessidade de maior articulação (1); Não geram impacto (1); Sim, contribuem para alinhar estratégias entre municípios (1)
	5. O município desenvolve iniciativas junto dos agrupamentos...	Não existe qualquer ação neste sentido (3); Não, depende da iniciativa das escolas (2); Sim, mas apenas pontualmente (2); Sim, com plano regular e estruturado (1)
	10. Considera importante reforçar a presença do tema da prot...	Sim, mas deve ser adaptado à realidade de cada território (2) Sim, é fundamental para criar uma cultura de prevenção (4) Não considero uma prioridade neste momento (2)
Integração Curricular e Formação	3. Com que frequência se reúnem ou comunicam o Presidente da...	Apenas em situações de urgência (4); Ocasionalmente (trimestral ou inferior) (2); Regularmente (mensal ou superior) (1); Não existe articulação direta (1)
	4. Quem, habitualmente, representa o município na articulaçã...	Não existe articulação nesse sentido (4); O Presidente da Câmara ou vereador (2); O Coordenador Municipal de Proteção Civil (1); Técnicos de educação ou outros serviços (1)
	9. Acha que os alunos da CIRA estão a evoluir de forma equit...	Não, a evolução depende do município e da escola (4); Desconheço / Não sei avaliar (2); Não é uma prioridade atual (2)
Participação da Comunidade e Sensibilização	6. Como classifica a receptividade dos diretores de agrupame...	Recetivos, mas com limitações operacionais (5); Não foi feito contacto neste sentido (2); Muito recetivos e colaborativos (1)
	7. Considera que existe uma coordenação intermunicipal eficaz...	Não existe coordenação formal (5); Desconheço (2); Existe, mas é pouco eficaz (1)
	8. Há uniformidade entre os municípios da CIRA na forma como...	Não, cada município atua de forma autónoma (6); Em parte, mas com desigualdades visíveis (1); Não tenho elementos para avaliar (1)

Tabela 9 - Quadros de resumo de respostas aos SMP

A análise das respostas quantitativas, revela tendências claras de ausência de coordenação, desigualdade de práticas entre municípios e baixo nível de institucionalização da educação para a PC, apesar de algum reconhecimento da sua importância.

As respostas às perguntas 1, 2, 5 e 10, revelam um cenário de fragilidade comunicacional e ausência de orientação estratégica, por parte da CIRA. Quatro dos oito presidentes, indicam que não recebem qualquer tipo de orientação da comunidade intermunicipal, enquanto os restantes,

apontam para comunicações apenas pontuais. Quando questionados, sobre a utilidade dessas orientações, a maioria afirma, que não geram impacto ou que não são aplicáveis.

Além disso, a responsabilidade pelas iniciativas junto dos agrupamentos escolares parece, em grande parte, delegada às próprias escolas. Três municípios afirmam, que não têm qualquer ação, e dois que dependem da iniciativa das direções escolares.

Apesar deste cenário, quando questionados sobre o reforço da temática da Proteção Civil na educação, quatro consideram a sua presença fundamental, o que demonstra uma consciência da importância do tema, ainda que não se traduza em ação concreta.

Síntese crítica: Há um desfasamento evidente entre o reconhecimento da importância da educação para a Proteção Civil e a implementação de estratégias locais ou regionais, que lhe deem corpo. A CIRA, apontada como entidade coordenadora, é percebida como ausente ou pouco ativa, e os municípios demonstram ausência de liderança sistemática neste domínio.

As respostas às perguntas 3, 4 e 9, apontam para comunicação esporádica e informal entre os presidentes e os agrupamentos escolares. A maioria indica que só comunica “em situações de urgência”, e quatro admitem não existir qualquer articulação direta. A representação institucional é ambígua: metade refere não haver um interlocutor definido, o que dificulta a continuidade das ações e compromete a coerência institucional.

Quando questionados sobre a evolução dos alunos em termos de literacia de risco, quatro afirmam que depende do município e da escola, e os restantes reconhecem, que desconhecem ou não priorizam o tema. Esta resposta, denuncia uma grande assimetria territorial e falta de avaliação estruturada, do impacto educativo da PC.

Síntese crítica: A educação para a Proteção Civil, é ainda vista como uma área acessória, sem acompanhamento estruturado. A falta de um quadro comum, de monitorização e de objetivos partilhados entre municípios reflete-se numa atuação desigual e desarticulada.

As respostas às perguntas 6, 7 e 8, evidenciam uma perceção generalizada de baixa coordenação intermunicipal e práticas autónomas, entre os municípios. Cinco presidentes, afirmam que não existe coordenação formal entre os concelhos da CIRA e seis reconhecem, que cada município atua de forma autónoma. Esta autonomia excessiva, compromete a equidade territorial e dificulta a criação de uma cultura comum de prevenção.

Quanto à receptividade das direções escolares, os autarcas reconhecem que existe abertura, mas que esta é limitada por fatores operacionais, como falta de recursos ou de tempo letivo.

Síntese crítica: O envolvimento comunitário e institucional na promoção da cultura de proteção civil é frágil e desigual. A inexistência de diretrizes comuns ou de uma estrutura de governação regional, limita o alcance e o impacto das iniciativas locais.

A leitura das respostas, permite concluir que, sem um modelo de governação regional claro e vinculativo, a Proteção Civil na educação escolar, permanecerá como uma responsabilidade difusa, gerando desigualdades territoriais e falta de continuidade.

O diagnóstico realizado, evidencia uma ausência significativa de orientações estratégicas, por parte da CIRA, o que contribui para uma atuação autónoma, mas descoordenada, entre os diferentes municípios. Esta fragmentação territorial, é agravada pela fraca articulação entre os decisores políticos e as estruturas escolares locais, dificultando a implementação de políticas educativas coerentes e integradas, no domínio da PC. Ausência de monitorização do impacto educativo.

Esta realidade, reforça a urgência da criação de um Plano de Ação Intermunicipal, conforme já proposto, que contemple diretrizes operacionais claras e a definição explícita de responsabilidades, entre os diferentes intervenientes, de forma a garantir coerência, eficácia e compromisso, na promoção de uma cultura de proteção civil em toda a região.

Indicadores de avaliação; Organizações de proteção civil devem funcionar como entidades que aprendem, documentando práticas e aprendizados oriundos de exercícios regulares (OECD, 2025).

Só assim será possível assegurar que a educação para o risco e a segurança se torne efetivamente um direito e uma prática comum a todos os alunos da CIRA.

13. Compilação e análise das duas entrevistas, e das respostas referentes aos inquéritos, nomeadamente, Diretores de agrupamento, Coordenadores Municipais e Presidentes de Câmara.

13.1. Articulação Institucional e Estratégica

A articulação entre os diferentes níveis de decisão e operação — CIRA, municípios e agrupamentos escolares — revela-se frágil, fragmentada e carente de uma estratégia comum robusta. Esta constatação, emerge transversalmente das entrevistas e dos inquéritos, revelando uma ausência de planeamento coordenado e de canais formais de comunicação e monitorização interinstitucional.

Do ponto de vista dos Diretores de Agrupamento, evidencia-se a inexistência de uma articulação significativa com os serviços municipais. As iniciativas na área da proteção civil são descritas como esporádicas, reativas e desprovidas de continuidade. Além disso, os diretores identificam como principais obstáculos a falta de coordenação institucional, a escassez de recursos humanos e a indefinição de papéis entre a CIRA, os municípios e as escolas.

Os CMPC, por sua vez, adotam uma postura igualmente crítica. Denunciam a inexistência de uma coordenação intermunicipal eficaz promovida pela CIRA. Indicam que a atuação dos municípios é autónoma, sem qualquer articulação estratégica, o que gera desigualdade de oportunidades e recursos entre territórios.

Os Presidentes de Câmara admitem a ausência de diretrizes claras por parte da CIRA no domínio da educação para o risco. Embora valorizem as ações técnicas da CIRA — como a implementação de sistemas de videovigilância e aquisição de meios operacionais —, mantêm uma visão localista da educação para o risco, remetendo a responsabilidade última para as escolas e os próprios municípios. Esta abordagem reforça a falta de coerência estratégica regional.

Nas entrevistas, o Presidente da CIRA destacou o espírito de cooperação entre os 11 municípios e mencionou o programa Educ@RA e o Observatório de Educação como instrumentos de articulação, embora sem detalhar como estes influenciam diretamente a educação para o risco. Já o Comandante Sub-Regional da ANEPC reconheceu as limitações da sua instituição, tanto em meios como em influência direta sobre os serviços municipais, posicionando a ANEPC num papel de apoio e incentivo.

Em síntese, o sistema de articulação institucional na CIRA revela-se funcional em aspetos técnicos, mas débil e inconsistente no domínio educativo. A inexistência de um plano estratégico comum traduz-se num mosaico de iniciativas isoladas, desprovidas de avaliação conjunta, e excessivamente dependentes da iniciativa local.

13.2. Integração Curricular e Formação

No que respeita à integração da proteção civil na formação escolar, prevalece a perceção de que esta temática não está devidamente consolidada no currículo. Os Diretores de Agrupamento referem que a abordagem atual é pontual, limitada a atividades extracurriculares, frequentemente desenvolvidas por iniciativa individual de alguns docentes. A ausência de formação específica, contínua e creditada para professores e assistentes operacionais é apontada como um dos maiores constrangimentos à eficácia destas ações.

Os Coordenadores Municipais partilham uma visão semelhante. Embora reconheçam boa receptividade por parte das direções escolares, identificam como problemática a falta de apoio técnico e de capacitação. Esta dependência da iniciativa interna das escolas contribui para um cenário desigual, onde o acesso à educação para o risco varia substancialmente entre agrupamentos.

Entre os Presidentes de Câmara, as opiniões dividem-se. Alguns defendem a inclusão da temática no currículo escolar como medida estruturante, enquanto outros não a consideram prioritária. É frequentemente sublinhada a importância de adaptar as ações educativas à realidade específica de cada município, uma estratégia que, sem mecanismos de articulação e apoio comum, acentua as assimetrias territoriais.

No plano das entrevistas, o Presidente da CIRA reconhece a necessidade de incluir a educação para o risco no currículo nacional, embora alerte para a sobrecarga de projetos já existente nas escolas. Salienta ainda que as disparidades entre municípios dificultam uma implementação equitativa. Já o Comandante da ANEPC é perentório ao afirmar que a educação para o risco deve ser obrigatória desde o 1.º ciclo, sendo as crianças e jovens a população mais receptiva à mudança de comportamentos.

Assim, apesar do consenso técnico e pedagógico sobre a importância da formação e da integração curricular da proteção civil, a ausência de decisões políticas consistentes e a fragmentação entre visões locais e regionais continuam a impedir avanços estruturais nesta área.

13.3. Participação da Comunidade e Sensibilização

A mobilização da comunidade escolar e das famílias em torno da temática da proteção civil permanece reduzida. Os Diretores de Agrupamento descrevem um envolvimento ainda muito baixo por parte de professores e encarregados de educação. As ações de sensibilização tendem a ocorrer de forma esporádica e não são, em geral, avaliadas quanto ao seu impacto. A comunidade escolar não se vê, de forma clara, como parte ativa na construção de uma cultura de proteção civil.

Do ponto de vista dos Coordenadores Municipais, o cenário é igualmente limitado. Assinalam a inexistência de uma estratégia de monitorização que permita compreender os efeitos das ações realizadas. Reiteram que a evolução dos alunos em literacia de risco é desigual entre municípios, o que revela falhas na uniformização da ação educativa regional. Defendem, por isso, a criação de ferramentas de avaliação e acompanhamento intermunicipais.

Entre os Presidentes de Câmara, é evidente o desconhecimento do impacto que estas ações têm nas escolas e na comunidade. Alguns reconhecem que a falta de articulação e de ações estruturadas impede uma mobilização mais significativa dos cidadãos em torno da prevenção de riscos.

Nas entrevistas, o Presidente da CIRA destaca que os alunos são particularmente recetivos e atuam como influenciadores dos comportamentos familiares. Contudo, sublinha que as escolas estão sobrecarregadas com múltiplos temas e defende que a integração de ações cívicas, como a proteção civil, deve ser realizada com equilíbrio e sob a liderança pedagógica dos estabelecimentos escolares. O Comandante da ANEPC reforça que apenas uma abordagem contínua e sistemática poderá gerar resultados duradouros, comparando este processo à educação ambiental, que só obteve frutos após anos de persistência educativa.

A participação da comunidade permanece, assim, incipiente e concentrada em eventos pontuais. Apesar do potencial reconhecido nos alunos como agentes de mudança, faltam mecanismos que envolvam ativamente as famílias e os profissionais escolares, bem como instrumentos para avaliar o real impacto das iniciativas em curso.

13.4. Tabela de compilação e análise dos três grupos aqui em análise.

Grupo Temático	Grupo de Respondentes	Análise
Articulação Institucional e Estratégica	Diretores de Agrupamento	Apontam uma articulação frágil ou inexistente com os serviços municipais e a CIRA. Limitações operacionais e falta de estratégia estruturada são recorrentes. Recomendam: reuniões tripartidas, integração da Proteção Civil nos Conselhos Municipais de Educação, planos intermunicipais e protocolos formais.
	Coordenadores Municipais (SMPC)	Indicam baixa ou ausente coordenação intermunicipal promovida pela CIRA. Comunicação com escolas é ad hoc e sem diretrizes. Sugerem: uniformização de abordagem e ações de formação/planeamento comuns.
	Presidentes de Câmara	Confessam falta de articulação estruturada. Apontam falta de orientações úteis da CIRA e colaboração fraca entre municípios. Há divergência entre visão política e técnica, dificultando estratégias coesas.
	Síntese	Existe um défice generalizado de estratégia e articulação interinstitucional. Todos reconhecem a importância do tema, mas esperam que outro ator lidere.
Integração Curricular e Formação	Diretores de Agrupamento	A Proteção Civil é tratada pontualmente e fora do currículo. Falta formação docente e tempo letivo. Soluções: integração curricular, formação creditada e plano intermunicipal.
	Coordenadores Municipais (SMPC)	Reconhecem esforços isolados das escolas. Boa receptividade das direções, mas falta apoio técnico e formativo.
	Presidentes de Câmara	Divergência quanto à prioridade do tema. Alguns não consideram prioritário, outros defendem disciplina formal. Referem necessidade de adaptar ações à realidade local.
	Síntese	Há consenso técnico sobre importância da curricularização e formação. Decisores políticos nem sempre reconhecem a urgência do tema.
Participação da Comunidade e Sensibilização	Diretores de Agrupamento	Envolvimento baixo de professores e EE. Ações são pontuais e com pouco impacto. Sugerem estratégias mais colaborativas com intervenção ativa da Proteção Civil.
	Coordenadores Municipais (SMPC)	Falta de monitorização e desigualdade na implementação. A evolução dos alunos varia consoante o município. Defendem diretrizes comuns.
	Presidentes de Câmara	Desconhecem o nível de evolução dos alunos. Reconhecem autonomia excessiva dos municípios e ausência de ações estruturadas.
	Síntese	A cultura de proteção civil ainda não está enraizada. Falta articulação entre escolas, famílias e autoridades locais.

Tabela 10 - Tabela de compilação e análise dos três grupos aqui em análise

A análise cruzada dos três grupos de respondentes — Diretores de Agrupamento, CMPC e Presidentes de Câmara — evidencia perceções convergentes em torno de desafios estruturais,

embora com diferentes níveis de envolvimento e leitura política sobre a relevância da educação para a PC.

Na Articulação Institucional e Estratégica, existe uma fragilidade generalizada na articulação entre escolas, serviços municipais e a estrutura intermunicipal (*CIRA*). Os diretores denunciam a ausência de canais de cooperação formal, os SMPC referem a inexistência de planeamento coordenado, e os autarcas reconhecem a falta de liderança clara.

A falta de orientação estratégica da CIRA surge como fator comum, gerando iniciativas locais avulsas e dependentes da iniciativa individual. As recomendações propostas pelos entrevistados (reuniões tripartidas, protocolos formais, presença da PC nos Conselhos Municipais de Educação) indicam um desejo partilhado de institucionalizar mecanismos de cooperação e planeamento.

Síntese crítica: Há uma consciência clara da necessidade de articulação, mas uma tendência para esperar que “outro” lidere. Isto aponta para um vazio de governação que compromete a consolidação de uma estratégia regional coesa.

Integração Curricular e Formação, aqui verifica-se consenso técnico sobre a relevância da educação para o risco, mas também obstáculos práticos recorrentes: falta de tempo letivo, de enquadramento curricular e de formação de professores. A curricularização da temática e a oferta de formação acreditada surgem como propostas consensuais.

Contudo, do lado dos presidentes de câmara, nota-se disparidade de perceções: alguns atribuem elevada importância à inclusão formal da PC no currículo, enquanto outros relativizam a urgência, revelando uma distância entre o discurso político e as necessidades operacionais identificadas por técnicos e diretores.

Síntese crítica: A ausência de orientações claras a nível nacional e intermunicipal resulta numa abordagem desigual. Para evoluir, será necessário um enquadramento normativo comum e o compromisso político com a formação e valorização da PC na prática letiva.

Participação da Comunidade e Sensibilização, neste domínio, destaca-se a baixa mobilização de professores, encarregados de educação e comunidade escolar em geral. As ações realizadas são pontuais e pouco sistematizadas, com impacto limitado e desigual. Os coordenadores municipais alertam para a ausência de indicadores de monitorização e os autarcas demonstram desconhecimento do impacto real destas iniciativas.

A ausência de ações continuadas e a excessiva autonomia municipal dificultam a criação de uma cultura coletiva de prevenção. A falta de envolvimento da comunidade é tanto uma consequência como um reforço desta fragmentação estrutural.

Síntese crítica: A sensibilização para a Proteção Civil permanece reativa e pouco estruturada. A ausência de uma narrativa comum, ferramentas partilhadas e acompanhamento sistemático contribui para um descompasso entre intenções e impacto real.

A convergência de críticas nos três grupos evidencia um diagnóstico claro: a educação para a PC precisa de liderança estratégica, coordenação interinstitucional e legitimação política.

Há capital técnico e vontade individual, mas falta estrutura, visão comum e financiamento. A criação de um plano de ação intermunicipal, com diretrizes claras, recursos adequados e mecanismos de avaliação, surge como prioridade absoluta para transformar estas perceções críticas em progresso efetivo.

Parte V

14. Análise SWOT do trabalho da investigação efetuada

Dimensão	Aspeto	Descrição
Forças	Pertinência e atualidade do tema	Tema relevante face às alterações climáticas, riscos e educação cívica.
	Abordagem territorial intermunicipal inovadora	Perspetiva original sobre a cooperação entre municípios e escolas.
	Triangulação metodológica qualificada	Combinação de entrevistas, inquéritos e análise documental.
	Recomendações operacionais e aplicáveis	Plano de ação concreto com prioridades, prazos e responsáveis.
Fraquezas	Recorte geográfico limitado (CIRA apenas)	Estudo focado apenas na Região de Aveiro, dificultando generalizações.
	Desigualdade na representatividade da amostra	Número de inquiridos varia entre grupos, podendo enviesar os resultados.
	Fragilidade teórica no campo da educação para o risco	Ausência de aprofundamento de autores e conceitos estruturantes.
	Falta de análise longitudinal	Foco num único momento temporal, sem evolução ao longo do tempo.
Oportunidades	Potencial de replicação noutras regiões	Metodologia e recomendações podem ser adaptadas noutras CIMs.
	Alinhamento com programas e fundos europeus	Educação para o risco enquadra-se em prioridades de fundos europeus.
	Abertura das escolas para temáticas transversais	Escolas procuram integrar temas de cidadania e prevenção no currículo.
	Papel estratégico da CIRA enquanto agente educativo	CIRA pode afirmar-se como referência regional e nacional.
Ameaças	Descontinuidade política e institucional	Mudanças políticas locais podem travar continuidade de projetos.
	Resistência à mudança no setor escolar	Docentes sobrecarregados podem resistir a novas exigências.
	Fragmentação de responsabilidades institucionais	Falta de clareza quanto à liderança da articulação entre atores.
	Desigualdades territoriais e de recursos entre municípios	Municípios com menos recursos têm maior dificuldade de implementação.

Tabela 11 - Análise SWOT do trabalho da investigação efetuada

Esta análise SWOT demonstra que a investigação tem uma base sólida, operacional e altamente pertinente para o contexto atual. A metodologia rigorosa e o foco na articulação regional interinstitucional posicionam este trabalho como uma contribuição relevante para a educação

em PC em Portugal. Contudo, os limites amostrais e teóricos devem ser superados em futuras investigações, nomeadamente através de estudos comparativos inter-regionais ou da avaliação longitudinal das práticas educativas implementadas. Por fim, o sucesso das propostas depende fortemente de vontade política, clareza institucional e financiamento sustentado.

15. Plano de Ação Proposto para Promoção da Cultura de Proteção Civil na CIRA

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho revela de forma clara que, apesar dos avanços registados na sensibilização para a PC nas escolas da CIRA, subsiste uma lacuna estrutural entre a intenção estratégica e a prática educativa quotidiana. Esta lacuna é agravada pela ausência de um referencial comum, de financiamento estável e de ações articuladas entre os diversos níveis de governação e as comunidades escolares.

Neste contexto, justifica-se plenamente a criação de um plano de ação intermunicipal e interinstitucional, com o objetivo de garantir que a educação para o risco, a segurança e a resiliência se torne uma prioridade transversal e integrada nas políticas educativas e de proteção civil da região. A criação deste plano responde às seguintes necessidades identificadas:

Uniformização das práticas: Os dados revelaram disparidades significativas entre municípios e escolas no que respeita à implementação de iniciativas de PC. Um plano coordenado permitirá alinhar objetivos, metodologias e recursos.

Eficiência e articulação institucional: A criação de um plano facilita a colaboração entre municípios, serviços de proteção civil, direções escolares, bombeiros, associações de pais e outras entidades relevantes, promovendo sinergias e evitando redundâncias.

Planeamento estratégico a médio e longo prazo: A existência de um plano formal permite a definição de prioridades, a calendarização de atividades e a avaliação periódica dos resultados, contribuindo para uma cultura de melhoria contínua.

Acesso equitativo à formação e aos recursos: O plano pode garantir que todos os alunos da região, independentemente do concelho ou agrupamento escolar, tenham acesso a conteúdos pedagógicos atualizados e a atividades práticas, como simulacros, oficinas e formações.

Promoção da cidadania ativa e da resiliência comunitária: Ao capacitar crianças e jovens com competências em gestão de riscos, o plano contribui não apenas para a sua segurança pessoal, mas também para o fortalecimento do tecido social e comunitário da região.

Em síntese, a criação de um plano de ação estruturado e participado representa um passo essencial para a consolidação de uma verdadeira cultura de Proteção Civil, adaptada aos desafios contemporâneos e capaz de preparar as futuras gerações para contextos de incerteza e risco.

15.1. Quadro de Plano de Ação proposto para promoção da cultura de PC na CIRA

Plano de Ação Proposto para Promoção da Cultura de Proteção Civil na CIRA					
Prazo	Curto (1 ano)	Curto (1 ano)	Médio (2-3 anos)	Médio (2-3 anos)	Longo (5 anos)
Ação	Formação obrigatória em PC para docentes do 1.º e 2.º ciclos	Criação de kits pedagógicos regionais de sensibilização	Simulacros anuais integrados em todos os agrupamentos escolares	Programa intermunicipal "Escolas Seguras"	Incorporação da PC no currículo escolar nacional
Responsável	DGE, SMPC, Direções Escolares	CIRA + ANEPC	CIRA + Escolas + Bombeiros	CIRA + Ministério da Educação + Municípios	Ministério da Educação + ANEPC
Prioridade	Alta	Alta	Média	Alta	Alta
Como	Criação de módulos de formação acreditada com apoio técnico da ANEPC e implementação via CFAE.	Desenvolvimento de materiais por uma equipa técnica intermunicipal com distribuição pelas escolas.	Planeamento conjunto entre escolas, SMPC e bombeiros com calendário anual definido.	Articulação entre municípios para partilha de boas práticas, recursos e apoio técnico.	Integração gradual de conteúdos de PC nas disciplinas existentes e criação de novo módulo curricular.
Avaliação do Sucesso	Número de professores formados, avaliação de impacto via inquéritos e observação em simulacros.	Utilização efetiva dos kits nas escolas e feedback dos professores e alunos.	Participação nos simulacros e relatórios de avaliação elaborados pelas direções escolares.	Número de escolas aderentes, relatórios de progresso e continuidade do programa após 3 anos.	Alterações curriculares aprovadas e implementadas, com avaliação pedagógica nacional.

Tabela 12 - Plano de Ação proposto para promoção da cultura de PC na CIRA

O plano apresentado visa estruturar uma intervenção progressiva e articulada para reforçar a educação para a PC nas escolas da região da CIRA, com base em evidência recolhida ao longo deste estudo.

No curto prazo, as ações incidem na capacitação dos docentes e no fornecimento de materiais pedagógicos uniformizados. A formação obrigatória em PC para professores do 1.º e 2.º ciclos é essencial, pois são estes níveis que melhor permitem sedimentar hábitos e comportamentos de autoproteção nas fases iniciais da aprendizagem. Ao mesmo tempo, a criação e disseminação de kits pedagógicos adaptados ao contexto local visa assegurar coerência e equidade na abordagem dos temas em todos os municípios.

No médio prazo, as intervenções ganham um carácter mais sistematizado e operativo. Os simulacros anuais integrados permitirão transformar o conhecimento teórico em prática participativa, envolvendo toda a comunidade educativa e os agentes locais de proteção civil. Já o programa “Escolas Seguras”, de natureza intermunicipal, cria um quadro de cooperação e partilha entre autarquias, promovendo uma abordagem regionalizada e eficiente.

A longo prazo, o objetivo estratégico passa pela institucionalização da educação para a PC como parte integrante do currículo escolar nacional. Esta ação permitirá garantir a continuidade e sustentabilidade da temática, desassociando-a de iniciativas pontuais ou dependentes de vontade política local. A sua implementação deve ser acompanhada por medidas de formação inicial de professores e pela integração de novos conteúdos programáticos.

A matriz proposta inclui ainda, para cada ação, uma descrição dos métodos de execução (“como”) e dos critérios de avaliação. Estes elementos são decisivos para assegurar que as ações não apenas se concretizam, mas também são acompanhadas de indicadores de sucesso que permitam a sua melhoria contínua. A existência de mecanismos de avaliação torna o plano dinâmico, adaptável e orientado por resultados.

Em suma, o plano combina visão estratégica com pragmatismo operacional. A sua implementação exige compromisso político, coordenação técnica e envolvimento efetivo das escolas. Quando concretizado, este plano poderá servir de referência para outras regiões do país que desejem investir numa cidadania ativa e numa cultura de prevenção desde a infância.

16. Conclusão

A presente investigação permitiu traçar um diagnóstico abrangente sobre o papel da educação escolar na promoção da proteção civil na CIRA, evidenciando simultaneamente os avanços, as fragilidades e as oportunidades de melhoria. Os dados obtidos revelam um reconhecimento generalizado da importância da integração da educação para o risco nos contextos escolares, bem como da necessidade de uma atuação coordenada e intermunicipal para garantir a eficácia das estratégias educativas e de sensibilização da população (Comunidade Europeia, 2022).

Através da análise de conteúdo das entrevistas e dos questionários aplicados, constatou-se uma elevada receptividade da população escolar às ações formativas, uma consciência crescente por parte das lideranças institucionais sobre a relevância de investir na formação cívica e preventiva, e uma valorização clara dos projetos em curso, como o Educ@RA ou o SEGURA. No entanto, persistem desafios estruturais, nomeadamente a fragmentação das abordagens entre municípios, a falta de recursos técnicos e humanos em algumas autarquias e a ausência de uma estratégia pedagógica transversal devidamente institucionalizada (Pestana, 2014).

Face a estas conclusões, recomenda-se o desenvolvimento de uma política regional de educação para a proteção civil, formalmente articulada no seio da CIRA, que garanta a uniformização de práticas, o reforço da capacitação dos técnicos municipais e o acompanhamento sistemático das iniciativas em curso. A criação de um Observatório Intermunicipal de Educação para o Risco, com funções de monitorização, avaliação e partilha de boas práticas, pode constituir um passo decisivo nesse sentido.

A nível curricular, torna-se imperativo consolidar a presença da educação para o risco no referencial de educação para a cidadania, assegurando a sua abordagem desde os primeiros ciclos de ensino. Para tal, devem ser reforçados os mecanismos de articulação entre os agrupamentos escolares e os serviços municipais de proteção civil, promovendo a co-construção de conteúdos pedagógicos e a realização periódica de simulacros e atividades práticas (Serviço Municipal de Proteção Civil de Marco de Canaveses & #EstudoEmCasa Apoia, 2024).

Perspetivando investigações futuras, seria pertinente alargar o estudo a outras comunidades intermunicipais do país, permitindo uma análise comparativa mais robusta e a identificação de fatores críticos de sucesso. A aplicação de métodos participativos junto da população escolar, como focus groups com alunos ou oficinas de cocriação com professores, poderá também trazer

contributos inovadores para o desenho de soluções educativas mais ajustadas aos contextos locais.

Finalmente, destaca-se a necessidade de reforçar o investimento público e comunitário em projetos educativos ligados à proteção civil, não apenas através de financiamento de infraestruturas e equipamentos, mas sobretudo pela aposta na qualificação dos recursos humanos, na inovação pedagógica e na sensibilização sistemática da população. Só assim será possível consolidar uma verdadeira cultura de prevenção e resiliência, assente em cidadãos informados, preparados e corresponsáveis na gestão dos riscos que enfrentam (Comunidade Europeia, 2022).

17. Bibliografia

- ANEPC. (2023). *Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030*. Obtido em 4 de março de 2025, de ANEPC: <https://prociv.gov.pt/pt/prevencao-e-preparacao/programas-e-projetos/protecao-civil-preventiva/>
- ANEPC. (2023). *Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil*. Obtido em 3 de março de 2025, de ANEPC: <https://prociv.gov.pt/pt/prevencao-e-preparacao/planeamento-de-emergencia/plano-nacional-de-emergencia/>
- Câmara Municipal de Torres Vedras. (2024). *"A Proteção Civil vai à Escola"*. Obtido em 10 de março de 2025, de Câmara Municipal de Torres Vedras: https://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/servico-educativo-da-protecao-civil?utm_source=chatgpt.com
- Carvalho, A., Cruz, S., Marques, C., Moura, I., Moura, A., Santos, I., & Zagalo, N. (Edits.). (2016). *Atas do 3.º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da . Obtido de <https://hdl.handle.net/10316/31171>
- CCDR. (2024). *A Região Centro em mapas*. Obtido em 5 de março de 2025, de Infraestrutura de dados Espaciais da região Centro de Portugal: <https://idecentro.ccdrc.pt/>
- Chundu, M., Njobo, J., & Kurebwa, J. (2021). Sustainability of Family-Owned Businesses in the Willowvale Industrial Area of Harare, Zimbabwe. *American Journal of Industrial and Business Management*, 11(5). Obtido de <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=2988902>
- Comunidade Europeia. (2022). *ECHO - Annual activity report 2021 - European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*. Obtido em 15 de abril de 2025, de European Commission: https://commission.europa.eu/publications/annual-activity-report-2021-european-civil-protection-and-humanitarian-aid-operations-echo_en

Comunidade Europeia. (2022). *Education in emergencies*. Obtido em 15 de abril de 2025, de European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations: https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/what/humanitarian-aid/education-emergencies_en

Comunidade Europeia. (2022). *European Disaster Risk Management*. Obtido em 15 de abril de 2025, de European Commission: https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/what/civil-protection/european-disaster-risk-management_en

Couto, M. (2013). Cultura de Segurança em Proteção Civil. *Revista PROCIV*(60).

Diário da República. (03 de julho de 2006). *Decreto Lei n.º 27/2006 - Lei de Bases da Proteção Civil*. Obtido em 5 de março de 2025, de Diário da República n.º 126/2006, Série I de 2006-07-03: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2006-66285526-66308452>

Diário da República. (11 de março de 2008). *Decreto Lei n.º 45/08 - Regime jurídico do associativismo municipal*. Obtido em 10 de março de 2025, de Diário da República n.º 165/2008, Série I de 2008-08-27: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2008-150946917-151019671>

Diário da República. (2024). *Decreto Lei n.º 75/13 - Regime jurídico das autarquias locais*. Obtido em 10 de março de 2025, de Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2013-56366098-56359576>

Diário da República. (2025). *Decreto Lei n.º 46/89 - Planeamento e administração do Território*. Obtido em 5 de março de 2025, de Diário da República n.º 38/1989, Série I de 1989-02-15: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1989-162168229>

- Direção Geral da Educação. (2021). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Obtido em 6 de março de 2025, de Direção-Geral da Educação: <https://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>
- Direção Geral da Educação. (2024). *Quinzena da Educação para o Risco 2024*. Obtido em 10 de março de 2025, de Educação para a Cidadania: <https://cidadania.dge.mec.pt/risco/quinzena-da-educacao-para-o-risco-2024>
- Direção Geral de Educação. (2015). *Referencial de Educação para o Risco - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário)*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Direção-Geral da Educação. (2021). *Risco - Educação para a Cidadania*. Obtido de <https://cidadania.dge.mec.pt/risco>: <https://cidadania.dge.mec.pt/risco>
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Instituto Nacional de Estatística*. Obtido em 6 de maio de 2025, de Instituto Nacional de Estatística: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTableOrder=13050&tipoSelecao=1&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true&xlang=pt
- Lameiras, F., & Coelho, J. (2025). *Proteção Civil e Políticas Públicas: Caminhos para uma abordagem integrada*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OECD. (2014). *Recommendation of the Council on the Governance of Critical Risks*. Obtido em 23 de março de 2025, de OECD Legal Instruments: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0405>
- OECD. (2025). *Instrumentos Legais*. Obtido em 10 de maio de 2025, de OECD Legal Instruments: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0405>
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods* (3rd ed.). London: Sage Publications.
- Pestana, E. C. (2014). *Impacto do Clube de Proteção Civil nos Alunos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado em Riscos e Proteção Civil

apresentada no Instituto Superior de Educação e Ciências. Obtido de <https://files.core.ac.uk/download/pdf/62697033.pdf>

PROSPER. (2023). Avaliabilidade de Políticas de Educação e Formação Cofinanciadas pelos Fundos Europeus. *Estudo Contratado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão ao Centro de Investigação*, p. Atlas do Poder Local. Obtido de <https://ipps.iscte-iul.pt/pt/projetos/planeamento-e-avaliacao/projeto-adc>

Resolução do Conselho de Ministros. (30 de 10 de 2017). *Diário da República*. Obtido de "Aprova a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva": <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/160-2017-114123460>

Resolução do Conselho de Ministros. (01 de 04 de 2019). *Diário da República*. Obtido de "Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil": <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/44-2019-121748966>

Resolução do Conselho de Ministros. (11 de 08 de 2021). *Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030*". Obtido de Diário da República: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/112-2021-169418566>

Resolução do Conselho de Ministros. (11 de 08 de 2021). *Diário da República*. Obtido de "Plano Nacional de Literacia Mediática 2025-2029": <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/112-2021-169418566>

Serviço Municipal de Proteção Civil de Marco de Canaveses & #EstudoEmCasa Apoia. (2024). *Um Marco na Prevenção*. Marco de Canaveses: DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Obtido de <https://info.dgeec.medu.pt/um-marco-na-prevencao/>

Terranova. (2023). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Relatório Técnico 2023*. Obtido de Agência para o Desenvolvimento e Coesão: <https://www.adcoesao.pt/indicadores-territoriais>

UN/ISDR. (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 – 2030*. Geneva: UNISDR. Obtido em 10 de março de 2025, de United Nations Office for Disaster Risk Reduction: <https://www.undrr.org/media/16176/download?startDownload=20251029>